



NUCLEO DE ESTUDOS
ENFERMAGEM EDUCACAO
EM SAUDE
VULNERABILIDADES E
PRATICAS PROFISSIONAIS

lev LABORATÓRIO
DE ESTUDOS
DA VIOLÊNCIA



Laboratório Cearense de Psicometria



CEARÁ

CENSO PENITENCIÁRIO

2023



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ



CENSO PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

C389 Censo penitenciário do Estado do Ceará 2023/ autoria de Ana Karina Bezerra Pinheiro, et al. - Fortaleza: Secretaria da Administração Penitenciária e Ressocialização do Governo do Estado do Ceará; Universidade Federal do Ceará, 2023. 150 p. : il. color.
Vários autores.
ISBN: 978-65-01-11728-7

1. Censo Penitenciário - Ceará. 2. Promoção da Saúde. 3. Qualidade de Vida. I. Pinheiro, Ana Karina Bezerra. II. Granjeiro, Alex Sandro de Moura. III. Santos, Walberto Silva dos. IV. Paiva, Luiz Fábio S. V. Cavalcante, Lara Capelo. VI. Reginaldo, Sidney Guerra. VII. Ribeiro, Samila Gomes. VIII. Santos, Michelle Steiner dos. IX. Melo, Lara Gabriela Oliveira. X. Lima Neto, Ernesto Trajano de. XI. Macêdo, Augusto César M. de. XII. Siqueira, Cícero Mendes. XIII. Soares, Paula Renata Amorim Lessa. XIV. Aquino, Priscila de Souza. XV. Lobato, Fernanda Naiara da Frota. XVI. Ferreira, Hellen Lívia Oliveira Catunda. XVII. Oliveira, Maria Beatriz Albuquerque. XVIII. Paiva, Maria da Conceição Lima. XIX. Martins, Bianca Cavalcante. XX. Moura, Luiz Gustavo Mendes de. XXI. Sampaio, Hederson Lopes. XXII. Título.

CDD 362.1

Ficha elaborada por Rosane Maria Costa CRB 3/673

AUTORES

ANA KARINA BEZERRA PINHEIRO. Professora titular do curso de Enfermagem da Universidade Federal do Ceará. Pesquisadora 1D/CNPq. Representante da área de Enfermagem/CAPES. Bolsista de Inovação Tecnológica/ FUNCAP. Coordenadora da pesquisa.

ALEX SANDRO DE MOURA GRANGEIRO. Psicólogo graduado pela Universidade Federal do Ceará. Doutor em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba. Professor Adjunto da Universidade Federal do Ceará - Campus de Sobral. Bolsista de Inovação Tecnológica/ FUNCAP.

WALBERTO SILVA DOS SANTOS. Graduado em Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba. Doutor em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba com estágio sanduíche na Universidade de Santiago de Compostela. Professor Associado da Universidade Federal do Ceará e coordenador do Laboratório Cearense de Psicometria (LACEP). Bolsista de Inovação Tecnológica/ FUNCAP.

LUIZ FÁBIO S. PAIVA. Professor Associado de Sociologia no Departamento de Ciências Sociais e Programa de Pós-graduação em Sociologia do Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará. Pesquisador 2/CNPq. Coordenador do Laboratório Estudos da Violência (LEV). Bolsista de Inovação Tecnológica/ FUNCAP.

LARA CAPELO CAVALCANTE. Advogada. Professora Adjunta 2 do Departamento de Direito Privado. Doutora em Sociologia pela UFC. Mestre em Direito pela Unifor. Bolsista de Inovação Tecnológica/ FUNCAP.

SIDNEY GUERRA REGINALDO. Pós-doutor em Educação; Pós-doutor em Filosofia; Doutor em Direito Constitucional; Doutor em Sociologia; professor da Universidade Federal do Ceará lotado no departamento de direito privado da Faculdade de Direito e no programa de pós-graduação do POLEDUC da Universidade Federal do Ceará. Bolsista de Inovação Tecnológica/ FUNCAP.

SAMILA GOMES RIBEIRO. Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Professora Adjunta da Universidade Federal do Ceará. Lotada no Departamento de Enfermagem da UFC. Bolsista de Inovação Tecnológica/ FUNCAP.

MICHELLE STEINER DOS SANTOS. Psicóloga. Pós-doutorado pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora da Universidade Federal do Ceará. Lotada no Departamento de Psicologia. Bolsista de Inovação Tecnológica/ FUNCAP.

LARA GABRIELA OLIVEIRA MELO. Graduanda em Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

AUTORES

ERNESTO TRAJANO DE LIMA NETO. Professor dos cursos de Sistemas e Mídias Digitais da Universidade Federal do Ceará. Doutor em Ciência da Computação pela Universidade Federal de Pernambuco. Bolsista de Inovação Tecnológica/FUNCAP.

AUGUSTO CÉZAR M. DE MACÊDO. Administrador de Empresas graduado pela Universidade Estadual do Ceará (2008), com Especialização em Auditoria e Controle Externo do Setor Público (2017) e Mestrado acadêmico em Administração de Empresas com ênfase em pequenas e médias empresas pela Universidade Estadual do Ceará (2013).

CICERO MENDES SIQUEIRA. Enfermeiro. Especialista em Saúde da Família. Mestrando em Enfermagem da Universidade Federal do Ceará. Bolsista de Inovação Tecnológica/FUNCAP

PAULA RENATA AMORIM LESSA SOARES. Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Pós-doutorado na Universidade Estadual do Ceará. Servidora técnico-administrativa da Universidade Federal do Ceará. Lotada no Departamento de Enfermagem da UFC.

PRISCILA DE SOUZA AQUINO. Enfermeira. Professora Adjunto IV do Departamento de Enfermagem da Universidade Federal do Ceará.

FERNANDA NAIARA DA FROTA LOBATO. Cientista Social. Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará. Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará. Membro do Laboratório de Estudos da Violência (LEV/UFC). Bolsista de Inovação Tecnológica/FUNCAP.

HELLEN LÍVIA OLIVEIRA CATUNDA FERREIRA. Enfermeira. Doutora em Enfermagem pela Universidade Federal do Ceará. Pós-doutorado em andamento na Universidade Federal do Ceará pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP).

MARIA BEATRIZ ALBUQUERQUE OLIVEIRA. Graduanda em Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

MARIA DA CONCEIÇÃO LIMA PAIVA. Enfermeira. Mestranda em Enfermagem pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

BIANCA CAVALCANTE MARTINS. Estudante de graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Ceará. Bolsista de Iniciação Científica/CNPq.

LUIZ GUSTAVO MENDES DE MOURA. Estudante de graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Ceará. Bolsista de Iniciação Científica/CNPq.

HEDERSON LOPES SAMPAIO. Estudante de graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Ceará. Bolsista de Iniciação Científica/UFC.

AGRADECIMENTOS

Ao governo do Estado do Ceará, em especial, aos gestores da Secretaria de Administração Penitenciária do Ceará, na pessoa do Secretário Luís Mauro Albuquerque Araújo, que abriu as portas do sistema penitenciário estadual para a realização desta pesquisa.

A todos os policiais penais do Ceará, homens e mulheres privados de liberdade do Estado do Ceará que responderam a esta pesquisa, por cooperarem com a ciência e sua aplicação prática na promoção da saúde e qualidade de vida no sistema penitenciário cearense.

À Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP), na pessoa do Presidente Raimundo Costa Filho, pelo apoio financeiro para a realização desta pesquisa, por meio do Programa Cientista Chefe, que tem como objetivo unir o meio acadêmico e científico à gestão pública estadual.

À Purdenciana Ribeiro de Menezes, da Coordenadoria da Execução da Saúde Prisional (CESAP), por tão importante apoio nas diversas etapas deste estudo.

Aos estudantes de graduação e pós-graduação da Universidade Federal do Ceará, que, entusiasticamente, colaboraram na coleta e organização dos dados.

Aos servidores da Secretaria de Administração Penitenciária que se somaram aos esforços de realização desta pesquisa.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	16
1. INTRODUÇÃO	18
2. NOTA TÉCNICA	20
3. DISTRIBUIÇÃO DOS PRESOS NO SISTEMA PENITENCIÁRIO	24
4. INFORMAÇÕES BIOSOCIODEMOGRÁFICAS DOS DETENTOS	26
5. HISTÓRICO PRISIONAL	47
6. SEGURANÇA NA PRISÃO	76
7. PERFIS EDUCACIONAL E LABORAL	81
8. ESTRUTURA FAMILIAR	97
9. EXPERIÊNCIA NO SISTEMA CARCERÁRIO	104
10. INDICADORES DE SAÚDE FÍSICA E MENTAL	114
11. SUMÁRIO COMPARATIVO ENTRE OS DADOS DOS CENSOS 2013 E 2022	123
12. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES	138
GALERIA DE FOTOS	147

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Distribuição dos detentos por unidade prisional. Ceará, 2022.	24
TABELA 2	Distribuição dos detentos por tipo de questionário. Ceará, 2022.	25
TABELA 3	Distribuição dos detentos por gênero. Ceará, 2022.	27
TABELA 4	Distribuição dos detentos por orientação sexual. Ceará, 2022.	28
TABELA 5	Distribuição da faixa etária dos detentos por gênero. Ceará, 2022.	39
TABELA 6	Distribuição dos detentos por nacionalidade e gênero. Ceará, 2022.	31
TABELA 7	Distribuição dos detentos por naturalidade – UF e gênero. Ceará, 2022.	31
TABELA 8	Distribuição da Mesorregião de residência antes de ser preso por gênero. Ceará, 2022.	33
TABELA 9	Distribuição do tipo de moradia antes de ser preso por gênero. Ceará, 2022.	38
TABELA 10	Distribuição da religião dos detentos por gênero. Ceará, 2022.	39
TABELA 11	Distribuição do Estado civil dos detentos por gênero. Ceará, 2022.	40
TABELA 12	Distribuição da cor, raça ou etnia dos detentos por gênero. Ceará, 2022.	41
TABELA 13	Distribuição dos detentos por tipo de documento que possui e gênero. Ceará, 2022.	43

LISTA DE TABELAS

TABELA 14	Distribuição dos detentos por tipo de benefício recebido por ele ou por pessoa da família. Ceará, 2022.	45
TABELA 15	Distribuição dos detentos por realização de cadastramento biométrico ao ingressar no sistema penitenciário. Ceará, 2022.	46
TABELA 16	Distribuição dos detentos por tempo de reclusão no sistema prisional. Ceará, 2022.	47
TABELA 17	Distribuição dos detentos por gênero e situação prisional. Ceará, 2022.	48
TABELA 18	Distribuição dos detentos por ocorrência de prisão em flagrante. Ceará, 2022.	49
TABELA 19	Distribuição dos detentos por realização de audiência de custódia. Ceará, 2022.	50
TABELA 20	Distribuição dos detentos por tempo para realização da audiência de custódia. Ceará, 2022.	50
TABELA 21	Distribuição dos detentos por ter permanecido algemado durante audiência de custódia. Ceará, 2022.	51
TABELA 22	Distribuição dos detentos por ocorrência violência no momento da prisão. Ceará, 2022.	51
TABELA 23	Distribuição dos detentos por perpetrador da violência no momento da prisão. Ceará, 2022.	52
TABELA 24	Distribuição dos detentos por ter comunicado, durante audiência de custódia, ter sofrido violência no momento da prisão. Ceará, 2022.	53
TABELA 25	Distribuição dos detentos por sensação de coação, na audiência de custódia, ao relatar que sofreu violência durante o momento da prisão. Ceará, 2022.	53

LISTA DE TABELAS

TABELA 26	Distribuição dos detentos por adoção de medida cautelar anterior a prisão. Ceará, 2022.	54
TABELA 27	Distribuição dos detentos em função do tipo de crime cometido. Ceará, 2022.	56
TABELA 28	Distribuição dos detentos por acesso a advogado ou defensor público. Ceará, 2022.	60
TABELA 29	Distribuição dos detentos por acesso a advogado ou defensor público no último ano. Ceará, 2022.	60
TABELA 30	Distribuição dos detentos por acesso a atendimento jurídico durante a pandemia. Ceará, 2022.	61
TABELA 31	Distribuição dos detentos por número de transferências. Ceará, 2022.	62
TABELA 32	Distribuição dos detentos em função do motivo da transferência. Ceará, 2022.	62
TABELA 33	Distribuição dos detentos em função do número de reentradas. Ceará, 2022.	63
TABELA 34	Distribuição dos detentos em função do cumprimento de medida socioeducativa. Ceará, 2022.	64
TABELA 35	Faixa etária de prática do primeiro delito. Ceará, 2022.	65
TABELA 36	Faixa etária quando preso pela primeira vez. Ceará, 2022.	67
TABELA 37	Distribuição dos detentos por ter sido vítima de tentativa de morte antes da prisão. Ceará, 2022.	69
TABELA 38	Distribuição dos detentos por tipo de reação a tentativa de morte antes da prisão. Ceará, 2022.	69

LISTA DE TABELAS

TABELA 39	Distribuição dos detentos por vivência de morte violenta de pessoas próximas antes da prisão. Ceará, 2022.	70
TABELA 40	Distribuição dos detentos por reação a morte violenta de pessoas próximas antes da prisão. Ceará, 2022.	71
TABELA 41	Distribuição dos detentos por contato com arma de fogo na infância. Ceará, 2022.	72
TABELA 42	Distribuição dos detentos por contato com arma de fogo na adolescência. Ceará, 2022.	72
TABELA 43	Distribuição dos detentos, que antes da sua primeira prisão, conheciam pessoas que praticavam crimes. Ceará, 2022.	73
TABELA 44	Distribuição dos detentos por contato, antes da prisão, com pessoas armadas e organizadas que faziam proteção do local onde morava. Ceará, 2022.	74
TABELA 45	Distribuição dos detentos por contato, antes da atual prisão, com grupos que oferecem proteção para você dentro da prisão. Ceará, 2022.	74
TABELA 46	Distribuição dos detentos por contato com grupos que oferecem proteção dentro da prisão. Ceará, 2022.	75
TABELA 47	Distribuição dos detentos em função de ter alguém da família que já esteve preso. Ceará, 2022.	75
TABELA 48	Distribuição dos detentos em função da percepção de segurança dentro do sistema prisional. Ceará, 2022	76
TABELA 49	Distribuição dos detentos em função da percepção das medidas de controle dentro do sistema prisional. Ceará, 2022.	77

LISTA DE TABELAS

TABELA 50	Distribuição dos detentos em função da percepção das medidas disciplinares adotadas dentro do sistema prisional. Ceará, 2022.	78
TABELA 51	Distribuição dos detentos em função da satisfação com o tratamento pelos policiais penais. Ceará, 2022.	78
TABELA 52	Distribuição dos detentos em função de ter estado preso ou não antes de 2019. Ceará, 2022.	79
TABELA 53	Distribuição dos detentos em função da percepção de mudança no sistema prisional após 2019. Ceará, 2022	79
TABELA 54	Distribuição dos detentos por percepção de mudança em distintas áreas. Ceará, 2022.	80
TABELA 55	Escolaridade dos internos e internas, escolaridade da mãe e escolaridade do pai. Ceará, 2022.	82
TABELA 56	Motivos que levaram os internos e internas a parar os estudos. Ceará, 2022.	85
TABELA 57	Distribuição dos internos e internas em relação a condição de estudo atual e interesse de estudos após a prisão. Ceará, 2022.	86
TABELA 58	Formação complementar dos internos e internas no período em que está no Sistema Prisional. Ceará, 2022.	88
TABELA 59	Distribuição dos internos e internas sobre histórico da atividade laboral e relação formal de trabalho. Ceará, 2022.	89
TABELA 60	Relação de atividades realizadas formalmente. Ceará, 2022.	90
TABELA 61	Distribuição dos detentos em função das atividades realizadas informalmente. Ceará, 2022.	92

LISTA DE TABELAS

TABELA 62	Distribuição dos detentos em função da realização de atividade laboral na Unidade Prisional, planos de trabalho após a saída do sistema prisional, atividade laboral antes da prisão e renda familiar. Ceará, 2022.	93
TABELA 63	Atividades laborais desenvolvidas antes da prisão. Ceará, 2022.	95
TABELA 64	Atividades laborais que pretende realizar quando sair da prisão. Ceará, 2022	96
TABELA 65	Pessoas com quem morava antes de ser preso. Ceará, 2022.	98
TABELA 66	Grau de parentesco dos parentes presos. Ceará, 2022.	99
TABELA 67	Violência física na infância. Ceará, 2022.	101
TABELA 68	Número de filhos. Ceará, 2022.	102
TABELA 69	Frequência de visitas. Ceará, 2022	105
TABELA 70	Recebimento de itens de higiene pessoal. Ceará, 2022.	107
TABELA 71	Avaliação dos detentos sobre alimentação. Ceará, 2022.	108
TABELA 72	Número de presos por cela. Ceará, 2022	110
TABELA 73	Violência na Unidade Prisional. Ceará, 2022	111

LISTA DE TABELAS

TABELA 74	Tipo de violência sofrida no sistema penitenciário. Ceará, 2022.	113
TABELA 75	Infecções sexualmente transmissíveis (ISTs). Ceará, 2022.	115
TABELA 76	Doenças crônicas. Ceará, 2022.	117
TABELA 77	Transtornos mentais/psicológicos. Ceará, 2022	118
TABELA 78	Deficiências. Ceará, 2022.	118
TABELA 79	Atendimento médico. Ceará, 2022.	120
TABELA 80	Avaliação do atendimento recebido no serviço de saúde da Unidade. Ceará, 2022.	121
TABELA 81	Uso de medicamentos. Ceará, 2022.	122
TABELA 82	Consumo de drogas antes e durante a prisão. Ceará, 2022.	123

LISTA DE FIGURAS

GRÁFICO 1	Distribuição dos detentos por tipo de questionário. Ceará. 2022.	26
GRÁFICO 2	Distribuição da idade dos detentos do sistema penitenciário do Ceará. Ceará, 2022.	30
GRÁFICO 3	Distribuição da idade das detentas do sistema penitenciário do Ceará. Ceará, 2022.	34
GRÁFICO 4	Distribuição das cidades de moradia dos detentos do Noroeste Cearense antes de serem presos. Ceará, 2022.	35
GRÁFICO 5	Distribuição das cidades de moradia dos detentos do Norte Cearense antes de serem presos. Ceará, 2022.	35
GRÁFICO 6	Distribuição das cidades de moradia dos detentos da Região Metropolitana de Fortaleza antes de serem presos. Ceará, 2022.	36
GRÁFICO 7	Distribuição das cidades de moradia dos detentos dos Sertões Cearenses antes de serem presos. Ceará, 2022.	36
GRÁFICO 8	Distribuição das cidades de moradia dos detentos do Jaguaribe antes de serem presos. Ceará, 2022.	37
GRÁFICO 9	Distribuição das cidades de moradia dos detentos do Centro-sul Cearense antes de serem presos. Ceará, 2022.	37
GRÁFICO 10	Distribuição das cidades de moradia dos detentos do Sul Cearense antes de serem presos. Ceará, 2022.	49
GRÁFICO 11	Histograma de frequência da idade de cometimento do primeiro delito. Ceará, 2022.	66

LISTA DE FIGURAS

GRÁFICO 12	Histograma de frequência da idade da primeira prisão. Ceará, 2022.	68
GRÁFICO 13	Distribuição dos internos por escolaridade. Ceará, 2022.	82
GRÁFICO 14	Atividades realizadas formalmente. Ceará, 2022.	90
GRÁFICO 15	Atividades realizadas informalmente. Ceará, 2022.	91
GRÁFICO 16	Atividades laborais desenvolvidas antes da prisão. Ceará, 2022.	94
GRÁFICO 17	Atividades que pretende realizar quando sair da prisão. Ceará, 2022.	96

PREFÁCIO

Ana Karina Bezerra Pinheiro

O conteúdo descrito no relatório do censo penitenciário se mistura com a nossa história vivida no último ano. Período em que a equipe se dedicou à pesquisa no sistema penitenciário do Estado do Ceará e este passou a ser o nosso cotidiano, cenário parte de nossa rotina de trabalho. Ouvimos, vimos, presenciamos a rotina, estivemos juntos com as pessoas privadas de liberdade do Ceará e promovemos saúde nesse espaço.

Compreendemos que na administração penitenciária, a promoção da saúde deve ser prioridade para os grupos privados de liberdade. Para promovê-la, ações fora do setor saúde devem ser consideradas. Fatores sociais, econômicos, culturais, étnico-raciais, psicológicos, comportamentais e ambientais que influenciam o processo saúde-doença impactam diretamente o modo de ser e viver em privação de liberdade e, deste modo, a cooperação de estratégias de educação, capacitação, trabalho, cultura, lazer, dentre outras, se fazem tão importantes para a qualidade de vida, quanto à assistência direta.

Desenvolvemos um metaprojeto de pesquisa, composto por três subprojetos. O presente relatório é resultante de um subprojeto e tem a finalidade de conhecer a população privada de liberdade do Estado do Ceará e compreender motivações e possíveis problemas sociais que produzem efeitos nas suas trajetórias de vida.

O relatório fornece subsídios para viabilizar intervenções, uma vez que parte dos dados apurados, fundamentais para subsidiar políticas e ações concretas. No âmbito da saúde, possibilitará a elaboração de políticas de saúde preventivas e curativas mais efetivas para esse segmento da população. Constitui também um rico material para pesquisas acadêmicas das universidades e dos centros de investigação.

Uma equipe multiprofissional de pesquisadores da Universidade Federal do Ceará, composta por docentes, técnico-administrativos e discentes da Enfermagem, Sociologia, Psicologia, Direito e Sistemas e Mídias Digitais, trabalhou para o entendimento das vulnerabilidades apresentadas pela população privada de liberdade e compreensão das múltiplas condições que impactam na sua saúde.

Compreendemos que o Estado do Ceará evoluiu nos últimos anos em ações referentes à organização da gestão e melhoria da qualidade de vida no sistema penitenciário. Ademais, a Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) reestruturou procedimentos, fluxos, relações sociais e ampliou ações educativas nas unidades prisionais. Entretanto, apresentamos ainda recomendações para melhoria de políticas e estratégias que promovam a qualidade de vida no sistema prisional. Esperamos que a parceria e diálogo de saberes entre serviço e academia possibilitem conhecimentos, habilidades, procedimentos e tecnologias que promovam a saúde e a qualidade de vida das pessoas privadas de liberdade no Ceará.

1. INTRODUÇÃO

O Brasil experimentou transformações políticas, sociais e econômicas profundas com a instituição do Estado democrático após experiência ditatorial no século XX. Neste contexto, as prisões também se transformaram, com a organização interna de grupos de pessoas privadas de liberdade provenientes de áreas impactadas por diferentes determinantes sociais. Assim, o sistema penitenciário se constitui em espaço social impactado por conflitos e tensões que podem afetar a qualidade de vida e a saúde de quem cumpre pena e de quem trabalha, convivendo com questões internas e externas ao espaço prisional.

Na escala mundial, o Brasil possui um dos três maiores sistemas prisionais. O número total de custodiados no Brasil é de 661.915 em celas físicas e 175.528 em prisão domiciliar, totalizando 837.443. No Ceará são 22.200 pessoas encarceradas, sendo 9.499 no sistema fechado (SISDEPEN, 2022). A maioria da população carcerária é de baixa renda e se sujeita às piores condições de vida advindas do descaso por parte da esfera pública. Levando em consideração este aspecto, estudar o perfil sociodemográfico, comportamental e de saúde das pessoas em privação de liberdade é mergulhar num tema vital para a compreensão das bases para ações e políticas sociais, de segurança e de saúde.

Vista a evidente necessidade de assistência à saúde, em 2003 foi instituído o Plano Nacional de Saúde no Sistema Prisional (PNSSP) que prevê a inclusão da população penitenciária no Sistema Único de Saúde (SUS), garantindo seus direitos enquanto pessoa na perspectiva dos direitos humanos (BRASIL, 2005).

Em 2014, também foi instituída a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP). Com a política, a população prisional foi inserida formalmente na cobertura do Sistema Único de Saúde. Faz parte dos objetivos do PNAISP, assegurar que cada unidade prisional seja um ponto integral da Rede de Atenção à Saúde do SUS (INFOPEN, 2014). O Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias destaca, em números absolutos, que o Brasil tem a quarta maior população prisional, ficando atrás de alguns países como os Estados Unidos, China e Rússia. Segundo relatório do International Centre for Prison Studies (ICPS), cerca de três milhões de pessoas no mundo estão presas provisoriamente e em mais da metade dos países observa-se que há uma tendência no uso dessa medida (INFOPEN, 2014).

Conhecer o perfil da população privada de liberdade é de suma importância para identificação das principais vulnerabilidades do grupo, de modo que as estratégias de promoção, proteção e recuperação da saúde sejam condizentes com a realidade vivenciada por essas pessoas. Percebe-se que, apesar de existirem políticas públicas que incluam a população carcerária como sujeitos do cuidado em saúde, muitas vezes não são fornecidos recursos humanos e financeiros para alcançar as metas propostas no PNSSP (RIBEIRO et al, 2013).

O último censo do Ceará foi publicado em 2014, e foram abordadas facetas da vida de mais de 12.000 pessoas privadas de liberdade: histórico prisional (tipificação penal, reentradas), perfil educacional, perfil laboral (ocupações laborais anteriores, aptidões laborais, interesses profissionais), estrutura familiar, vivências no sistema carcerário, indicadores de saúde mental e, por fim, informações sobre faixa etária, sexo, naturalidade, estado civil, escolaridade, religião e perspectivas pós-cárcere (LIMA, SANTOS e AQUINO, 2014).

O cenário anterior revelou uma realidade dura e que ratifica o processo de exclusão de que é vítima essa população. Assim, o presente relatório apresenta novo levantamento com a finalidade de verificar, a partir da realidade atual, o impacto das ações implementadas pela gestão ao longo dos últimos anos, apontando as lacunas ainda existentes e avanços das condições de encarceramento e da vivência do cotidiano das pessoas privadas de liberdade.

2. NOTA TÉCNICA

O segundo Censo Penitenciário do Estado do Ceará está vinculado ao projeto “Promoção da saúde e qualidade de vida no sistema penitenciário do Ceará” e teve como principal objetivo apresentar um perfil sociodemográfico, clínico, comportamental e situacional da população privada de liberdade no Estado. Os dados levantados compreendem os mesmos eixos temáticos abordados no primeiro censo (2014): histórico prisional, perfil educacional e laboral, estrutura familiar, vivências no sistema carcerário, indicadores de saúde física e mental, bem como perspectivas para o pós-reclusão.

Para alcançar os objetivos, optou-se por uma abordagem multimétodo, delineamento de pesquisa em que dois ou mais procedimentos são utilizados sobre um mesmo fenômeno ou objeto de estudo. Neste Censo, o termo multimétodo se refere especificamente à combinação das abordagens quantitativa e qualitativa. (CLARK; IVANKOVA, 2016). Os dados quantitativos foram coletados por meio de dois questionários¹, um básico, voltado para o levantamento de um perfil mais geral, e um completo, com um número maior de itens, elaborado para detalhar esse perfil, considerando uma amostra representativa da população.

A aplicação dos questionários ocorreu de forma individual, entre os meses de maio a julho de 2022, e foi realizada em ambientes coletivos por profissionais de saúde da Secretaria da Administração Penitenciária, estudantes de graduação e de pós-graduação da Universidade Federal do Ceará, devidamente treinados para coleta de dados. O registro das informações se deu por meio informatizado, com tempo médio de 15 minutos, para conclusão do questionário básico, e 30 minutos, para o completo. O tamanho da amostra para aplicação do instrumento completo teve como referência nível de significância $p = 0,01$ e intervalo de confiança de 3%, com acréscimo de 10% no tamanho da amostra, a fim de compensar possíveis recusas ou desistências. Na ocasião (fevereiro de 2022), segundo o Núcleo de Informações Penitenciárias – NIP, 22.971 pessoas encontravam-se reclusas nas 29 unidades prisionais cearenses, a maioria, incluindo, ainda, as internas no Hospital e Sanatório Prisional Professor Otávio Lobo (HSPPOL) e no Instituto Psiquiátrico Governador Stênio Gomes (IPGSG), concentrada na região metropolitana de Fortaleza, e as demais distribuídas nos municípios: Sobral, Novo Oriente, Caridade, Fortim, Crato, Juazeiro do Norte, Acopiara, Cedro e Icó.

¹Esses questionários são versões reduzidas daqueles utilizados no Censo 2014, mas sem qualquer prejuízo para o levantamento das informações sobre os eixos temáticos de interesse; destaca-se que, a partir da legislação vigente, atualizaram-se as tipificações penais.

A realização do Censo contemplou todas as Unidades Prisionais, oportunizando a participação de 20.666 pessoas, das quais: 18.415 responderam ao questionário básico; 2.138, selecionadas aleatoriamente, o completo; e, 113 se recusaram ou desistiram no decorrer da entrevista. Para garantir a representatividade territorial, os questionários completos foram distribuídos proporcionalmente em seis conglomerados, organizados com base nas mesorregiões: Região Metropolitana, Noroeste, Norte, Sertões, Jaguaribe, Centro-Sul e Sul. Em seguida, considerando os percentuais de internos nesses territórios, sortearam-se os participantes que responderam os questionários completos em cada unidade prisional. Para população de mulheres (cisgêneros), optou-se inicialmente por aplicar unicamente o questionário completo, contudo, no decorrer da pesquisa, em função da logística de funcionamento das unidades femininas, fez-se necessária a aplicação de um pequeno número de questionários básicos; nesse público (n = 782), administraram-se aleatoriamente 599 (76,6%) questionários completos e 183 (23,4%) básicos.

Os dados qualitativos originaram-se de grupos focais, realizados no interior de duas Unidades Prisionais, nos dias 22 de julho e 02 de setembro de 2022, com a participação de internos que, ao serem convidados, voluntariaram-se a compor os grupos. Os grupos foram conduzidos por pesquisadores da Universidade Federal do Ceará. Para a etapa qualitativa foram realizados três grupos focais com os internos em duas unidades prisionais – em virtude do sigilo se preservou os locais e nomes dos participantes. O grupo focal pretendeu conhecer a visão de mundo dos participantes privados de liberdade, garantindo a certeza de que as informações prestadas serão trabalhadas com fins acadêmicos e de maneira anônima. O registro e armazenamento das informações do grupo focal teve a responsabilidade da equipe de pesquisadores. As falas literais retratadas no relatório são classificadas como “Relatos dos Grupos Focais” e descrições de caráter mais geral são feitas para ilustrar a leitura dos pesquisadores a respeito das falas disponíveis nas gravações.

Os três grupos focais foram realizados respeitando um recorte de gênero, com um deles feito com 14 homens cisgênero com idades entre 25 e 70 anos, outro com 15 pessoas LGBTQUIA+ com idades entre 19 e 60 anos e um terceiro com 8 mulheres com idade entre 20 e 60 anos. A escolha dos participantes foi mediada pela gestão da SAP, com as devidas considerações de que os mesmo deveriam participar por livre e espontânea vontade, o que foi reforçado no início dos trabalhos para garantia da melhor interlocução possível.

Contudo, é preciso reconhecer que a realização dos grupos no interior das unidades prisionais, por si, gera limitações evidentes na interlocução, dado que os participantes cumprem medidas de privação de liberdade. Isto, inclusive, envolve uma série de responsabilidades compartilhadas pela equipe a fim de evitar situações que pudessem produzir qualquer consequência negativa para os participantes.

É importante destacar que o objetivo do grupo focal, como explica Gondim (2002), é oferecer conteúdo que ajude a testar hipóteses, avaliar teorias, qualificar a análise e adensar informações decorrentes das outras atividades de pesquisa. Seus resultados visam uma complementação dialógica com os dados quantitativos, possibilitando alguns aprofundamentos das informações quantitativas retratadas ao longo do relatório a respeito de determinados temas explorados nas discussões feitas nos grupos. A possibilidade de as pessoas privadas de liberdade falarem em grupo, também ajudou na qualificação das informações em função do ambiente criado pelo grupo focal, gerando diferentes formas de complementaridade e debate entre pontos de vistas distintos sobre as questões estudadas durante o processo de investigação

O roteiro para o grupo focal foi discutido pela equipe e composto por perguntas geradoras de caráter amplo, deixando aos próprios interlocutores margens para apresentarem suas ideias a respeito do problema investigado. As questões foram elaboradas com base no roteiro de perguntas estruturadas para o Censo. Não obstante, em razão do tempo e da necessidade de uma fala mais demorada sobre o assunto, privilegiou-se passar pelos blocos de questões do Censo trabalhando a partir de uma pergunta mais ampla, deixando aos participantes uma maior liberdade para condução dos pontos que desejam falar mais ou menos.

A análise dos dados qualitativos, conforme explica Gondim (2002), passa pelo esforço de compreender como as questões discutidas, no grupo focal, afetam as pessoas dispostas a apresentar um argumento ou contra-argumento sobre aquele assunto. Capturar seus pontos de vistas e as maneiras como eles interpretam e falam disso permite aos pesquisadores uma análise das ações e relações que compõem um fenômeno social estudado. Diferente da entrevista, o grupo focal possibilita uma visão mais ampla também em virtude da interação entre os participantes, permitindo aos pesquisadores a compreensão de convergências e divergências entre os diferentes participantes. Para fins de análise, convém ressaltar que a interpretação dos

dados dos grupos focais se sustenta ainda em uma perspectiva de análise do discurso fundamentada na experiência prática. Como explicou Fairclough (2001), o discurso em suas diferentes formas não é apenas uma expressão subjetiva, mas uma prática constitutiva da experiência social, suas formas de reprodução e transformação das relações sociais. Por isso, as discussões do grupo focal aparecem aqui em diálogo com os dados quantitativos, buscando ilustrar mais alguns traços das experiências estudadas e tratadas por meio dos dados quantitativos.

O levantamento dessas informações se submeteu aos princípios estabelecidos na Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde (BRASIL, 2012b), que estabelece os aspectos éticos e legais envolvendo pesquisa com seres humanos. Ressalta-se que esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Ceará, submetido via Plataforma Brasil, sob número de CAAE: 29499120.8.0000.5054 e parecer número 3.921.161.

3. DISTRIBUIÇÃO DOS PRESOS NO SISTEMA PENITENCIÁRIO

As Unidades Prisionais do Estado do Ceará compreendem uma variedade de estabelecimentos, incluindo as Casas de Privação Provisória de Liberdade (CPPL), Institutos Penais, Penitenciárias, Cadeias Públicas e Distritos Policiais. Todos eles abrigam indivíduos sob a custódia da Secretaria de Administração Penitenciária. Observa-se que o sistema prisional do Estado abriga um número expressivo de presos provisórios.

A Tabela 1 contém a distribuição dos detentos por unidade prisional no Ceará em 2022. De acordo com a Tabela 1, a região Metropolitana de Fortaleza é o local com o maior número de detentos no Estado, com 18 unidades prisionais, embora as macrorregiões de Sobral/Ibiapaba, Cariri/Centro Sul e Litoral Oeste também apresentam uma quantidade significativa de presos. A Casa de Privação Provisória de Liberdade Professor Jucá Neto (CPPL 3) tem a maior proporção de detentos (8,0%), seguida pela Casa de Privação Provisória de Liberdade Agente Elias Alves da Silva (CPPL 4) e CPPL 6, com 8,6% e 8,9%, respectivamente. O Instituto Penal Professor Olavo Oliveira II (IPPOO II) é responsável por 8,1% dos detentos, enquanto o Centro de Execução Penal e Integração Social Vasco Damasceno Weyne (CEPIS) e a Casa de Privação Provisória de Liberdade Professor Clodoaldo Pinto (CPPL 2) abrigam 8,3% e 8,5% dos detentos, respectivamente. As outras unidades prisionais na lista têm uma proporção menor de detentos.

TABELA 1: Distribuição dos detentos por unidade prisional. Ceará, 2022.

Unidade Prisional	n	%
Cadeias Públicas	884	4,3
Casa de Privação Provisória de Liberdade Agente Elias Alves da Silva (CPPL 4)	1.782	8,6
Casa de Privação Provisória de Liberdade Professor Clodoaldo Pinto (CPPL 2)	1.760	8,5
Casa de Privação Provisória de Liberdade Professor Jucá Neto (CPPL 3)	1.644	8,0
Centro de Detenção Provisória (CDP)	1.338	6,5
Centro de Execução Penal e Integração Social Vasco Damasceno Weyne (CEPIS)	1.725	8,3
Centro de Triagem e Observação Criminológica (CTOC)	647	3,1
CPPL 6	1.829	8,9
Hospital Geral e Sanatório Penal Professor Otávio Lobo (HGSPPOL)	14	0,1
Instituto Penal Feminino Auri Moura Costa (IPF)	704	3,4
Instituto Penal Professor Olavo Oliveira II (IPPOO II)	1.680	8,1

TABELA 1: Distribuição dos detentos por unidade prisional. Ceará, 2022. (Cont.)

Instituto Psiquiátrico Governador Stênio Gomes (IPGSG)	50	0,2
Penitenciária Francisco Hélio Viana de Araújo (IPFHVA)	888	4,3
Penitenciária Industrial Regional de Sobral (PIRS)	1.119	5,4
Penitenciária Industrial Regional do Cariri (PIRC)	980	4,7
Unidade Prisional Agente Luciano Andrade Lima (CPPL 1)	643	3,1
Unidade Prisional de Segurança Máxima (UPSM)	105	0,5
Unidade Prisional Desembargador Adalberto de Oliveira Barros Leal (UPCT)	989	4,8
Unidade Prisional Feminina do Crato	123	0,6
Unidade Prisional Feminina Sobral	72	0,3
Unidade Prisional Irmã Imelda Lima Pontes (Irmã Imelda)	184	0,9
Unidade Prisional Professor José Sobreira de Amorim (UPPJSA)	1.506	7,3
Total	20.666	100

A Tabela 2 apresenta a distribuição dos detentos por tipo de questionário. Há um total de 20.666 detentos que compõem a amostra estudada, dos quais 18.498 (89,5%) responderam o Questionário Básico e 2.168 (10,5%) o Questionário Completo. Nesses grupos, 113 pessoas desistiram da pesquisa.

TABELA 2: Distribuição dos detentos por tipo de questionário. Ceará. 2022.

Tipo de Questionário	n	%
Básico	18.498	89,5
Completo	2.168	10,5
Total	20.666	100

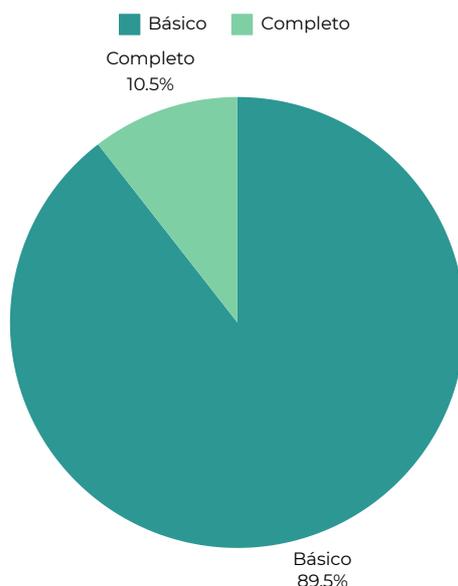


GRÁFICO 1: Distribuição dos detentos por tipo de questionário. Ceará. 2022.

As Tabelas 1 e 2, portanto, apresentam, respectivamente, os dados da distribuição dos detentos por unidade prisional e a distribuição de tais detentos por tipo de questionário. Tais dados serão quantificados, qualificados e examinados de modo detalhado nas Seções a seguir.

4. INFORMAÇÕES BIOSOCIODEMOGRÁFICAS DOS DETENTOS

Nesta seção, são apresentados dados básicos dos recolhidos nas unidades prisionais do Estado do Ceará. Enfatizam-se aspectos que caracterizam os entrevistados. A importância destes dados reside na necessidade de se traçar um perfil do detento do Ceará, o que poderá subsidiar políticas públicas para o Sistema Penitenciário.

4.1. Gênero e Uso de Nome Social

A compreensão da diversidade da população carcerária é fundamental para a implementação de políticas públicas e ações eficazes de proteção e defesa dos direitos humanos. Conhecer as características e necessidades específicas de cada grupo, incluindo gênero, é importante para garantir o acesso igualitário a serviços básicos, programas de ressocialização e medidas de proteção contra a discriminação e violência. A Tabela 3 sintetiza o gênero dos internos do sistema prisional do Estado do Ceará, representando a distribuição dos detentos por gênero na população em questão. A tabela inclui as categorias de gênero mais frequentes, como "Homem Cisgênero" e "Mulher Cisgênero", bem como categorias menos frequentes, tais como "Homem Transgênero", "Travesti", "Mulher Transgênero" e "Não Binário".

Além disso, a tabela também inclui categorias para detentos que não desejam se identificar, tais como "Preferem não se classificar" ou "Outros". Com base nos dados, é possível verificar que a maior parte dos detentos é do gênero masculino, representando 96,2%, totalizando 19.626 detentos. Já o gênero feminino conta com 782 representantes na amostra em análise, o que representa 3,8% do total. A soma das categorias "Homem Transgênero" (0,2%), "Travesti" (0,2%), "Mulher Transgênero" (0,2%), "Não Binário" (0,0%), "Preferem não se Classificar" (0,1%) e "Outros" (0,0%) representam 0,6% (129) dos detentos.

TABELA 3: Distribuição dos detentos por gênero. Ceará, 2022.

Gênero	n	%
Homem Cisgênero	19.626	95,0
Homem Transgênero	33	0,2
Mulher Cisgênero	782	3,8
Mulher Transgênero	45	0,2
Não Binário	5	0,0
Não responderam	129	0,6
Outros	1	0,0
Prefere não se classificar	12	0,0
Travesti	33	0,2
Total	20.666	100

Especificamente no que diz respeito aos 129 internos que se identificaram como NãoCisgênero (Homem Transgênero, Travesti, Mulher Transgênero, Não Binário, Preferem não se Classificar e "Outros), 66,7% fazem o uso de nome social. Desse total, 10,5% afirmam ter implementado a alteração do nome em seu registro civil. Em relação à adoção de tratamento hormonal para a transição de gênero antes de ser preso, 68,9% desse grupo de respondentes afirmaram não ter iniciado tratamento com esse propósito, enquanto 24,5% afirmaram que fizeram por conta própria e 6,6% afirmaram que fizeram o tratamento com acompanhamento médico, 2,3% não responderam a esse questionamento. Do total de participantes que informaram ter iniciado tratamento para transição de gênero antes da prisão, 97,0% expressaram que têm interesse em dar continuidade ao tratamento após o cumprimento da pena.

No grupo focal realizado com pessoas trans, eles destacaram a importância das disparidades sociais entre os diferentes gêneros, ressaltando as diferenças entre um ambiente de população predominantemente hétero para um espaço social na qual a identidade de gênero não é reconhecida.

[...] então eu consigo saber e entender e identificar o que é bom, o que é ruim o que um dia eu pretendo pra mim e o que será melhor quando eu sair daqui, depois de passar pelo sistema heterossexual (palavra incompreensível) pra unidade referente a minha homossexualidade porque eu sou gay.

Esta compreensão pareceu para o Grupo LGBTQUIA+ como um fator peculiar de determinadas unidades, revelando diferenças no tratamento e acolhimento dessa população. Ressaltaram ainda como fator importante a compreensão da especificidade do público LGBTQUIA+ quanto aos seus aspectos subjetivos e necessidades relacionadas à saúde de seus corpos. Problemas de saúde e diagnósticos relacionados à detecção de infecções sexualmente transmissíveis também foram pontos importantes para gestão da vida dessa população em situação de privação de liberdade.

4.2. Orientação Sexual

A Tabela 4 apresenta a distribuição dos detentos em relação à sua orientação sexual, com um total de 20.666 detentos. A orientação sexual mais prevalente é a heterossexual, com 20.005 detentos (96,8%), seguida de homossexual, com 332 detentos (1,6%). A bissexualidade é a terceira orientação mais comum, com 274 detentos (1,3%). As orientações assexual e pansexual são as menos representativas, com apenas 4 detentos (0,0%) cada; 17 detentos (0,1%) preferiram não se classificar e 26 detentos (0,1%) não responderam à pergunta sobre orientação sexual.

TABELA 4: Distribuição dos detentos por orientação sexual. Ceará, 2022.

Orientação Sexual	n	%
Heterossexual	20.005	96,8
Homossexual	332	1,6
Bissexual	274	1,3
Pansexual	8	0,0
Assexual	4	0,0
Prefere não se classificar	17	0,1
Não responderam	26	0,1
Total	20.666	100

4.3. Idade e Faixa Etária

A Tabela 5 apresenta a distribuição dos detentos por faixa etária, separados por gênero. A faixa etária de 22 a 25 anos é a mais frequente tanto entre os homens, com 20,0% dos detentos, quanto entre as mulheres, com 20,3% delas. A segunda faixa etária mais representada é a de 26 a 29 anos, com 20,7% dos homens e 18,8% das mulheres. A faixa etária de 18 a 21 anos é a terceira mais prevalente, com 9,9% dos detentos e 10,4% das detentas. A maioria dos respondentes, em ambos os grupos, encontra-se na faixa etária de até 29 anos, representando uma população encarcerada jovem.

Já entre os detentos acima de 65 anos, há um número reduzido, representando apenas 0,5% dos homens e 0,4% das detentas. Além disso, há 741 detentos (3,6%) cuja faixa etária não foi informada.

TABELA 5: Distribuição da faixa etária dos detentos por gênero. Ceará, 2022.

Faixa Etária	Homens Cisgênero		Mulheres Cisgênero		Total	
	n	%	n	%	n	%
18 a 21 anos	1.944	9,9	81	10,4	2.025	9,9
22 a 25 anos	3.920	20,0	159	20,3	4.079	20,0
26 a 29 anos	4.067	20,7	147	18,8	4.214	20,6
30 a 33 anos	2.981	15,2	111	14,2	3.092	15,2
34 a 37 anos	2.120	10,8	85	10,9	2.205	10,8
38 a 41 anos	1.402	7,1	72	9,2	1.474	7,2
42 a 45 anos	903	4,6	32	4,1	935	4,6
46 a 49 anos	570	2,9	28	3,6	598	2,9
50 a 53 anos	403	2,1	16	2,0	419	2,1
54 a 57 anos	248	1,3	13	1,7	261	1,3
58 a 61 anos	167	0,9	5	0,6	172	0,8
62 a 65 anos	86	0,4	2	0,3	88	0,4
> 65	102	0,5	3	0,4	105	0,5
Não informado	713	3,6	28	3,6	741	3,6
Total	19.626	100	782	100	20.408	100

O Gráfico 2 apresenta o histograma de frequência com a distribuição das idades em função do gênero. A média de idade foi 31,1 (DP = 9,36) anos no grupo de homens, 31,3 (DP= 9,27) anos no grupo de mulheres e 31,2 (DP = 9,36) anos para a amostra total.

Já quando considerados especificamente os participantes que se identificaram como não-cisgênero, a média de idade dos internos recenseados foi de 30,6 (DP = 8,58) anos, sendo a faixa etária de 26 a 29 anos a mais frequente, representando 25,8% desse público

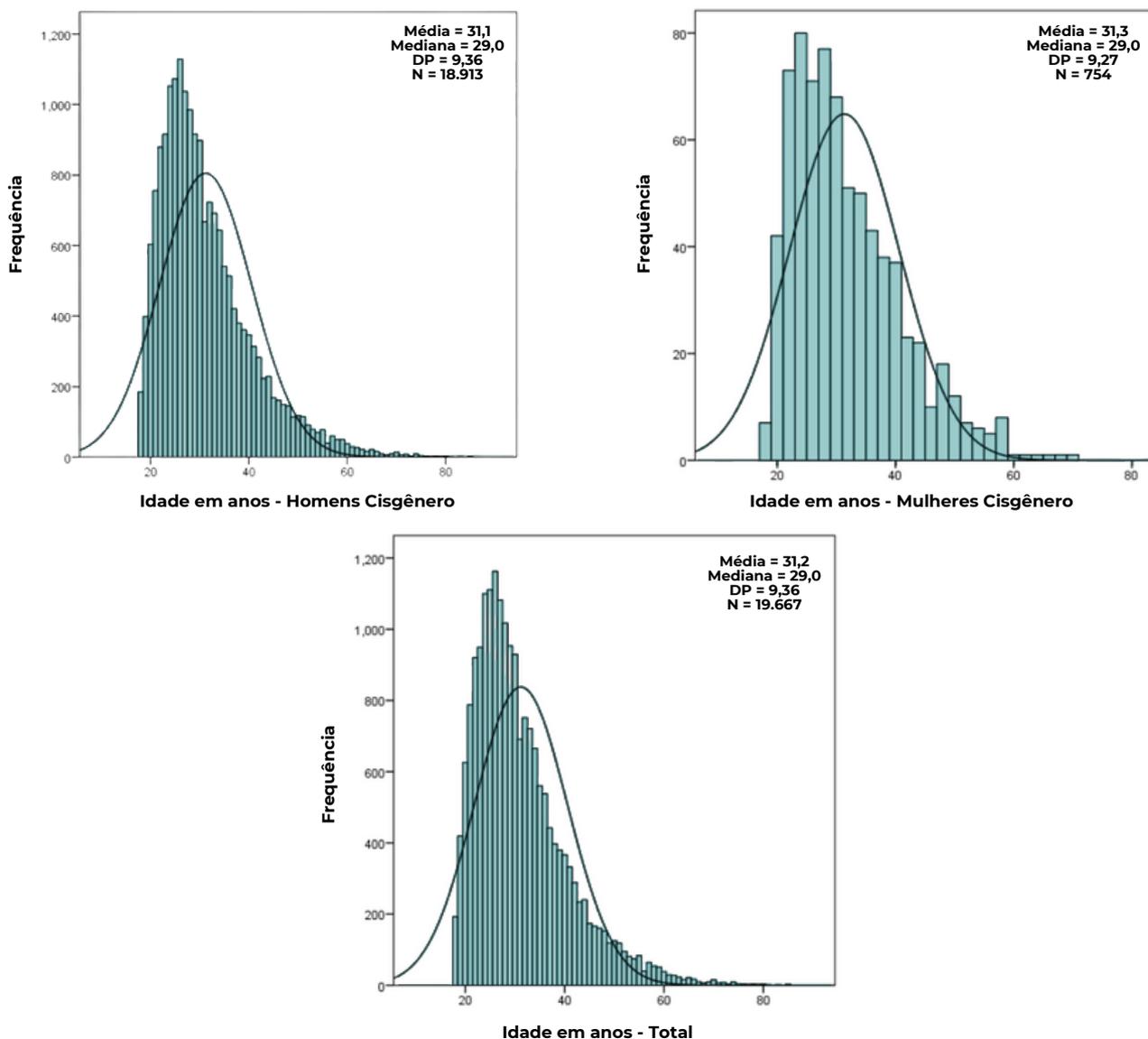


GRÁFICO 2: Histograma de frequência da idade dos detentos do sistema penitenciário do Ceará. Ceará, 2022.

4.4. Nacionalidade, naturalidade e município de moradia antes da prisão

A Tabela 6 mostra a distribuição dos detentos por nacionalidade. A maioria dos internos recenseados é brasileiro, representando 99,9% (20.384) da população carcerária cearense. Quando realizada a análise segmentada por gênero, verifica-se que 99,9% (19.605) dos internos homens, 99,6% das mulheres (779) e 100% (129) dos que se identificaram como não-cisgênero são brasileiros. Presos de outras nacionalidades representam apenas 0,1% da população carcerária conforme reportado na Tabela 6.

TABELA 6: Distribuição dos detentos por nacionalidade e gênero. Ceará, 2022.

Nacionalidade	Homens Cisgênero		Mulheres Cisgênero		Total	
	n	%	n	%	n	%
Brasil	19.605	99,9	779	99,6	20.384	99,9
América do Sul*	5	0,0	2	0,2	7	0,0
América do Norte e Central	2	0,0	-	-	2	0,0
África	6	0,0	1	0,2	7	0,0
Europa	6	0,0	-	-	6	0,0
Ásia	1	0,0	-	-	1	0,0
Não informado	1	0,0	-	-	1	0,0
Total	19.626	100	782	100	20.408	100

Nota.* Incluem-se todos os demais países da América do Sul, excetuando o Brasil.

A Tabela 7 ilustra a distribuição percentual de detentos por naturalidade e unidade federativa (UF) no país. A análise dos dados revela que 96,2% dos detentos (homens e mulheres cisgênero) são originários do Nordeste, com o estado do Ceará apresentando a maior concentração de detentos nesse grupo, correspondendo a 92,7% do total da amostra. O Sudeste aparece como a segunda região com maior quantidade de detentos, tendo 2,0% do total. Em seguida, temos o Centro-Oeste com 0,4% de detentos e o Sul com 0,2%, respectivamente. Em relação aos participantes que se identificaram como não-cisgênero, 94,6% são originários do Nordeste, sendo 92,2% naturais do estado do Ceará. O Sudeste aparece como a segunda região com maior quantidade de detentos desse grupo, representando 3,1% do total.

TABELA 7: Distribuição dos detentos por naturalidade – UF e gênero. Ceará, 2022.

Naturalidade	Homens Cisgênero		Mulheres Cisgênero		Total	
	n	%	n	%	n	%
Nordeste	18.871	96,2	752	96,1	19.623	96,2
Alagoas	27	0,1	1	0,1	28	0,1
Bahia	89	0,5	5	0,6	94	0,5
Ceará	18.190	92,7	725	92,7	18.915	92,7
Maranhão	109	0,6	4	0,5	113	0,6
Paraíba	88	0,4	4	0,5	92	0,5
Pernambuco	129	0,7	2	0,3	131	0,6

TABELA 7: Distribuição dos detentos por naturalidade – UF e gênero. Ceará, 2022. (Cont.)

Piauí	97	0,5	4	0,5	101	0,5
Rio Grande do Norte	135	0,7	6	0,8	141	0,7
Sergipe	7	0,0	1	0,1	8	0,0
Norte	190	0,9	16	2,1	206	1,0
Acre	17	0,1	3	0,4	20	0,1
Amapá	4	0,0	-	-	4	0,0
Amazonas	35	0,2	6	0,8	41	0,2
Pará	107	0,5	7	0,9	114	0,6
Rondônia	18	0,1	-	-	18	0,1
Roraima	3	0,0	-	-	3	0,0
Tocantins	6	0,0	-	-	6	0,0
Sudeste	409	2,0	7	1,0	416	2,0
São Paulo	277	1,4	2	0,3	279	1,4
Minas Gerais	26	0,1	2	0,3	28	0,1
Espírito Santo	5	0,0	-	-	5	0,0
Rio de Janeiro	101	0,5	3	0,4	104	0,5
Sul	33	0,2	1	0,0	34	0,2
Santa Catarina	8	0,0	-	-	8	0,0
Rio Grande do Sul	9	0,0	1	0,1	10	0,0
Paraná	16	0,1	-	-	16	0,1
Centro-Oeste	91	0,5	3	0,4	94	0,4
Distrito Federal	46	0,2	2	0,3	48	0,2
Goiás	22	0,1	-	-	22	0,1
Mato Grosso	13	0,1	1	0,1	14	0,1
Mato Grosso do Sul	10	0,1	-	-	10	0,0
Não brasileiro ou não respondeu	32	0,2	3	0,4	35	0,2
Total	19.626	100	782	100	20.408	100

As informações apresentadas na Tabela 8 são sobre a mesorregião de residência antes da prisão de homens e mulheres. Destaca-se nessa categoria a Região Metropolitana de Fortaleza, com 11.038 homens (58,1% dentre os homens) e 418 mulheres (55,5% dentre as mulheres) que declararam que residiam na região antes da prisão, totalizando 11.456 pessoas (58,0%).

No Noroeste Cearense, haviam 2.507 (13,2%) homens e 99 (13,1%) mulheres, totalizando 2.606 (13,2%) pessoas. No Norte Cearense, 1.497 (7,9%) homens e 52 (6,9%) mulheres residiam na região, totalizando 1.549 (7,8%) pessoas. Nos Sertões Cearenses, 1.422 (7,5%) homens e 57 (7,6%) mulheres residiam na região antes da prisão, totalizando 1.479 (7,5%) pessoas. Na Jaguaribe, 851 (4,5%) homens e 23 (3,2%) mulheres residiam na região, totalizando 874 (4,4%) pessoas. No Centro-Sul Cearense, 599 (3,1%) homens e 40 (5,3%) mulheres residiam na região antes da prisão, totalizando 639 (3,2%) pessoas. No Sul Cearense, 1.041 (5,5%) homens e 59 (7,8%) mulheres residiam na região antes da prisão, totalizando 1.100 (5,6%) pessoas. Por fim, 52 (0,2%) pessoas não informaram a sua mesorregião de residência antes da prisão, sendo 5 (0,6%) delas mulheres. Em relação aos participantes que se identificaram como não-cisgênero, a maioria (59,7%) residiam na Região Metropolitana de Fortaleza antes de serem presos. Além da região metropolitana de Fortaleza, as mesorregiões Noroeste Cearense e Norte Cearense apresentaram a segunda e terceira maior concentração de residentes desse grupo, com respectivamente 10,9% e 7,8% do total de participantes.

TABELA 8: . Distribuição da Mesorregião de residência antes de ser preso por gênero. Ceará, 2022.

Nacionalidade	Homens Cisgênero		Mulheres Cisgênero		Total	
	n	%	n	%	n	%
Noroeste Cearense	2.507	13,2	99	13,1	2.606	13,2
Norte Cearense	1.497	7,9	52	6,9	1.549	7,8
Metropolitana de Fortaleza	11.038	58,1	418	55,5	11.456	58,0
Sertões Cearenses	1.422	7,5	57	7,6	1.479	7,5
Jaguaribe	851	4,5	23	3,2	874	4,4
Centro-Sul Cearense	599	3,1	40	5,3	639	3,2
Sul Cearense	1.041	5,5	59	7,8	1.100	5,6
Não informado	52	0,2	5	0,6	57	0,3
Total	19.007^a	100	753^b	100	19.760^c	100

Nota.^a Total de internos homens cisgênero que informaram residir em municípios cearenses antes da prisão.^b Total de internos mulheres cisgênero que informaram residir em municípios cearenses antes da prisão.^c Total de internos (homens cisgênero e mulher cisgênero) que responderam informaram residir em municípios cearenses antes da prisão.

Os gráficos abaixo (Gráficos 3 a 9) detalham os municípios, por mesorregião, que os internos residiam antes de serem presos. Para permitir uma melhor visualização, municípios que representavam menos de 1% do total de residentes, em cada mesorregião, foram agrupados e contabilizados dentro da

categoria “Outros”. No Noroeste Cearense, o município com maior número de residentes é Sobral (25,9%). No Norte Cearense, o município com maior número de residentes é Cascavel (10,2%). Na Região Metropolitana de Fortaleza, o município com maior número de residentes é Fortaleza (76,0%). Nos Sertões Cearenses, o município com maior número de residentes é Quixada (17,4%). No Jaguaribe, o município com maior número de residentes é Aracati (33,3%). No Centro-Sul Cearense, o município com maior número de residentes é Iguatu (44,6%). No Sul Cearense, o município com maior número de residentes é Juazeiro do Norte (41,3%).

Município de residência antes da prisão - Noroeste Cearense

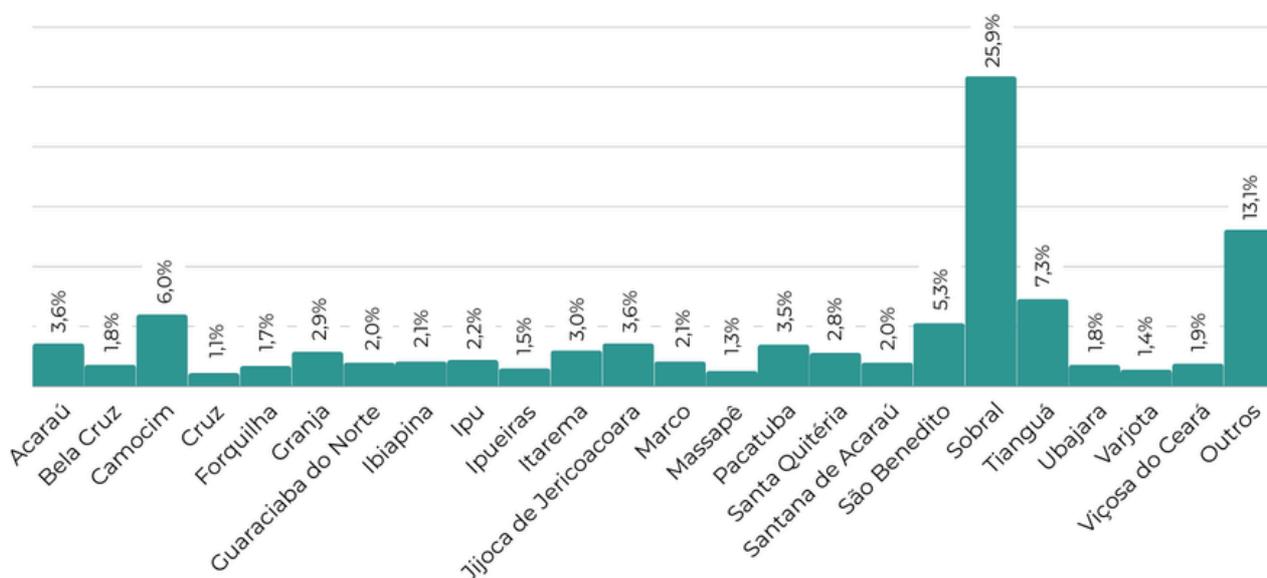


GRÁFICO 3: Distribuição das cidades de moradia dos detentos do Noroeste Cearense antes de serem presos. Ceará, 2022.

Município de residência antes da prisão - Norte Cearense

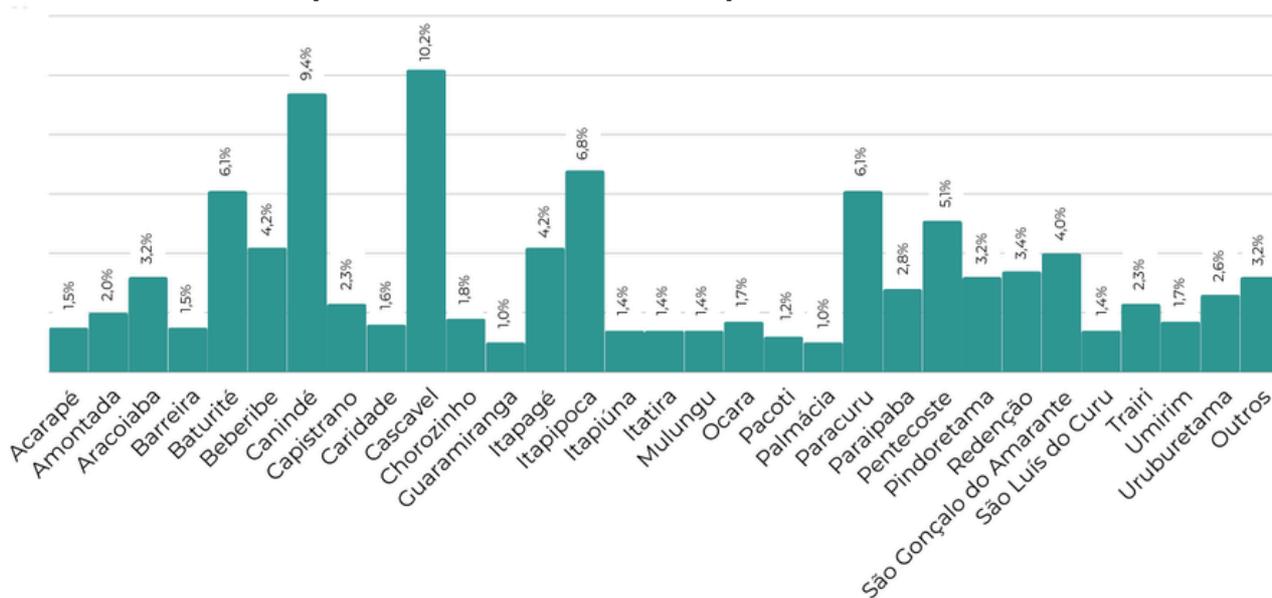


GRÁFICO 4: Distribuição das cidades de moradia dos detentos do Norte Cearense antes de serem presos. Ceará, 2022.

Município de residência antes da prisão - Região Metropolitana de Fortaleza

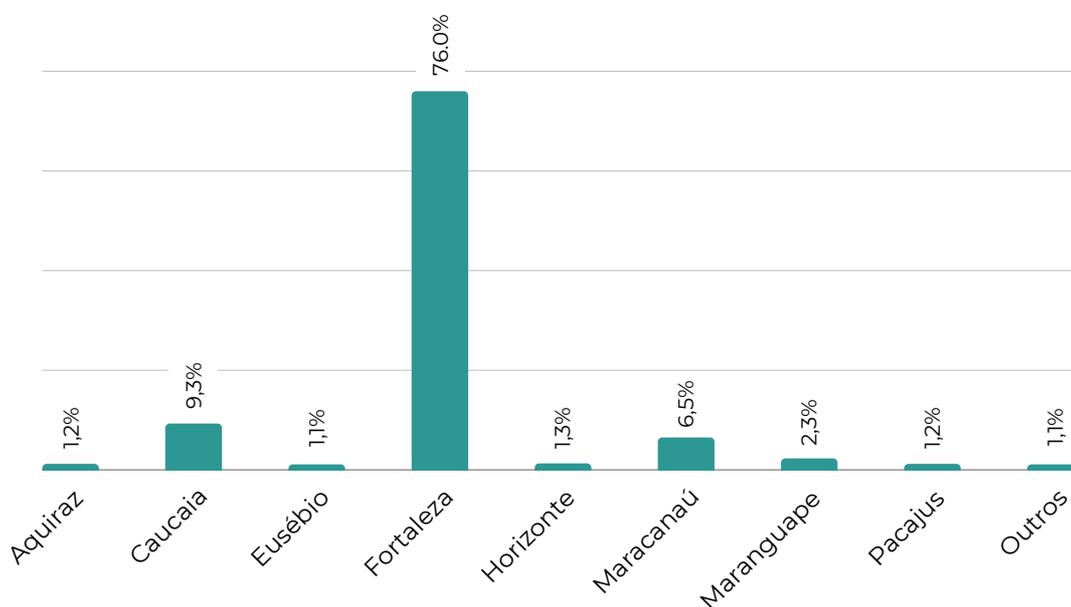


GRÁFICO 5: Distribuição das cidades de moradia dos detentos da Região Metropolitana de Fortaleza antes de serem presos. Ceará, 2022.

Município de residência antes da prisão - Sertões Cearenses

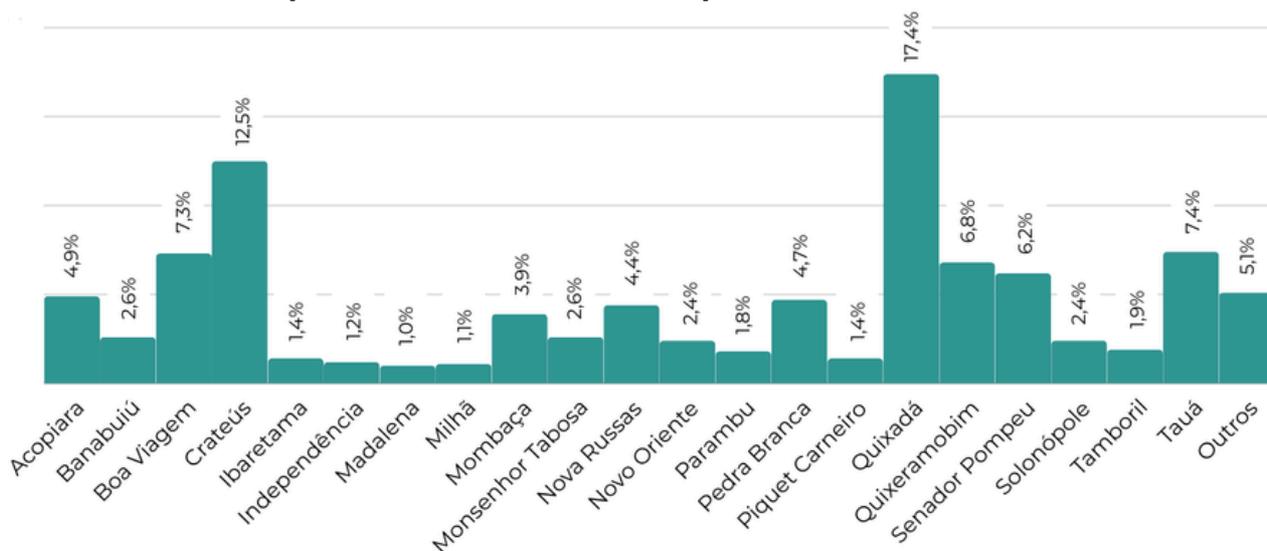


GRÁFICO 6: Distribuição das cidades de moradia dos detentos dos Sertões Cearenses antes de serem presos. Ceará, 2022.

Município de residência antes da prisão - Jaguaribe

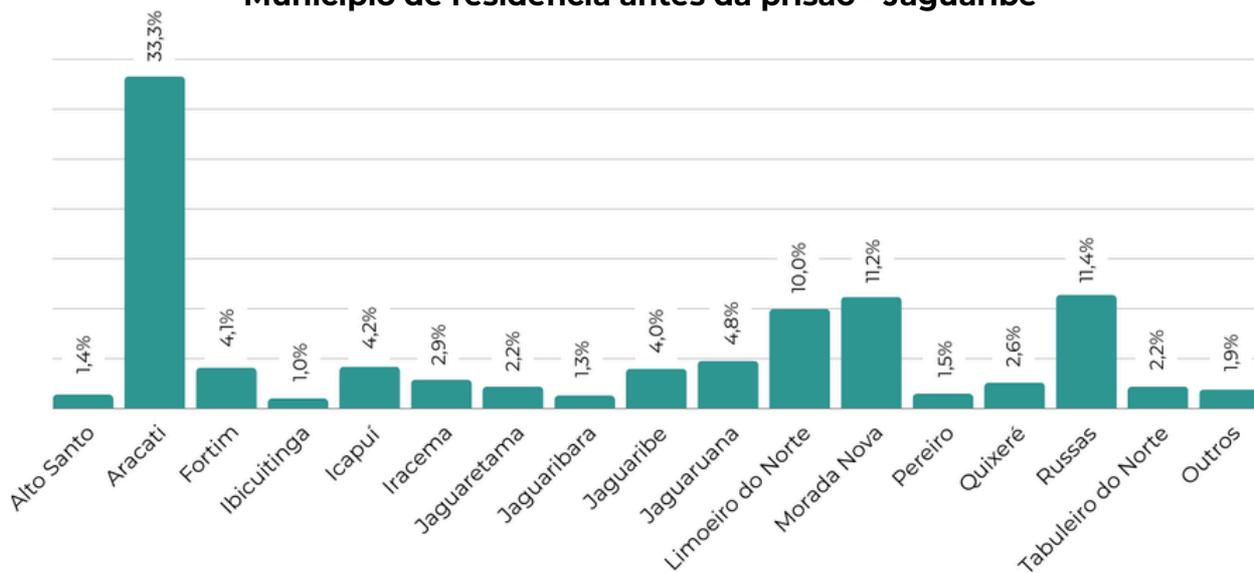


GRÁFICO 7: Distribuição das cidades de moradia dos detentos do Jaguaribe antes de serem presos. Ceará, 2022.

Município de residência antes da prisão - Centro-Sul Cearense

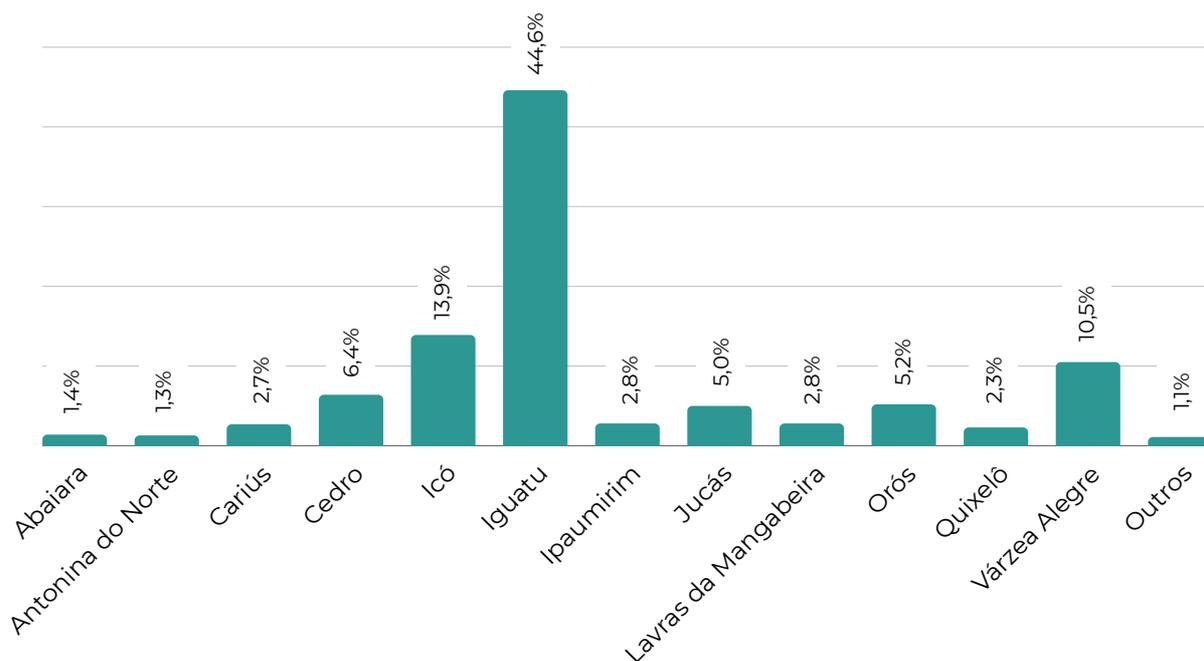


GRÁFICO 8: Distribuição das cidades de moradia dos detentos do Centro-sul Cearense antes de serem presos. Ceará, 2022.

Município de residência antes da prisão - Sul Cearense

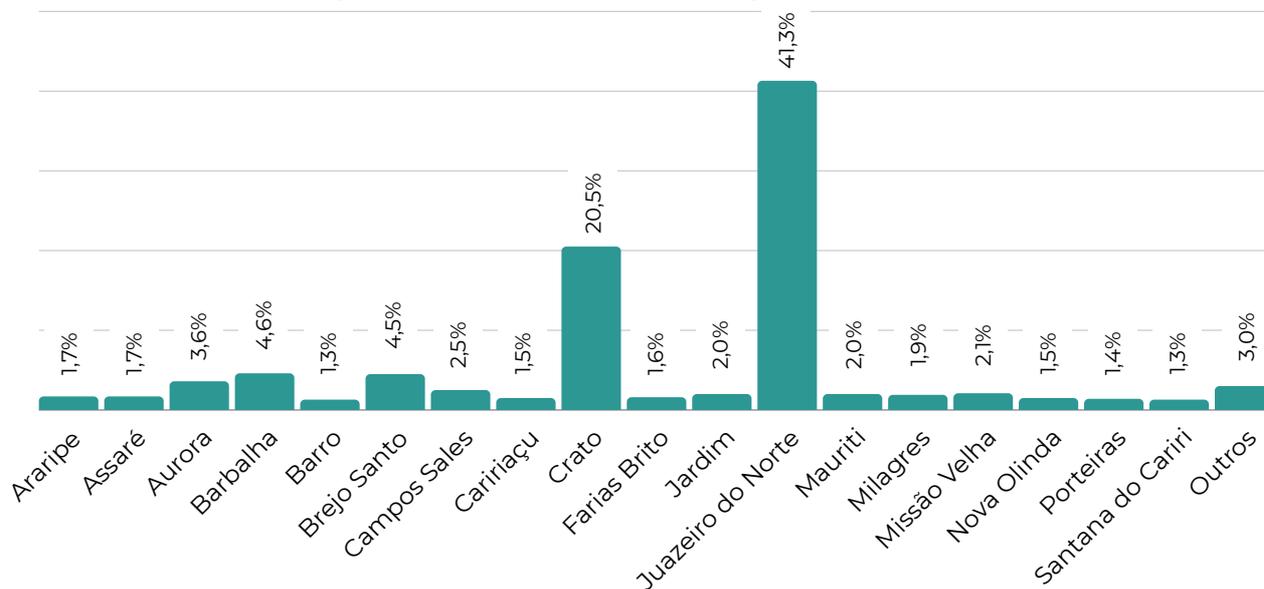


GRÁFICO 9: Distribuição das cidades de moradia dos detentos do Sul Cearense antes de serem presos. Ceará, 2022.

4.5. Situação de Moradia

A Tabela 9 apresenta informações sobre a situação habitacional dos indivíduos antes de sua prisão, separados por gênero. Dos 2.017 indivíduos que responderam ao questionamento completo, 13 (0,9%) homens e 11 (1,8%) mulheres residiam na rua antes de serem presos. Outros 45 (3,2%) homens e 27 (4,5%) mulheres residiam em casas cedidas ou emprestadas. Já 593 (41,8%) homens e 275 (45,9%) mulheres residiam em casas alugadas e 754 (53,2%) homens e 278 (46,4%) mulheres residiam em casas próprias. Há ainda 10 (0,7%) homens e 8 (1,4%) mulheres que não informaram sua condição habitacional antes de serem presos. Dentre os 66 participantes que se identificaram como não-cisgênero e responderam a versão do questionário completo, 53,0% residiam em casa alugada, 36,4% residiam em casa própria e 7,6% viviam em situação de rua.

TABELA 9: Distribuição do tipo de moradia antes de ser preso por gênero. Ceará, 2022.

Tipo de Moradia	Homens Cisgênero		Mulheres Cisgênero		Total	
	n	%	n	%	n	%
Situação de rua (morava na rua)	13	0,9	11	1,8	24	1,2
Casa cedida (emprestada)	45	3,2	27	4,5	72	3,6
Casa alugada	593	41,8	275	45,9	868	43,0
Casa própria	754	53,2	278	46,4	1.032	51,2
Outra	3	0,2	-	-	3	0,1
Não informado	10	0,7	8	1,4	18	0,9
Total	1.418	100	599	100	2.017a	100

Nota.a Total de internos que responderam ao questionário completo

4.6. Religião

A Tabela 10 apresenta a religião dos detentos. Dos 20.408 detentos respondentes, 33,2% são católicos (6.476 homens e 309 mulheres), 43,2% são evangélicos (8.492 homens e 334 mulheres) e 20,3% não têm religião (4.034 homens e 101 mulheres). As demais religiões representam menos de 1% da população, sendo elas, Espírita (0,4%), Umbanda (0,7%), Judaica (0,0%), Islâmica (0,0%), Ateu (0,3%), Candomblé (0,2%), Outra (0,3%) e Não Informado (1,2%). Dentre os detentos não-cisgênero, a religião mais frequente foi a católica, sendo a religião indicada por 32,6% desses participantes, seguidas das religiões evangélica (24,0%) e umbanda (15,5%). Desse grupo de participantes, 18,6% informaram não possuir religião.

TABELA 10: Distribuição da religião dos detentos por gênero. Ceará, 2022.

Religião	Homens Cisgênero		Mulheres Cisgênero		Total	
	n	%	n	%	n	%
Católica	6.476	33,0	309	39,5	6.785	33,2
Evangélica	8.492	43,3	334	42,7	8.826	43,2
Espírita	73	0,4	4	0,5	77	0,4
Umbanda	147	0,7	16	2,0	163	0,8
Judaica	4	0,0	-	-	4	0,0
Islâmica	5	0,0	-	-	5	0,0
Ateu	57	0,3	2	0,3	59	0,3
Candomblé	37	0,2	3	0,4	40	0,2
Sem religião	4.034	20,6	101	12,9	4.135	20,3
Outra	67	0,3	1	0,1	68	0,3
Não Informado	234	1,2	12	1,5	246	1,2
Total	19.626	100	782	100	20.408	100

4.7. Estado Civil

A Tabela 11 apresenta as informações sobre o estado civil dos detentos, separados por gênero. Dos 19.626 homens detentos, 61,9% são solteiros, 16,7% são casados, 16,8% estão em união estável, 2,7% são divorciados, 0,6% são viúvos e 1,1% não informaram o estado civil. Já entre as 782 mulheres detentas, 73,4% são solteiras, 10,9% são casadas, 11% estão em união estável, 1,5% são divorciadas, 2,4% são viúvas e 0,8% não informaram o estado civil. Ao todo, 62,3% dos 20.408 detentos são solteiros, 16,5% são casados, 16,6% estão em união estável, 2,6% são divorciados, 0,7% são viúvos e 1,1% não informaram o estado civil.

Do total de mulheres cisgênero que informaram serem casadas ou convivente em união estável, 38,9% afirmaram que seu companheiro está preso e 31,7% informaram que a sua prisão tem relação com o seu companheiro.

TABELA 11: Distribuição do Estado civil dos detentos por gênero. Ceará, 2022.

Estado Civil	Homens Cisgênero		Mulheres Cisgênero		Total	
	n	%	n	%	n	%
Solteiro(a)	12.144	61,9	574	73,4	12.718	62,3
Casado(a)	3.275	16,7	85	10,9	3.360	16,5
União Estável	3.294	16,8	86	11,0	3.380	16,6
Divorciado(a)	524	2,7	12	1,5	536	2,6
Viúvo(a)	127	0,6	19	2,4	146	0,7
Outro	43	0,2	-	-	43	0,2
Não Informado	219	1,1	6	0,8	225	1,1
Total	19.626	100	782	100	20.408	100

Dentre os detentos não-cisgênero, 80,6% indicaram serem solteiros, 6,2% casados, 9,3% em união estável, 0,8% divorciados e 3,1% não informaram seu estado civil. Do total de detentos não-cisgênero que informaram serem casadas ou convivente em união estável, 45,0% afirmaram que seu companheiro/a está preso e 5,0% informaram que a sua prisão tem relação com o seu companheiro/a.

4.8. Classificação étnico-racial

Em relação à classificação étnico-racial, a cor/raça "parda" apresentou a maior proporção entre os detentos, representando 67,9% do total, com 13.285 (67,7%) detentos masculinos e 574 (73,4%) detentas femininas. A cor/raça "branca" foi a segunda mais representativa, correspondendo a 17,0% do total, com 3.364 (17,1%) detentos masculinos e 113 (14,5%) detentas femininas. A cor/raça "preta" representou 11,0% do universo de detentos, sendo identificados 2.195 (11,2%) detentos masculinos e 59 (7,5%) detentas femininas. A cor/raça "amarela" correspondeu a 1,3% do total, sendo identificados 241 (1,2%) detentos masculinos e 26 (3,3%) detentas femininas. A população indígena representou 0,2% dos detentos, sendo identificados 41 (0,2%) detentos masculinos e 3 (0,4%) detentas femininas. Foram registrados ainda 71 (0,3%) detentos do gênero masculino com classificação étnico-racial "outra" e 436 (2,1%) detentos sem declaração/não sabem da classificação étnico-racial. Dentre os não-cisgênero, a cor/raça "parda" apresentou a maior proporção entre os detentos, representando 67,4% do total, seguida pela cor/raça "branca" e "preta" que foram indicadas por 23,3% e 6,2% respectivamente.

TABELA 12: Distribuição da cor, raça ou etnia dos detentos por gênero. Ceará, 2022

Cor, raça ou etnia	Homens Cisgênero		Mulheres Cisgênero		Total	
	n	%	n	%	n	%
Branca	3.364	17,1	113	14,5	3.477	17,0
Preta	2.195	11,2	59	7,5	2.254	11,0
Parda	13.285	67,7	574	73,4	13.859	67,9
Amarela	241	1,2	26	3,3	267	1,3
Indígena	41	0,2	3	0,4	44	0,2
Outra	71	0,4	-	-	71	0,3
Sem declaração/ Não sabe	429	2,2	7	0,9	436	2,3
Total	19.626	100	782	100	20.408	100

4.9. Acesso a documentação e benefícios sociais

A Tabela 13 apresenta a distribuição dos detentos por tipo de documento que possui. Conforme pode ser observado, o documento mais comum aos detentos é a certidão de nascimento, 92,0% deles o possui, sendo 92,2% dos homens e 91,5% das mulheres. O segundo documento mais comum entre os detentos foi o Cadastro de Pessoa Física (CPF), 82,6% dos detentos o possuem, 81,2% dos homens e 86% das mulheres. Seguido pelo Registro Civil, que 79,0% dos detentos o possuem, 77,3% dos homens e 83,0% das mulheres.

Em relação à posse de carteira de trabalho, 60,3% do total de detentos possui, sendo 63,8% dos homens e 52,3% das mulheres. Enquanto a posse de título de eleitor é informada por 63,8% do total de detentos, sendo 62,7% dos homens e 66,3% das mulheres. Quando analisada a posse destes documentos entre os detentos que se identificam como não-cisgênero, é possível identificar que 90,9% possuem certidão de nascimento, 84,8% possuem Registro Civil e 83,3% possuem Cadastro de Pessoa Física (CPF). Já em relação à posse de carteira de trabalho, 62,1% informaram possuir. Enquanto 68,2% informaram possuir título de eleitor.

TABELA 13: Distribuição dos detentos por tipo de documento que possui e gênero. Ceará, 2022

Tipo de Documento	Homens Cisgênero		Mulheres Cisgênero		Total	
	n	%	n	%	n	%
Certidão de Nascimento						
Não Possui	92	6,5	45	7,5	137	6,8
Possui	1.308	92,2	548	91,5	1.856	92,0
Não Sabe	18	1,3	6	1,0	24	1,2
Não Informado	-	-	-	-	-	-
Total	1.418	100	599	100	2.017^a	100
Registro Civil (RG)						
Não Possui	295	20,8	95	15,9	390	19,3
Possui	1.096	77,3	497	83,0	1.593	79,0
Não Sabe	25	1,8	7	1,2	32	1,6
Não Informado	2	0,1	-	-	2	0,1
Total	1.418	100	599	100	2.017^a	100
Cadastro de Pessoa Física (CPF)						
Não Possui	246	17,3	80	13,4	326	16,2
Possui	1.151	81,2	515	86,0	1.666	82,6
Não Sabe	19	1,3	4	0,7	23	1,1
Não Informado	2	0,1	-	-	2	0,1
Total	1.418	100	599	100	2.017^a	100
Carteira Nacional de Habilitação (CNH)						
Não Possui	1.137	80,2	551	92,0	1.688	83,7
Possui	273	19,3	46	7,7	319	15,8
Não Sabe	4	0,3	1	0,2	5	0,2
Não Informado	4	0,3	1	0,2	5	0,2
Total	1.418	100	599	100	2.017^a	100
Passaporte						
Não Possui	1.367	96,4	574	95,8	1.941	96,2
Possui	42	3,0	24	4,0	66	3,3
Não Sabe	6	0,4	1	0,2	7	0,3
Não Informado	3	0,2	-	-	3	0,1
Total	1.418	100	599	100	2.017^a	100

TABELA 13: Distribuição dos detentos por tipo de documento que possui e gênero. Ceará, 2022 (Cont.)

Carteira de Trabalho						
Não Possui	491	34,6	283	47,2	774	38,4
Possui	904	63,8	313	52,3	1.217	60,3
Não Sabe	21	1,5	3	0,5	24	1,2
Não Informado	2	0,1	-	-	2	0,1
Total	1.418	100	599	100	2.017^a	100
Título de Eleitor						
Não Possui	505	35,6	198	33,1	703	34,9
Possui	889	62,7	397	66,3	1.286	63,8
Não Sabe	22	1,6	4	0,7	26	1,3
Não Informado	2	0,1	-	-	2	0,1
Total	1.418	100	599	100	2.017^a	100

Nota. ^a Total de internos que responderam ao questionário completo

A Tabela 14 apresenta a distribuição dos detentos por tipo de benefício social que ele ou algum familiar recebe. Conforme pode ser observado, o benefício mais comumente recebido é o Auxílio Brasil, seguido por Pensão/Aposentadoria, que foram informados por 30,2% e 21,7% do total de detentos, respectivamente. Especificamente em relação ao Auxílio Reclusão, 2,7% dos detentos afirmam receber essa modalidade de benefício. Quando distribuídos em função do gênero, 29,3% dos homens e 52,3% das mulheres informam o recebimento de Auxílio Brasil e 21,7% dos homens e 21,4% das mulheres informam o recebimento de Pensão/Aposentadoria. O auxílio reclusão é recebido por 2,8% dos homens e 1,2% das mulheres. Quando analisada o recebimento de benefício social pelo detento ou algum familiar dentre aqueles que se identificam como não-cisgênero, é possível verificar que 32,6% informam recebe Auxílio Brasil, 17,8% informam o recebimento de Pensão/Aposentadoria. O auxílio reclusão é recebido por 0,8% dos detentos desse grupo.

TABELA 14: Distribuição dos detentos por tipo de benefício recebido por ele ou por pessoa da família. Ceará, 2022.

Tipo de Benefício	Homens Cisgênero		Mulheres Cisgênero		Total	
	n	%	n	%	n	%
Auxílio Brasil						
Não Possui	11.540	58,8	306	39,1	11.846	58,0
Possui	5.754	29,3	409	52,3	6.163	30,2
Não Sabe	2.205	11,2	66	8,4	2.271	11,1
Não Informado	127	0,6	1	0,1	128	0,6
Total	19.626	100	782	100	20.408	100
Auxílio Reclusão						
Não Possui	16.863	85,9	708	90,5	17.571	86,1
Possui	552	2,8	9	1,2	561	2,7
Não Sabe	2.003	10,2	62	7,9	2.065	10,1
Não Informado	208	1,1	3	0,4	211	1,0
Total	19.626	100	782	100	20.408	100
Benefício de Prestação Continuada (BPC)						
Não Possui	16.983	86,5	686	87,7	17.669	86,6
Possui	498	2,5	30	3,8	528	2,6
Não Sabe	1.944	9,9	64	8,2	2.008	9,8
Não Informado	201	1,0	2	0,3	203	1,0
Total	19.626	100	782	100	20.408	100
Aposentadoria/Pensão						
Não Possui	13,440	68,5	559	71,0	13.999	68,8
Possui	4.257	21,7	167	21,4	4.434	21,7
Não Sabe	1.763	9,0	56	7,2	1.819	8,9
Não Informado	166	0,8	-	-	166	0,8
Total	19.626	100	782	100	20.408	100
Outro Benefício						
Não Possui	16.476	83,9	659	84,3	17.135	84,0
Possui	940	4,8	52	6,6	992	4,9
Não Sabe	2.000	10,2	69	8,8	2.069	10,1
Não Informado	210	1,1	2	0,3	212	1,0
Total	19.626	100	782	100	20.408	100

4.10. Cadastramento biométrico

A Tabela 15 apresenta a distribuição dos detentos relacionado a realização de cadastramento biométrico ao ingressar no sistema prisional. Conforme apresentado na tabela, 93,5% dos detentos afirmam ter passado por cadastramento biométrico no ingresso no sistema prisional. Dos homens, 93,4% afirmam terem feito esse cadastramento, enquanto 96,2% das mulheres afirmam terem realizado esse cadastramento. Dado semelhante ao observado para os detentos que se identificam como não-cisgênero, dentre os quais 93,8% afirmam ter realizado cadastramento biométrico.

TABELA 15: Distribuição dos detentos por realização de cadastramento biométrico ao ingressar no sistema penitenciário. Ceará, 2022.

Cadastro Biométrico	Homens Cisgênero		Mulheres Cisgênero		Total	
	n	%	n	%	n	%
Sim	18.331	93,4	752	96,2	19.083	93,5
Não	1.246	6,3	29	3,7	1.275	6,2
Não sabe/Não Informou	49	0,2	1	0,1	50	0,2
Total	19.626	100	782	100	20.408	100

4.11. Tempo recluso no sistema prisional

Na Tabela 16 são apresentados os tempos de reclusão dos detentos dentro do sistema prisional. Conforme disposto na tabela, 41,4% dos detentos estão presos há 1 ano ou menos. Quando analisado em função do gênero, 40,8% dos homens e 56,4% das mulheres estão presos há 1 ano ou menos. Em relação ao tempo de reclusão daqueles que se identificam como não-cisgênero, 39,4% estão presos há 1 ano ou menos.

TABELA 16: Distribuição dos detentos por tempo de reclusão no sistema prisional. Ceará, 2022.

Tempo no Sistema Prisional	Homens Cisgênero		Mulheres Cisgênero		Total	
	n	%	n	%	n	%
< 1 mês	458	2,3	53	6,8	511	2,5
1 a 6 meses	2.751	14,0	173	22,1	2.924	14,3
7 a 11 meses	1.706	8,7	83	10,6	1.789	8,8
1 ano	3.099	15,8	132	16,9	3.231	15,8
2 anos	2.121	10,8	97	12,4	2.218	10,9
3 anos	2.060	10,5	86	11,0	2.146	10,5
4 anos	1.669	8,5	56	7,2	1.725	8,5
5 a 7 anos	2.787	14,2	71	9,1	2.858	14,0
≥ 8 anos	2.319	11,8	14	1,8	2.333	11,4
Não Informado	656	3,3	17	2,2	673	3,3
Total	19.626	100	782	100	20.408	100

5. HISTÓRICO PRISIONAL

Neste capítulo, discute-se a experiência prisional das pessoas privadas de liberdade no sistema penitenciário cearense. Observa-se como estes sujeitos estão em relação a sua prisão e devido ao seu processo legal, verificando a situação carcerária, os motivos de sua detenção, a participação de advogado e defensores nos casos e o acesso aos advogados e aos defensores na prisão. Interessa observar como essas características revelam a situação dos presos diante da situação em que se encontram, ou seja, privados de liberdade em uma unidade prisional que precisa observar os devidos processos legais em acordo com a leis que regem o Direito brasileiro e princípios fundamentais dos direitos humanos dos quais é signatário em diversas instâncias internacionais como a Organização das Nações Unidas, Organização dos Estados Americanos, entre outras.

5.1. Situação Prisional

Conforme a Tabela 17, embora o maior percentual de presos seja de pessoas apenadas, com 46,4% do total, ainda é significativo o número de presos provisórios, com 34,3%. O percentual de pessoas privadas na condição de presa provisória é maior entre as mulheres, com 43,4% de detentas nesta condição. Adicionalmente, cabe mencionar que o quantitativo de presos provisórios dentre daqueles que se identificam como não-cisgênero é de 30,2%. Conforme explica de Azevedo (2017), a prisão provisória é um recurso do sistema jurídico brasileiro que, entre outras coisas, sobrecarrega o sistema prisional em função de resistência a outras formas de responsabilização de pessoas acusadas de crimes e ainda aguardando o transcurso do devido processo legal².

Nos grupos focais, observou-se que existe uma grande expectativa em relação ao processo, sobretudo, em relação aos que aguardam pelo julgamento. Assim, a equipe de pesquisa foi insistentemente questionada se a atividade proposta traria algum benefício ou se poderíamos ajudá-los com algum tipo de orientação jurídica a respeito de como estava o processo deles. Alguns, também, relataram sua expectativa quanto aos dias para cumprimento da pena e saída do sistema para recomeçar sua vida após a prisão. Esta grande expectativa também revelou a ansiedade deles pelas movimentações processuais que, conforme relatos, sofrem a morosidade da justiça cearense.

TABELA 17: Distribuição dos detentos por gênero e situação prisional. Ceará, 2022.

Situação Prisional	Homens Cisgênero		Mulheres Cisgênero		Total	
	n	%	n	%	n	%
Apenado	9.117	46,5	354	45,3	9.471	46,4
Provisório	6.658	33,9	339	43,4	6.997	34,3
Semiaberto (Recolhido)	2.443	12,4	65	8,3	2.508	12,3
Não sabe	1.043	5,3	19	2,4	1.062	5,2
Não informado	365	1,9	5	0,6	370	1,8
Total	19.626	100	782	100	20.408	100

² Sobre a racionalidade do sistema judiciário brasileiro e a aplicação das medidas de prisão provisória ver DE AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli. Reformas da justiça penal no Brasil—a democratização inacabada. Acta Sociológica, v. 72, p. 43-69, 2017.

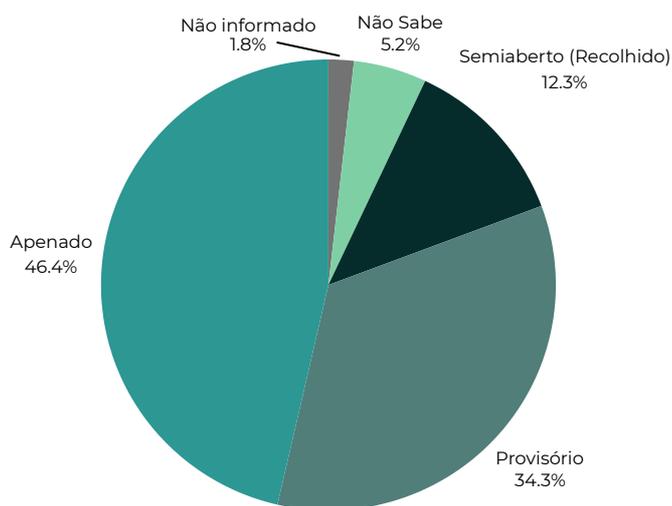


GRÁFICO 10: Distribuição dos detentos por situação prisional. Ceará. 2022.

5.2. Prisão em flagrante e Audiência de Custódia

Conforme demonstrado na Tabela 18, a prisão em flagrante gerou o maior número de detenções na população entrevistada, sendo que 59,6% foram detidos nesta condição. A maior parte passou por audiências de custódia (61,5%), mas um percentual significativo afirmou que não, ao todo 36,3%. Do grupo de participantes não-cisgênero, 57,4% foram presos em flagrante e 71,3% passaram por audiência de custódia.

TABELA 18: Distribuição dos detentos por ocorrência de prisão em flagrante. Ceará, 2022.

Prisão em Flagrante	Homens Cisgênero		Mulheres Cisgênero		Total	
	n	%	n	%	n	%
Sim	11.700	59,6	467	59,7	12.167	59,6
Não	7.895	40,2	315	40,3	8.210	40,2
Não Informou	31	0,2	-	-	31	0,2
Total	19.626	100	782	100	20.408	100

TABELA 19: Distribuição dos detentos por realização de audiência de custódia. Ceará, 2022.

Realização de Audiência de Custódia	Homens Cisgênero		Mulheres Cisgênero		Total	
	n	%	n	%	n	%
Sim	12.037	61,3	513	65,6	12.550	61,5
Não	7.147	36,4	259	33,1	7.406	36,3
Não sabe	368	1,9	8	1,0	376	1,8
Não Informou	74	0,4	2	0,3	76	0,4
Total	19.626	100	782	100	20.408	100

Observou-se que no universo que efetivamente passou pela audiência de custódia, 44,5% relataram que a mesma aconteceu 72 horas após a sua prisão, enquanto 24,1% afirmaram que a mesma aconteceu em até 24 horas. 75,1% dos detentos afirmaram que permaneceu algemado durante a audiência de custódia.

TABELA 20: Distribuição dos detentos por tempo para realização da audiência de custódia. Ceará, 2022.

Tempo para Audiência de Custódia	Homens Cisgênero		Mulheres Cisgênero		Total	
	n	% ^a	n	% ^b	n	% ^c
24 horas após a prisão	172	20,8	117	31,5	289	24,1
48 horas após a prisão	87	10,5	37	9,9	124	10,3
72 horas após a prisão	83	10,0	31	8,3	114	9,5
Mais de 72 horas após a prisão	376	45,4	158	42,5	534	44,5
Não sabe/ Não Informou	110	13,3	30	7,8	140	11,6
Total	828	100	373	100	1.201	100

Nota.^a Porcentagem relativa ao total de detentos homens Cisgênero que responderam ao questionário completo e afirmaram terem realizado audiência de custódia (828); ^b Porcentagem relativa ao total de detentas mulheres Cisgênero que responderam ao questionário completo e afirmaram terem realizado audiência de custódia (373); ^c Porcentagem relativa ao total de detentas mulheres e homens Cisgênero na amostra que responderam ao questionário completo e afirmaram terem realizado audiência de custódia (1.201).

TABELA 21: Distribuição dos detentos por ter permanecido algemado durante audiência de custódia. Ceará, 2022.

Permaneceu algemado durante a audiência de custódia	Homens Cisgênero		Mulheres Cisgênero		Total	
	n	% ^a	n	% ^b	n	% ^c
Sim	631	76,2	271	72,7	902	75,1
Não	159	19,2	75	20,1	234	19,5
Não lembra	33	4,0	26	7,0	59	4,9
Não Informou	5	0,6	1	0,3	6	0,5
Total	828	100	373	100	1.201	100

Nota.^a Porcentagem relativa ao total de detentos homens Cisgênero que responderam ao questionário completo e afirmaram terem realizado audiência de custódia (828); ^b Porcentagem relativa ao total de detentas mulheres Cisgênero que responderam ao questionário completo e afirmaram terem realizado audiência de custódia (373); ^c Porcentagem relativa ao total de detentas mulheres e homens Cisgênero na amostra que responderam ao questionário completo e afirmaram terem realizado audiência de custódia (1.201).

Em relação a ocorrência de violência no momento da prisão, 60,6% informaram que não ocorreu, enquanto 38,3% responderam afirmativamente. Dos que sofreram violência, 62,7% ressaltaram que essa violência aconteceu em virtude da ação de policiais militares. Já entre aqueles detentos que se identificam como não-cisgênero, 51,5% afirmam ter sofrido violência no momento da prisão. Destes que sofreram violência, 67,8% afirmam que o perpetrador da violência foram policiais militares. Nos grupos focais, os relatos ressaltaram problemas relativos ao ingresso no sistema, sobretudo, na unidade de triagem, quando os entrevistados ressaltaram a ocorrência de agressões em algumas ocasiões por não saberem como agir diante dos comandos e ordens para cumprimento de determinados procedimentos.

TABELA 22: Distribuição dos detentos por ocorrência violência no momento da prisão. Ceará, 2022.

Sofreu violência no momento da prisão	Homens Cisgênero		Mulheres Cisgênero		Total	
	n	%	n	%	n	%
Sim	607	42,8	166	27,7	773	38,3
Não	797	56,2	425	71,0	1222	60,6
Não Informou	14	1,0	8	1,3	22	1,0
Total	1.418	100	599	100	2.017^a	100

Nota.^a Total de internos que responderam ao questionário completo

TABELA 23: Distribuição dos detentos por perpetrador da violência no momento da prisão. Ceará, 2022.

Perpetrador da violência no momento da prisão	Homens Cisgênero		Mulheres Cisgênero		Total	
	n	% ^a	n	% ^b	n	% ^c
Policial Civil	156	25,7	46	27,7	202	26,1
Policial Militar	386	63,6	99	59,6	485	62,7
Guarda Municipal	8	1,3	4	2,4	12	1,6
Populares	6	1,0	5	3,0	11	1,4
Policial Federal	4	0,7	1	0,6	5	0,6
Outros	17	2,8	-	-	17	2,2
Não Informou	30	4,9	11	6,6	41	5,3
Total	607	100	166	100	773	100

Nota.^a Porcentagem relativa ao total de detentos homens Cisgênero que responderam ao questionário completo e afirmaram terem sofrido violência no momento da prisão (607); ^b Porcentagem relativa ao total de detentas mulheres Cisgênero que responderam ao questionário completo e afirmaram terem sofrido violência no momento da prisão (166); ^c Porcentagem relativa ao total de detentas mulheres e homens Cisgênero na amostra que responderam ao questionário completo e afirmaram terem sofrido violência no momento da prisão (773).

Conforme é possível observar a seguir, 55,6% dos entrevistados relataram não ter comunicado ao juiz sobre a violência na audiência de custódia. Embora 60,2% dos que comunicaram a violência afirmaram que não se sentiram coagidos, outros 33,2% ressaltaram essa sensação. Dentre aqueles detentos que se identificam como não-cisgênero e afirmam ter sofrido violência no momento da sua prisão, 44,1% afirmam ter comunicado ao juiz durante a audiência de custódia. Destes que comunicaram, 46,7% afirmaram que se sentiram coagidos ao relatarem a violência sofrida.

TABELA 24: Distribuição dos detentos por ter comunicado, durante audiência de custódia, ter sofrido violência no momento da prisão. Ceará, 2022.

Comunicou, durante a audiência de custódia, ter sofrido violência ao ser preso	Homens Cisgênero		Mulheres Cisgênero		Total	
	n	% ^a	n	% ^b	n	% ^c
Sim	223	36,9	66	40,0	289	37,5
Não	335	55,6	95	57,6	430	55,8
Não lembra	28	4,6	3	1,8	31	4,0
Não Informou	19	3,1	1	0,6	20	2,6
Total	607	100	166	100	773	100

Nota.^a Porcentagem relativa ao total de detentos homens Cisgênero que responderam ao questionário completo e afirmaram terem realizado audiência de custódia e sofrido violência no momento da prisão (607); ^b Porcentagem relativa ao total de detentas mulheres Cisgênero que responderam ao questionário completo e afirmaram terem realizado audiência de custódia e sofrido violência no momento da prisão (166); ^c Porcentagem relativa ao total de detentas mulheres e homens Cisgênero na amostra que responderam ao questionário completo e afirmaram terem realizado audiência de custódia e sofrido violência no momento da prisão (773).

TABELA 25: Distribuição dos detentos por sensação de coação, na audiência de custódia, ao relatar que sofreu violência durante o momento da prisão. Ceará, 2022.

Sensação de coação, na audiência de custódia, ao relatar que sofreu violência durante o momento da prisão	Homens Cisgênero		Mulheres Cisgênero		Total	
	n	% ^a	n	% ^b	n	% ^c
Sim	78	35,0	18	27,3	96	33,2
Não	130	58,3	44	66,7	174	60,2
Não lembra	11	4,9	1	1,5	12	4,2
Não Informou	4	1,8	3	4,5	7	2,4
Total	223	100	66	100	289	100

Nota.^a Porcentagem relativa ao total de detentos homens Cisgênero que responderam ao questionário completo e afirmaram terem comunicado, na audiência de custódia, que sofreu violência no momento da prisão (223); ^b Porcentagem relativa ao total de detentas mulheres Cisgênero que responderam ao questionário completo e afirmaram terem comunicado, na audiência de custódia, que sofreu violência no momento da prisão (66); ^c Porcentagem relativa ao total de detentas mulheres e homens Cisgênero na amostra que responderam ao questionário completo e afirmaram terem comunicado, na audiência de custódia, que sofreu violência no momento da prisão (289).

5.3. Adoção de medida cautelares

A respeito da adoção de medidas cautelares anteriores à prisão, 81,4% afirmaram não possuir medida anterior. Entre os que responderam que sim, 5,2% destacaram medida de comparecimento em juízo e 9,3% monitoramento eletrônico.

TABELA 26: Distribuição dos detentos por adoção de medida cautelar anterior à prisão. Ceará, 2022.

Adoção de medida cautelar anterior a prisão	Homens Cisgênero		Mulheres Cisgênero		Total	
	n	%	n	%	n	%
Não	15.980	81,4	630	80,6	16.610	81,4
Comparecimento periódico em Juízo	1.035	5,3	26	3,3	1.061	5,2
Proibição de acesso ou frequência a determinados lugares	82	0,4	15	1,9	97	0,5
Proibição de manter contato com pessoa determinada	110	0,6	6	0,8	116	0,6
Proibição de ausentar-se da Comarca (cidade)	89	0,5	3	0,4	92	0,5
Recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga	177	0,9	6	0,8	183	0,9
Suspensão do exercício de função pública ou atividade de natureza econômica	6	0,0	-	-	6	0,0
Internação provisória	106	0,5	-	-	106	0,5
Fiança	70	0,4	3	0,4	73	0,4
Monitoração eletrônica	1.806	9,2	88	11,3	1.894	9,3
Não informado	165	0,8	5	6	170	0,8
Total	19.626	100	782	100	20.408	100

5.4. Motivos das detenções

Outro dado importante do Censo diz respeito ao tipo de crime que causou o aprisionamento. Como foi possível observar, 14,6% de toda população carcerária cearense está em privação de liberdade por homicídio simples, enquanto 10,3% por homicídio qualificado. Isto ilustra que um quarto dessa população efetivamente está envolvida em um crime grave com impacto social importante para toda sociedade. Não obstante, o crime gerador do maior número de encarceramentos é o roubo simples, ou seja, as situações em que uma pessoa subtrai bens de outra por meio de grave ameaça ou violência. Ao todo, 25,0% responderam estar nessa condição, sendo um percentual maior na população masculina, com 25,5% das respostas, e em menor percentual na população feminina, com 13,3%.

Em linhas gerais, 44% da população encarcerada está nessa condição em função de crimes contra o patrimônio. Desperta atenção os percentuais significativos de crimes de menor potencial ofensivo como furto simples, 5,1% dos casos, e receptação, com 4,8%. Por outro lado, crimes graves como estupro, estupro de vulnerável e corrupção de menores somam 9,1% das situações de aprisionamento. Ao todo, o estudo encontrou 836 casos de estupro de vulnerável que, em razão de envolver uma grave violência ainda na infância, merecem um aprofundamento para compreensão da causalidade desse tipo de situação.

Entre os respondentes, 3,8% destacaram que foram presos por associação criminosa, o que revela uma situação muito importante quanto a características desse crime em relação a população carcerária associada ao fenômeno das facções criminosas no Ceará³.

Por fim, o crime gerador do maior número de encarceramentos é o tráfico de drogas, com 28,8% do total de respondentes presos por esse tipo de crime. Importante destacar que 48,5% das mulheres presas estão na unidade prisional por esse motivo. O dado revela uma situação séria, pois o encarceramento feminino em razão do tráfico acontece, em algumas situações, por uma participação subalterna da mulher em esquemas de tráfico de drogas em razão, entre outros aspectos, de relações afetivas com parceiro envolvidos no tráfico de drogas⁴. Isto não significa que não existam participações ativas e papéis de protagonismo. Não obstante, indica que é um fenômeno que merece atenção e melhores informações de cunho qualitativo sobre a participação dessas mulheres nesse tipo de dinâmica criminal.

³ Para uma discussão sobre as facções no Ceará ver DE AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli. Reformas da justiça penal no Brasil—a democratização inacabada. *Acta Sociológica*, v. 72, p. 43-69, 2017.

⁴ Para uma discussão sobre o encarceramento feminino por tráfico de drogas no sistema penitenciário cearense ver DE MOURA, Maria Juruena; DE PAULA FROTA, Maria Helena. Dilacerando os fios, tricotando às avessas, construindo a trama: mulher, tráfico de drogas e prisão. *O público e o privado*, v. 4, n. 8 jul. dez, p. 49-71, 2006.

TABELA 27: Distribuição dos detentos em função do tipo de crime cometido. Ceará, 2022.

Tipo de Crime	Homens Cisgênero		Mulheres Cisgênero		Total	
	n	% ^a	n	% ^b	n	% ^c
Crimes Contra a Pessoa*	5.370	27,4	141	18,0	5.511	27,0
Homicídio Simples	2.905	14,8	80	10,2	2.985	14,6
Homicídio Qualificado	2.059	10,5	48	6,1	2.107	10,3
Feminicídio	175	0,9	-	-	175	0,9
Lesão Corporal	354	1,8	10	1,3	364	1,8
Lesão Corporal Qualificada	104	0,5	3	0,4	107	0,5
Sequestro e Cárcere Privado	73	0,4	3	0,4	76	0,4
Crimes Contra a Liberdade Pessoal*	118	0,6	1	0,1	119	0,6
Ameaça	118	0,6	1	0,1	119	0,6
Crimes Contra o Patrimônio*	8.861	45,1	227	29,0	9.088	44,5
Furto Simples	991	5,0	42	5,4	1.033	5,1
Furto Qualificado	299	1,5	7	0,9	306	1,5
Roubo Simples	4.999	25,5	104	13,3	5.103	25,0
Roubo Qualificado	2.000	10,2	42	5,4	2.042	10,0
Latrocínio	678	3,5	16	2,0	694	3,4
Extorsão	51	0,3	-	-	51	0,2
Extorsão Mediante Sequestro	40	0,2	2	0,3	42	0,2
Apropriação Indébita	1	0,0	-	-	1	0,0
Apropriação Indébita Previdenciária	1	0,0	1	0,1	2	0,0
Estelionato	108	0,6	1	2,0	124	0,6
Receptação	955	4,9	17	2,2	972	4,8
Receptação Qualificada	76	0,4	1	0,1	77	0,4
Dano	38	0,2	-	-	38	0,2

TABELA 27: Distribuição dos detentos em função do tipo de crime cometido. Ceará, 2022. (Cont.)

Crimes Contra os Costumes*	1.845	9,4	37	4,7	1.882	9,2
Estupro	376	1,9	1	0,1	377	1,8
Estupro de Vulnerável	828	4,2	8	1,0	836	4,1
Atentado Violento ao Pudor	46	0,2	-	-	46	0,2
Corrupção de Menores	620	3,2	27	3,5	647	3,2
Importunação Sexual	38	0,2	1	0,1	39	0,2
Violação Mediante Fraude	7	0,0	-	-	7	0,0
Crime Contra a Fé Pública*	742	3,8	44	5,6	786	3,8
Constituição de Milícia Privada	11	0,1	-	-	11	0,1
Associação Criminosa	733	3,7	44	5,6	777	3,8
Crime Contra a Fé Pública*	220	1,1	8	1,0	228	1,1
Moeda Falsa	7	0,0	-	-	7	0,0
Falsificação de Papéis, Selos, Sinal e Documentos Públicos	17	0,1	-	-	17	0,1
Falsidade Ideológica	117	0,6	5	0,6	122	0,6
Uso de Documento Falso	53	0,3	2	0,3	55	0,3
Falsa identidade	49	0,2	2	0,3	51	0,2
Crimes Contra a Administração Pública*	25	0,1	-	-	25	0,1
Peculato	14	0,1	-	-	14	0,1
Concussão e Excesso de Exação	1	0,0	-	-	1	0,0
Corrupção Passiva	10	0,1	-	-	10	0,0
Crimes Praticados por Particular Contra a Administração em Geral*	118	0,6	7	0,9	125	0,6
Resistência	33	0,2	1	0,1	34	0,2
Desobediência	33	0,2	1	0,1	34	0,2
Desacato	70	0,4	5	0,6	75	0,4

TABELA 27: Distribuição dos detentos em função do tipo de crime cometido. Ceará, 2022. (Cont.)

Crimes Praticados por Particular Contra a Administração Pública*	48	0,2	3	0,4	51	0,2
Corrupção Ativa	37	0,2	2	0,3	39	0,2
Contrabando ou Descaminho	7	0,0	-	-	7	0,0
Contrabando	4	0,0	1	0,1	5	0,0
Legislação Específica*	415	2,1	6	0,7	421	2,1
Crimes Contra o Meio Ambiente	12	0,1	-	-	12	0,1
Genocídio	1	0,0	-	-	1	0,0
Crimes de Tortura	15	0,1	1	0,1	16	0,1
Descumprimento de medida protetiva	72	0,4	3	0,4	75	0,4
Violência Contra a Mulher	315	1,6	3	0,4	318	1,6
Embriaguez ao volante	20	0,1	-	-	20	0,1
Entorpecentes*	5.781	29,5	402	51,4	6.183	30,3
Tráfico de Entorpecentes	5.506	28,1	379	48,5	5.885	28,8
Tráfico Internacional de Entorpecentes	128	0,7	8	1,0	136	0,7
Associação para o tráfico	761	3,9	98	12,5	859	4,2
Tráfico privilegiado	102	0,5	8	1,0	110	0,5
Estatuto do Desarmamento*	2.922	14,9	49	6,3	2.971	14,6
Porte Ilegal de Arma de Fogo de Uso Permitido	2.186	11,1	35	4,5	2.221	10,9
Posse ou Porte Ilegal de Arma de Fogo de Uso Restrito	947	4,8	15	1,9	962	4,7
Tráfico Internacional de Arma de Fogo	7	0,0	1	0,1	8	0,0
Disparo de Arma de Fogo	52	0,3	1	0,1	53	0,3
Comércio Ilegal de Arma de Fogo	22	0,1	-	-	22	0,1
Outros	1.700	8,7	92	11,8	1.792	8,8

Nota.^a Porcentagem relativa ao total de detentos homens Cisgênero na amostra (19.626); ^b Porcentagem relativa ao total de detentas mulheres Cisgênero na amostra (782); ^c Porcentagem relativa ao total de detentas mulheres e homens Cisgênero na amostra (20.408); *O somatório do tipos individuais de crimes cometidos pode ser superior ao quantitativo especificado na categoria penal, visto que um mesmo detento pode responder por mais de um tipo de crime dentro daquela categoria;

Quando analisado a categoria de crime mais cometido pelos internos que se identificam como não-cisgênero, é possível verificar que 44,2% desses detentos afirmam ter cometido crimes contra o patrimônio, sendo os crimes relacionados a entorpecente a segunda categoria mais comum de crimes cometidos por essas pessoas, correspondendo ao motivo de detenção de 32,5% desses internos. Além disso, 21,0% estão presos por cometerem crimes contra a pessoa e 20,2% por cometerem crimes contra os costumes. Quando considerado especificamente o crime cometido, é possível identificar que o crime mais comum nesse grupo de detentos foi o tráfico de entorpecentes, tendo sido cometido por 31,0%, seguidos pelos crimes de roubo simples (18,6%), homicídio simples (12,4%), furto simples (10,1%) e corrupção de menores (8,5%).

5.5. Acesso a advogado e defensoria

Convém ressaltar que durante o trabalho de aplicação dos questionários, a principal preocupação das pessoas presas era com seu processo judicial. Assim, pesquisadores e pesquisadoras eram sempre interpelados se poderiam ajudar a saber algo a respeito do devido processo legal de seus casos. A maior parte dos respondentes usufrui dos serviços de advogados particulares, com 43,1%, enquanto 37,1% deles são acompanhados por defensores públicos e 17,4% não soube informar. Ao serem questionados sobre o acesso de advogados ou defensores no último ano, 45,5% dos interlocutores informaram que não os encontraram nesse período. Por sua vez, quando considerado o período pandêmico, 80,0% dos detentos informaram não ter tido atendimento jurídico.

A maior parte dos respondentes que se identificaram como não-cisgênero usufrui dos serviços de defensor público, representando 51,9% desses detentos, enquanto 27,9% desses detentos são representados por advogados particulares. Em relação ao acesso aos defensores ou advogados particulares no último ano, 37,5% dos interlocutores informaram que não os encontraram nesse período. Já em relação ao acesso a atendimento jurídico durante o período pandêmico, 79,1% informaram não terem recebido.

TABELA 28: Distribuição dos detentos por acesso a advogado ou defensor público. Ceará, 2022.

Advogado ou Defensor	Homens Cisgênero		Mulheres Cisgênero		Total	
	n	%	n	%	n	%
Defensor Público	7.269	37,0	310	39,6	7.579	37,1
Advogado Particular	8.446	43,0	351	44,9	8.797	43,1
Advogado da Própria SAP	474	2,4	23	2,9	497	2,4
Não sabe informar	3.437	17,6	98	12,5	3.535	17,4
Total	19.626	100	782	100	20.408	100

TABELA 29: Distribuição dos detentos por acesso a advogado ou defensor público no último ano. Ceará, 2022

Acesso Advogado ou Defensor no último ano	Homens Cisgênero		Mulheres Cisgênero		Total	
	n	%	n	%	n	%
Não encontrei	9.006	45,9	284	36,3	9.290	45,5
1 vez	5.161	26,3	240	30,7	5.401	26,5
de 2 a 3 vezes	3.145	16,0	157	20,1	3.302	16,2
de 4 a 6 vezes	1.012	5,2	55	7,0	1.067	5,2
de 7 a 9 vezes	310	1,6	15	1,9	325	1,6
de 10 a 12 vezes	420	2,1	13	1,7	433	2,1
Mais de uma vez por mês	493	2,5	15	1,9	508	2,5
Não informado	79	0,4	3	0,4	82	0,4
Total	19.626	100	782	100	20.408	100

TABELA 30: Distribuição dos detentos por acesso a atendimento jurídico durante a pandemia. Ceará, 2022.

Acesso Advogado ou Defensor quando precisou	Homens Cisgênero		Mulheres Cisgênero		Total	
	n	%	n	%	n	%
Não	15.701	80,0	617	78,9	16.318	80,0
Sim, de forma presencial	3.284	16,7	138	17,6	3.422	16,8
Sim, de forma remota	423	2,2	21	2,7	444	2,2
Sim de forma presencial e remota	74	0,4	-	-	74	0,4
Não informado	144	0,7	6	0,8	150	0,7
Total	19.626	100	782	100	20.408	100

5.6. Transferências

Conforme foi possível observar, existe uma movimentação entre as unidades, com destaque para 83,9% das mulheres presas que afirmou nunca ter sido transferidas, enquanto apenas 34,3% dos homens apresentaram o mesmo tipo de resposta. Na população masculina, 65,8% dos presos foram transferidos pelo menos uma vez, podendo ter sido mais. Já entre os detentos não-cisgênero, 31,8% afirmam ter sido transferidos uma vez, enquanto 43,6% afirmam nunca ter sido transferido.

Nos grupos focais, os participantes ressaltaram a diferença entre a sua unidade presente e outras do sistema penitenciário que funcionam de maneira distinta. Entre as questões importantes, destacaram a convivialidade na prisão como um elemento que diferenciava o local presente de outros em que os procedimentos funcionam de maneira diferente. Problemas relacionados à circulação, tempo fora da cela e acesso a atividades foram destacados pelos interlocutores. Sua visão é de que existem unidades onde a “repressão” é mais dura e isso gera ansiedade quanto à possibilidade de sofrer uma violência decorrente de algum descuido na hora de realizar certos procedimentos. Uma gestão com menor rigor nos procedimentos foi apontada como elemento gerador de maior harmonia e melhor qualidade de vida na atual unidade em que se encontravam.

TABELA 31: Distribuição dos detentos por número de transferências. Ceará, 2022.

Número de Transferência	Homens Cisgênero		Mulheres Cisgênero		Total	
	n	%	n	%	n	%
Nunca	6.723	34,3	656	83,9	7.379	36,2
1 vez	7.319	37,3	84	10,7	7.403	36,3
2 vezes	2.325	11,8	18	2,3	2.343	11,5
3 vezes	1.492	7,6	7	0,9	1.499	7,3
4 vezes	760	3,9	3	0,4	763	3,7
5 vezes	398	2,0	1	0,1	399	2,0
6 vezes	191	1,0	-	-	191	1,0
7 vezes	93	0,5	-	-	93	0,5
8 ou mais vezes	155	0,8	-	-	155	0,8
Não informado	170	0,9	13	1,7	183	0,9
Total	19.626	100	782	100	20.408	100

Dentre os principais motivos dessas transferências, 28,0% dos detentos afirmam ter sido em função de mudança de regime, enquanto 17,6% informam como causa da transferência a superlotação e 14,4% apontam como motivo a inexistência de presídio próprio para a categoria do preso.

TABELA 32: Distribuição dos detentos em função do motivo da transferência. Ceará, 2022.

Motivo da Transferência	Homens Cisgênero		Mulheres Cisgênero		Total	
	n	% ^a	n	% ^b	n	% ^c
Fechamento da Unidade	85	9,5	7	8,9	92	9,4
Mudança de Regime	250	27,8	24	30,4	274	28,0
Inexistência de presídio próprio para a categoria do preso	121	13,5	20	25,3	141	14,4
Superlotação	166	18,5	6	7,6	172	17,6
Outros	318	35,4	23	29,1	341	34,9

Nota.^a Porcentagem relativa ao total de detentos homens Cisgênero na amostra que responderam ao questionário completo e afirmaram terem sido transferido de unidade (940); ^b Porcentagem relativa ao total de detentas mulheres Cisgênero na amostra que responderam ao questionário completo e afirmaram terem sido transferido de unidade (80); ^c Porcentagem relativa ao total de detentas mulheres e homens Cisgênero na amostra que responderam ao questionário completo e afirmaram terem sido transferido de unidade (1.020);

5.7. Reentradas

Outro problema é a reentrada no sistema, com indicação de processos de reincidência e descumprimento de medidas de liberdade condicional⁵. Conforme foi possível observar, 28,2% dos respondentes estão na primeira entrada, sendo que 40,5% das mulheres estão nessa condição. Na população masculina, 27,2% têm uma reentrada, 20,4% até duas e 11,6% três reentradas. No grupo de participantes não-cisgênero, 30,2% estão na primeira entrada no sistema prisional, enquanto 29,5% têm uma reentrada 14,0% tem duas reentradas, 12,4% tem 3 reentradas e 14% tem quatro ou mais reentradas.

TABELA 33: Distribuição dos detentos em função do número de reentradas. Ceará, 2022.

Número de Reentradas	Homens Cisgênero		Mulheres Cisgênero		Total	
	n	%	n	%	n	%
Nunca	5.447	27,8	317	40,5	5.764	28,2
1 vez	5.339	27,2	209	26,7	5.548	27,2
2 vezes	4.004	20,4	126	16,1	4.130	20,2
3 vezes	2.276	11,6	70	9,0	2.346	11,5
4 vezes	1.152	5,9	22	2,8	1.174	5,8
5 vezes	604	3,1	18	2,3	622	3,0
6 vezes	268	1,4	3	0,4	271	1,3
7 vezes	150	0,8	2	0,3	152	0,7
8 vezes	96	0,5	3	0,4	99	0,5
entre 9 e 20 vezes	131	0,7	7	0,9	138	0,7
mais de 20 vezes	9	0,0	-	-	9	0,0
Não informado	150	0,8	5	0,6	155	0,8
Total	19.626	100	782	100	20.408	100

⁵ Sobre processos de reincidência prisional ver SOUSA, Roger Silva. Reincidência criminal: uma análise do risco em internos do sistema prisional. 2018. 145f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Fortaleza (CE), 2018.

5.8. Punição por ato infracional

No Censo, ainda foi considerado o processo de passagem pelo sistema socioeducativo antes da prisão. Em geral, 26,7% dos respondentes afirmaram ter cumprido medida socioeducativa. Este percentual revela uma conexão que merece ser compreendida e um mecanismo de reprodução de trajetórias no “mundo do crime” a ser melhor estudado em outras iniciativas de pesquisa⁶. Dentre os respondentes não-cisgênero, 18,7% afirmaram já ter cumprido alguma medida socioeducativa.

TABELA 34: . Distribuição dos detentos em função do cumprimento de medida socioeducativa. Ceará, 2022

Cumprimento de medida socioeducativa de internação ou semiliberdade	Homens Cisgênero		Mulheres Cisgênero		Total	
	n	%	n	%	n	%
Nunca	14.018	71,4	638	81,6	14.656	71,8
1 vez	2.714	13,8	71	9,1	2.785	13,6
2 vezes	1.075	5,5	27	3,5	1.102	5,4
3 vezes	545	2,8	10	1,3	555	2,7
4 vezes	315	1,6	10	1,3	325	1,6
5 vezes	227	1,2	4	0,5	231	1,1
6 vezes	110	0,6	2	0,3	112	0,5
7 vezes	100	0,5	2	0,3	102	0,5
8 ou mais vezes	222	1,1	6	0,8	228	1,1
Não informado	300	1,5	12	1,5	312	1,5
Total	19.626	100	782	100	20.408	100

⁶ Sobre as trajetórias juvenis e suas muitas nuances ver MALVASI, Paulo Artur. Entre a frieza, o cálculo e a "vida loka": violência e sofrimento no trajeto de um adolescente em cumprimento de medida socioeducativa. Saúde e sociedade, v. 20, p. 156-170, 2011.

5.9. Idade do primeiro delito e da primeira prisão

Conforme análise dos dados, observou-se porcentagens importantes em idades ainda correspondentes a infância e a adolescência. Entre os entrevistados, 7,8% ainda eram crianças com idade de 10 a 13 anos, enquanto outros 26,7% cometeram o primeiro crime quando tinham idade de 14 a 17 anos. Com base no levantamento dos dados da mediana, é possível identificar que metade dos detentos praticaram seu primeiro delito até os 18 anos, no caso dos homens, e 22 anos, no caso das mulheres. No caso dos participantes não-cisgênero, metade dos detentos praticaram seu primeiro delito até os 19,5 anos. Essas faixas etárias revelam o contato precoce desses sujeitos com atividades criminais, exigindo de instâncias de proteção governamental e não governamental uma atenção especial em virtude de princípios consolidados no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

TABELA 35: Faixa etária de prática do primeiro delito. Ceará, 2022.

Faixa Etária	Homens Cisgênero		Mulheres Cisgênero		Total	
	n	%	n	%	n	%
< 10	56	0,3	-	-	56	0,3
10 a 13 anos	1.561	8,0	41	5,2	1.602	7,8
14 a 17 anos	5.352	27,3	94	12,0	5.446	26,7
18 a 21 anos	6.172	31,4	219	28,0	6.391	31,3
22 a 25 anos	2.200	11,2	134	17,1	2.334	11,4
26 a 29 anos	1.114	5,6	82	10,5	1.196	5,9
30 a 33 anos	711	3,6	67	8,6	778	3,8
34 a 37 anos	427	2,2	41	5,2	468	2,3
38 a 41 anos	331	1,7	27	3,5	358	1,8
42 a 45 anos	225	1,1	17	2,2	242	1,2
46 a 49 anos	162	0,8	10	1,3	172	0,8
50 a 53 anos	124	0,6	8	1,0	132	0,6
54 a 57 anos	92	0,5	6	0,8	98	0,5
58 a 61 anos	57	0,3	3	0,4	60	0,3
62 a 65 anos	34	0,2	1	0,1	35	0,2
> 65	30	0,2	1	0,1	31	0,2
Não informado	978	5,0	31	4,0	1.009	4,9
Total	19.626	100	782	100	20.408	100

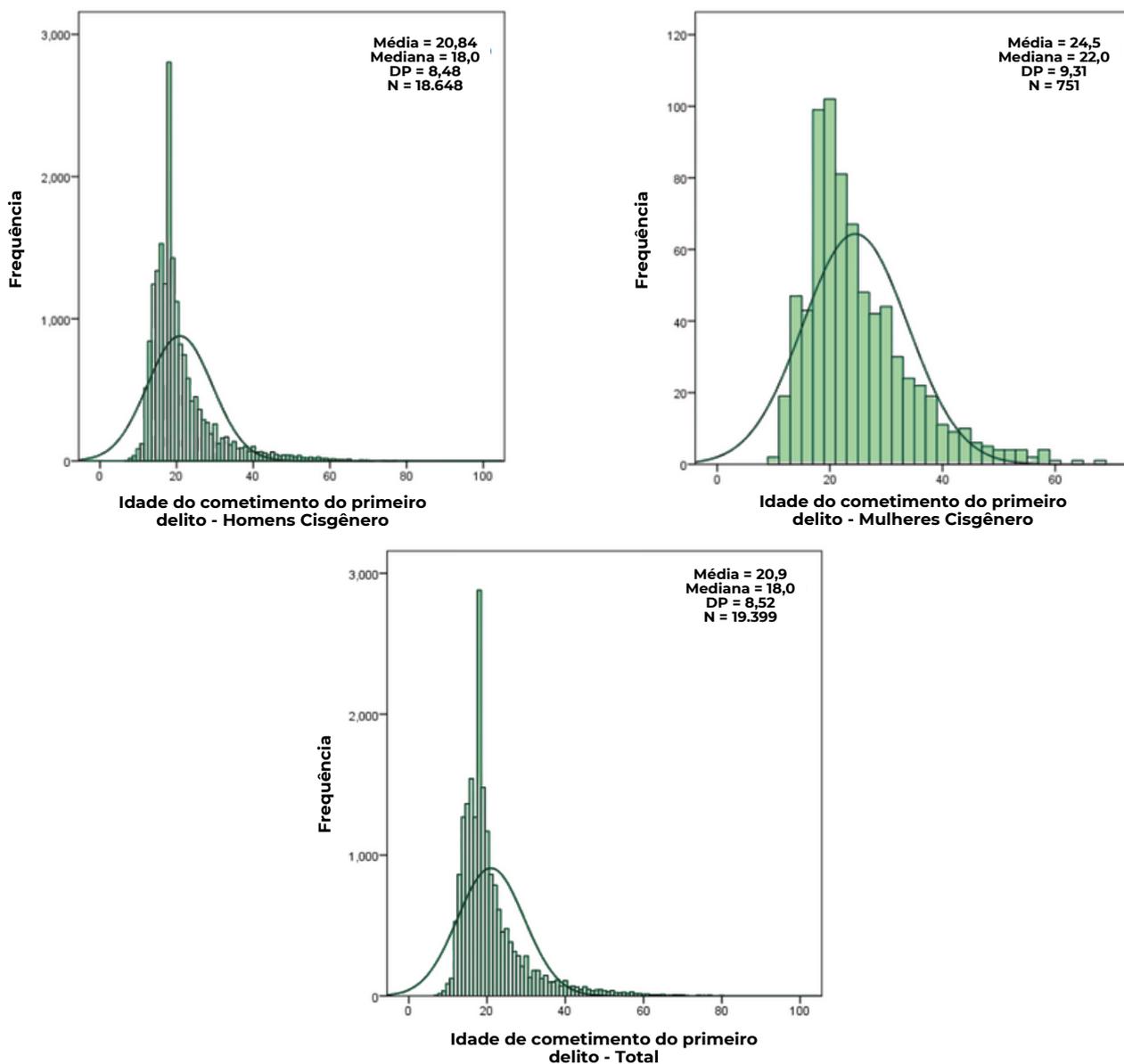


GRÁFICO 11: Histograma de frequência da idade de cometimento do primeiro delito. Ceará, 2022.

Ainda em relação à faixa etária, a pesquisa evidenciou a idade do interno quando preso pela primeira vez. Neste ponto, 1,9% experimentaram a privação de liberdade ainda na infância, entre 10 e 13 anos, e 11,9% quando tinham idade entre 14 a 17 anos. Os demais foram presos após a maioridade, mas 45% deles quando tinham apenas entre 18 a 21 anos. Com base no levantamento dos dados da mediana, é possível identificar que metade dos detentos foram presos pela primeira vez até os 20 anos, no caso dos homens, e 23 anos, no caso das mulheres.

No caso dos participantes não-cisgênero, metade dos detentos foram presos pela primeira vez até os 20 anos. Então, verifica-se que a população carcerária do Ceará experimentou uma precocidade do contato desses sujeitos com a prisão. Ainda em uma etapa de formação, quando iniciam suas primeiras experiências profissionais e a fase adulta, os entrevistados experimentaram uma ruptura importante na construção de suas trajetórias de vida. Este dado demonstra como as dinâmicas criminais, no Estado do Ceará, proporcionam às pessoas jovens o contato com práticas que, em tese, poderiam ser evitadas em etapas da vida que requerem proteção especial da família, comunidade e Estado através de suas políticas públicas.

TABELA 36: Faixa etária quando preso pela primeira vez. Ceará, 2022.

Faixa Etária	Homens Cisgênero		Mulheres Cisgênero		Total	
	n	%	n	%	n	%
< 10	5	0,0	-	-	5	0,0
10 a 13 anos	372	1,9	10	1,3	382	1,9
14 a 17 anos	2.403	12,2	35	4,5	2.438	11,9
18 a 21 anos	8.913	45,4	264	33,8	9.177	45,0
22 a 25 anos	2.953	15,0	154	19,7	3.107	15,2
26 a 29 anos	1.539	7,8	102	13,0	1.641	8,0
30 a 33 anos	936	4,8	67	8,6	1.003	4,9
34 a 37 anos	537	2,7	47	6,0	584	2,9
38 a 41 anos	392	2,0	34	4,3	426	2,1
42 a 45 anos	283	1,4	22	2,8	305	1,5
46 a 49 anos	198	1,0	10	1,3	208	1,0
50 a 53 anos	157	0,8	6	0,8	163	0,8
54 a 57 anos	114	0,6	8	1,0	122	0,6
58 a 61 anos	68	0,3	4	0,5	72	0,4
62 a 65 anos	41	0,2	1	0,1	42	0,2
> 65	46	0,2	1	0,1	47	0,2
Não informado	669	3,4	17	2,2	686	3,4
Total	19.626	100	782	100	20.408	100

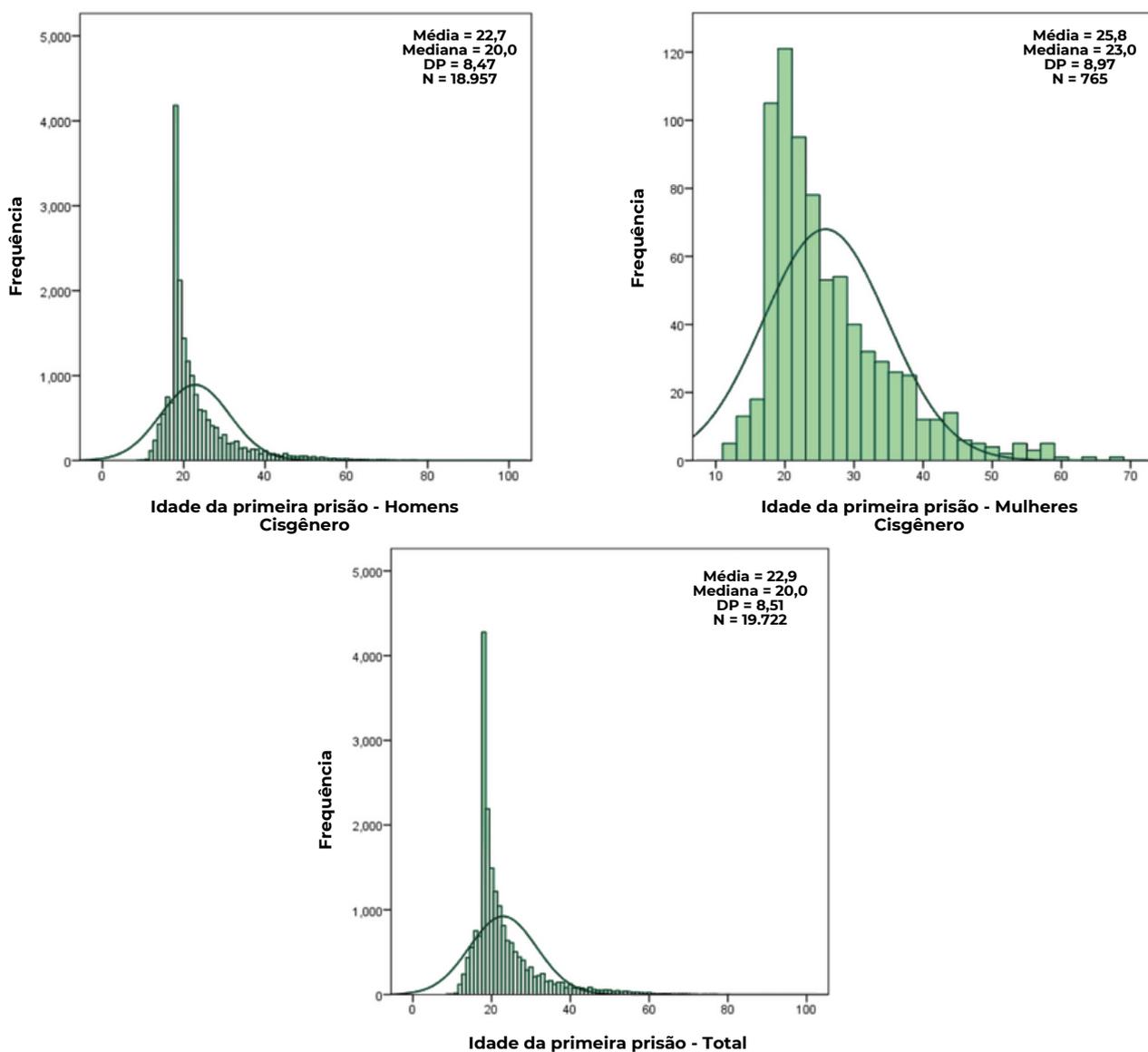


GRÁFICO 12: Histograma de frequência da idade da primeira prisão. Ceará, 2022.

5.10. Contato com situações de violência antes da prisão

O contato precoce com a violência é um elemento importante para compreender diferentes desdobramentos de uma vida de práticas de crimes. Conforme foi possível observar, 14,7% dos respondentes já experimentaram uma tentativa de assassinato, pelo menos uma vez, enquanto 26,4% mais de uma vez. Dentre os participantes que se identificam como não-cigênero, 7,7% vivenciaram uma tentativa de assassinato, pelo menos uma vez, enquanto 24,6% mais de uma vez.

TABELA 37: Distribuição dos detentos por ter sido vítima de tentativa de morte antes da prisão. Ceará, 2022.

Antes de ser preso alguém já tentou matá-lo	Homens Cisgênero		Mulheres Cisgênero		Total	
	n	%	n	%	n	%
Nunca	710	50,1	437	73,0	1.147	56,9
Sim, uma vez	231	16,3	66	11,0	297	14,7
Sim, mais de uma vez	449	31,7	84	14,0	533	26,4
Não Informado	28	2,0	12	2,0	40	2,0
Total	1.418	100	599	100	2.017^a	100

Nota.^a Total de internos que responderam ao questionário completo

Ao serem questionados sobre o que fizeram ao sofrerem a tentativa de assassinato, 62,9% responderam não ter feito nada, mas 22,5% buscaram vingança com as suas próprias mãos. Apenas 5,4% buscaram auxílio na polícia como meio de solucionar o problema.

TABELA 38: Distribuição dos detentos por tipo de reação a tentativa de morte antes da prisão. Ceará, 2022

Reação a tentativa de morte	Homens Cisgênero		Mulheres Cisgênero		Total	
	n	% ^a	n	% ^b	n	% ^c
Não fez nada	413	60,7	109	72,7	522	62,9
Procurou a polícia	31	4,6	14	9,3	45	5,4
Buscou vingança com as próprias mãos	169	24,9	18	12,0	187	22,5
Buscou auxílio de outras pessoas para resolver a questão	47	6,9	7	4,7	54	6,5
Não Informado	20	2,9	2	1,3	22	2,7
Total	680	100	150	100	830	100

Nota.^a Porcentagem relativa ao total de detentos homens Cisgênero que informaram terem sofrido tentativa de morte antes da prisão e responderam ao questionário completo (680);

^b Porcentagem relativa ao total de detentas mulheres Cisgênero que informaram terem sofrido tentativa de morte antes da prisão e responderam ao questionário completo (150);

^c Porcentagem relativa ao total de detentas mulheres e homens Cisgênero que informaram terem sofrido tentativa de morte antes da prisão e responderam ao questionário completo (830)

Ainda para compreender a relação dos presos com dinâmicas da vida e da morte, observou-se que 15,8% viveram a perda de algum familiar por morte violenta e 17,8% de alguma pessoa amiga. Conforme é possível ver na tabela seguinte, a busca por vingança mobilizou alguns respondentes, sendo que 8,2% buscaram a vingança, mas não concretizaram e outros 5,4% concretizaram.

TABELA 39: Distribuição dos detentos por vivência de morte violenta de pessoas próximas antes da prisão. Ceará, 2022.

Vivenciou a morte violenta de pessoas próximas antes prisão	Homens Cisgênero		Mulheres Cisgênero		Total	
	n	% ^a	n	% ^b	n	% ^c
Nunca	766	54,0	406	67,8	1.172	58,1
Pessoa da Família	229	16,1	90	15,0	319	15,8
Pessoa com quem tinha amizade	294	20,7	65	10,9	359	17,8
Pessoa conhecida	289	20,4	68	11,4	357	17,7

Nota. A soma das porcentagens pode ser superior a 100%, pois um mesmo respondente poderia sinalizar mais de uma opção de resposta; ^a Porcentagem relativa ao total de homens cisgênero que responderam ao questionário completo (1.418); ^b Porcentagem relativa ao total de mulheres cisgênero que responderam ao questionário completo (599); ^c Porcentagem relativa ao total de homens e mulheres cisgênero que responderam ao questionário completo (2.017).

TABELA 40: Distribuição dos detentos por reação a morte violenta de pessoas próximas antes da prisão. Ceará, 2022.

Reação a vivência da morte violenta de pessoas próximas antes prisão	Homens Cisgênero		Mulheres Cisgênero		Total	
	n	% ^a	n	% ^b	n	% ^c
Não fez nada	529	81,1	170	88,1	699	82,7
Buscou vingança, mas não concretizou	58	8,9	11	5,7	69	8,2
Se vingou de quem fez isso	40	6,1	6	3,1	46	5,4
Outras	6	0,9	-	-	6	0,7
Não Informado	19	2,9	6	3,1	25	3,0
Total	652	100	193	100	845	100

Nota.^a Porcentagem relativa ao total de detentos homens Cisgênero que informaram terem vivenciado a morte violenta de pessoa próxima antes da prisão e responderam ao questionário completo (652); ^b Porcentagem relativa ao total de detentas mulheres Cisgênero que informaram terem vivenciado a morte violenta de pessoa próxima antes da prisão e responderam ao questionário completo (193); ^c Porcentagem relativa ao total de detentas mulheres e homens Cisgênero que informaram terem vivenciado a morte violenta de pessoa próxima antes da prisão e responderam ao questionário completo (845).

Outro dado importante, é relativo ao contato com armas de fogo, pois 23,7% tiveram essa experiência ainda crianças. 4,6% com pessoas desconhecidas, 6,6% com familiares e 12,5% com amigos. Trata-se de uma experiência importante cujas repercussões podem implicar em uma introdução precoce em atividades criminais. Quando foram perguntados se tiveram contato ainda na adolescência, 41,16% dos respondentes afirmaram que sim, sendo 25,6% com os amigos.

TABELA 41: Distribuição dos detentos por contato com arma de fogo na infância. Ceará, 2022.

Contato com pessoa com arma de fogo na infância	Homens Cisgênero		Mulheres Cisgênero		Total	
	n	% ^a	n	% ^b	n	% ^c
Nunca	1021	72,0	544	90,8	1.565	77,6
Com Pessoa da Família	118	8,3	16	2,7	134	6,6
Com Amigos	220	15,5	32	5,3	252	12,5
Com Desconhecidos	83	5,9	10	1,7	93	4,6

Nota. A soma das porcentagens pode ser superior a 100%, pois um mesmo respondente poderia sinalizar mais de uma opção de resposta;^a Porcentagem relativa ao total de homens cisgênero que responderam ao questionário completo (1.418); ^b Porcentagem relativa ao total de mulheres cisgênero que responderam ao questionário completo (599); ^c Porcentagem relativa ao total de homens e mulheres cisgênero que responderam ao questionário completo (2.017)

TABELA 42: Distribuição dos detentos por contato com arma de fogo na adolescência. Ceará, 2022.

Contato com pessoa com arma de fogo na adolescência	Homens Cisgênero		Mulheres Cisgênero		Total	
	n	% ^a	n	% ^b	n	% ^c
Nunca	740	52,2	458	76,5	1.198	59,4
Com Pessoa da Família	125	8,8	27	4,5	152	7,5
Com Amigos	429	30,3	87	14,5	516	25,6
Com Desconhecidos	135	9,5	27	4,5	162	8,0

Nota. A soma das porcentagens pode ser superior a 100%, pois um mesmo respondente poderia sinalizar mais de uma opção de resposta;^a Porcentagem relativa ao total de homens cisgênero que responderam ao questionário completo (1.418); ^b Porcentagem relativa ao total de mulheres cisgênero que responderam ao questionário completo (599); ^c Porcentagem relativa ao total de homens e mulheres cisgênero que responderam ao questionário completo (2.017)

Ao considerar as relações sociais dos detentos, verificou-se que 36,4% sabiam de conhecidos que cometiam crimes, 35,4% tinham amigos e 13,3% parentes. As relações sociais constituídas em suas trajetórias de vida, também, são fatores que aparecem em falas feitas no grupo focal para explicar as circunstâncias que, porventura, levaram alguém a cometer crimes. Essa complexidade demonstra que a vida no crime é construída por uma trama repleta de envolvimento e desdobramentos que culminam em uma prática ou em práticas de determinados crimes.

TABELA 43: Distribuição dos detentos, que antes da sua primeira prisão, conheciam pessoas que praticavam crimes. Ceará, 2022.

Antes de ser preso, conhecia pessoas que praticavam crime	Homens Cisgênero		Mulheres Cisgênero		Total	
	n	% ^a	n	% ^b	n	% ^c
Não	416	29,3	211	35,2	627	31,1
Parentes	171	12,1	98	16,4	269	13,3
Amigos	513	36,2	201	33,6	714	35,4
Conhecidos	544	38,4	180	30,1	734	36,4

Nota. A soma das porcentagens pode ser superior a 100%, pois um mesmo respondente poderia sinalizar mais de uma opção de resposta;^a Porcentagem relativa ao total de homens cisgênero que responderam ao questionário completo (1.418); ^b Porcentagem relativa ao total de mulheres cisgênero que responderam ao questionário completo (599); ^c Porcentagem relativa ao total de homens e mulheres cisgênero que responderam ao questionário completo (2.017)

Ao considerar o local de moradia, 22,3% já conheciam pessoas armadas e organizadas que atuavam em suas comunidades. É importante destacar que o estado do Ceará vivencia um processo complexo no qual é possível observar a presença de grupos armados conhecidos como facções atuando em territórios da capital e do interior.

TABELA 44: Distribuição dos detentos por contato, antes da prisão, com pessoas armadas e organizadas que faziam proteção do local onde morava. Ceará, 2022.

Antes da prisão, teve contato com pessoas armadas e organizadas que faziam proteção do local onde morava	Homens Cisgênero		Mulheres Cisgênero		Total	
	n	%	n	%	n	%
Nunca	869	61,3	420	70,1	1.289	63,9
Sim, conhecia pessoas	328	23,1	121	20,2	449	22,3
Sim, ouvi falar	112	7,9	35	5,8	147	7,3
Sim, participava do grupo	75	5,3	14	2,3	89	4,4
Não Informado	34	2,4	9	1,5	43	2,1
Total	1.418	100	599	100	2.017^a	100

Nota.^a Total de internos que responderam ao questionário completo

Ao serem perguntados se antes da atual prisão, tiveram contato com pessoas que ofereceram proteção dentro da prisão, 10,9% afirmaram que sim, enquanto 79,5% informou que nunca teve contato. Para compreender se esse contato existe dentro da prisão, 83,1% apontaram que nunca tiveram contato e 7,7% afirmaram que conheciam pessoas que oferecem algum tipo de proteção.

TABELA 45: Distribuição dos detentos por contato, antes da atual prisão, com grupos que oferecem proteção para você dentro da prisão. Ceará, 2022.

Antes da sua atual prisão, teve contato com grupos que oferecem proteção para você dentro da prisão	Homens Cisgênero		Mulheres Cisgênero		Total	
	n	%	n	%	n	%
Nunca	1.098	77,4	506	84,5	1.604	79,5
Sim, conhecia pessoas	159	11,2	61	10,2	220	10,9
Sim, ouvi falar	68	4,8	13	2,2	81	4,0
Sim, participava do grupo	53	3,7	8	1,3	61	3,0
Não Informado	40	2,8	11	1,8	51	2,5
Total	1.418	100	599	100	2.017^a	100

Nota.^a Total de internos que responderam ao questionário completo

TABELA 46: Distribuição dos detentos por contato com grupos que oferecem proteção dentro da prisão. Ceará, 2022.

Contato com grupos que oferecem proteção dentro da prisão	Homens Cisgênero		Mulheres Cisgênero		Total	
	n	%	n	%	n	%
Nunca	1.146	80,8	530	88,5	1.676	83,1
Sim, conhecia pessoas	122	8,6	34	5,7	156	7,7
Sim, ouvi falar	60	4,2	17	2,8	77	3,8
Sim, participava do grupo	46	3,2	5	0,8	51	2,5
Não Informado	44	3,1	13	2,2	57	2,8
Total	1.418	100	599	100	2.017^a	100

Nota.^a Total de internos que responderam ao questionário completo

Quando questionadas sobre alguma pessoa da família já ter sido presa, mais da metade dos participantes responderam que não, representando 52,4% do total. De forma quantitativa, 30% têm ou já tiveram uma pessoa da família presa, 9,4% têm ou tiveram duas pessoas, 3,2% têm ou tiveram três pessoas e 3,7% mais de três pessoas. Apenas 1,3% não informaram.

TABELA 47: Distribuição dos detentos em função de ter alguém da família que já esteve preso. Ceará, 2022.

Alguém da Família já Esteve Preso	Homens Cisgênero		Mulheres Cisgênero		Total	
	n	%	n	%	n	%
Não	10.362	52,8	339	43,4	10.701	52,4
Sim, 1 pessoa	5.873	29,9	248	31,7	6.121	30,0
Sim, 2 pessoas	1.827	9,3	95	12,1	1.922	9,4
Sim, 3 pessoas	612	3,1	42	5,4	654	3,2
Sim, mais de 3 pessoas	702	3,6	50	6,4	752	3,7
Não informado	250	1,3	8	1,0	258	1,3
Total	19.626	100	782	100	20.408	100

6. SEGURANÇA NA PRISÃO

6.1. Percepção de Segurança

Existe uma grande variedade de problemas relacionados aos sistemas prisionais em todo o mundo, mas no Brasil se destacam as questões relacionadas à segurança dos presos no interior dos estabelecimentos prisionais. Sendo assim, foi importante observar qual a percepção da população carcerária sobre a segurança dentro da prisão. Entre os entrevistados, 30,7% não se sentem seguros, sendo o percentual de mulheres menor, com 20,3% delas respondendo dessa forma. Outros 32,6% relataram se sentirem apenas parcialmente seguros e 36,6% responderam se sentir totalmente seguros. Para 23,7% dos entrevistados, as medidas adotadas para segurança da prisão são insuficientes, enquanto 40,1% as consideram suficientes. Outros 34,9% afirmaram que as medidas são apenas parcialmente suficientes. Esta percepção pode envolver desde as questões da infraestrutura prisional quanto das relações que cada preso estabelece com o mundo carcerário, desde os internos até os servidores que atuam na prisão.

TABELA 48: Distribuição dos detentos em função da percepção de segurança dentro do sistema prisional. Ceará, 2022.

Percepção de Segurança dentro do sistema prisional	Homens Cisgênero		Mulheres Cisgênero		Total	
	n	%	n	%	n	%
Não	6.030	30,7	159	20,3	6.189	30,3
Parcialmente	6.386	32,5	216	27,6	6.602	32,4
Totalmente	7.079	36,1	399	51,0	7.478	36,6
Não informado	131	0,7	8	1,0	139	0,7
Total	19.626	100	782	100	20.408	100

TABELA 49: Distribuição dos detentos em função da percepção das medidas de controle dentro do sistema prisional. Ceará, 2022.

As medidas de controle da prisão adotadas são	Homens Cisgênero		Mulheres Cisgênero		Total	
	n	%	n	%	n	%
Insuficientes	351	24,8	128	21,4	479	23,7
Parcialmente Suficientes	468	33,0	236	39,4	704	34,9
Suficientes	580	40,9	229	38,2	809	40,1
Não Informado	19	1,3	6	1,0	25	1,2
Total	1.418	100	599	100	2.017^a	100

Nota.^a Total de internos que responderam ao questionário completo

Quando analisados os dados provenientes do grupo de respondentes que se identificam como não-cisgênero, é possível verificar que 20,9% não se sentem seguros, enquanto 31,0% se sentem parcialmente seguros e 48,1% totalmente seguros. Para 47,0% dos entrevistados, as medidas adotadas para segurança da prisão são suficientes, enquanto 24,2% consideram insuficientes.

Importante destacar que, nos grupos focais, os internos ainda ressaltaram aspectos de convivialidade no interior da prisão como um fator importante para segurança nas unidades. Laços sociais de respeito entre eles é um fator ético e moral capaz de construir uma boa confiabilidade, garantindo um cuidado coletivo entre as pessoas que estão em cumprimento de privação de liberdade.

Ademais, a pesquisa buscou observar a percepção dos internos quanto às medidas disciplinares adotadas no interior das unidades prisionais. Importante destacar que a gestão da SAP se caracterizou, fundamentalmente, pela mudança na gestão disciplinar das prisões cearenses. Em relação às medidas disciplinares adotadas, 52,5% julgaram que algumas são desnecessárias. Nas discussões dos grupos focais, observaram-se queixas relacionadas a condutas consideradas exageradas em razão de comportamentos citados pelos presos como “banais”. Dentre essas razões para o excesso de cobranças estavam não pedir licença, não baixarem a cabeça ou não obedecer ao comando imediatamente por falta da escuta correta. Um percentual de 18,8% pontuou que eram totalmente necessárias.

TABELA 50: Distribuição dos detentos em função da percepção das medidas disciplinares adotadas dentro do sistema prisional. Ceará, 2022.

As medidas disciplinares adotadas são	Homens Cisgênero		Mulheres Cisgênero		Total	
	n	%	n	%	n	%
Desnecessárias	414	29,2	136	22,7	550	27,3
Algumas são necessárias	706	49,8	353	58,9	1.059	52,5
Totalmente Necessárias	276	19,5	103	17,2	379	18,8
Não Informado	22	1,6	7	1,2	29	1,4
Total	1.418	100	599	100	2.017^a	100

Nota.^a Total de internos que responderam ao questionário completo

Para qualificar as informações sobre como os presos se sentem nas unidades prisionais cearenses, buscou-se saber qual seu grau de satisfação em relação ao tratamento que eles recebem dos policiais penais. O maior percentual registrado foi de insatisfeito, com 47,4% dos respondentes escolhendo essa opção. Este percentual é menor no grupo de mulheres, com 31,1% delas respondendo dessa forma. Um percentual de 51,6% mostraram satisfeitos ou neutros perante ao tratamento dos policiais penais.

TABELA 51: Distribuição dos detentos em função da satisfação com o tratamento pelos policiais penais. Ceará, 2022.

Satisfação com tratamento pelos policiais penais	Homens Cisgênero		Mulheres Cisgênero		Total	
	n	%	n	%	n	%
Insatisfeito	9.421	48,0	243	31,1	9.664	47,4
Nem satisfeito, nem insatisfeito	5.210	26,5	207	26,5	5.417	26,5
Satisfeito	4.800	24,5	324	41,4	5.124	25,1
Não Informado	195	1,0	8	1,0	203	1,0
Total	19.626	100	782	100	20.408	100

6.2. Percepção de mudança no sistema prisional

Para mensurar a percepção de mudanças no sistema penitenciário cearense durante os últimos anos, buscou-se identificar aqueles detentos que estiveram presos no sistema penitenciário cearense anteriormente a 2019. Entre os pesquisados, 40,3% afirmaram ter passagem no sistema prisional antes de 2019. Destes, 70,9% consideraram que aconteceram muitas mudanças. Isto ocorreu, provavelmente, em virtude das medidas adotadas pela atual administração da SAP para as unidades prisionais.

TABELA 52: Distribuição dos detentos em função de ter estado preso ou não antes de 2019. Ceará, 2022.

Esteve Preso no Sistema Penitenciário Cearense Antes de 2019	Homens Cisgênero		Mulheres Cisgênero		Total	
	n	%	n	%	n	%
Não	9.564	48,7	449	57,4	10.013	49,1
Sim, em regime semiaberto	1.470	7,5	58	7,4	1.528	7,5
Sim, em regime fechado	7.970	40,6	6 252	32,2	8.222	40,3
Sim, tanto em regime aberto, quanto fechado	429	2,2	15	1,9	444	2,2
Não informado	193	1,0	8	1,0	201	1,0
Total	19.626	100	782	100	20.408	100

TABELA 53: Distribuição dos detentos em função da percepção de mudança no sistema prisional após 2019. Ceará, 2022.

Percepção de Mudanças no Sistema Prisional Após 2019	Homens Cisgênero		Mulheres Cisgênero		Total	
	n	%	n	%	n	%
Nenhuma mudança	933	9,5	19	5,8	952	9,3
Algumas mudanças	1.920	19,5	57	17,5	1.977	19,4
Muitas mudanças	6.982	70,7	249	76,6	7.231	70,9
Não Informado	34	0,3	-	-	34	0,3
Total	9.869^a	100	325^b	100	10.194^c	100

Nota: ^a Total de internos homens cisgênero que informaram ter passado pelo sistema penitenciário cearense antes de 2019; ^b Total de detentas mulheres cisgênero que informaram ter passado pelo sistema penitenciário cearense antes de 2019. ^c Total de detentas mulheres e homens cisgênero que informaram ter passado pelo sistema penitenciário cearense antes de 2019.

Em relação às mudanças observadas, é possível demonstrar que a infraestrutura fez 59,7% e 14,6% dos detentos responderam, respectivamente, que melhorou e melhorou muito. Existe uma avaliação muito positiva do trabalho feito pela SAP na infraestrutura das unidades prisionais, embora ainda existam problemas relacionados, sobretudo, às condições das celas e quantidade de pessoas nelas, como demonstraram os grupos focais. As condições de segurança, também, concentraram os maiores percentuais de avaliação positiva, com 61,1% dos detentos indicando que melhorou ou melhorou muito, com 12,9%. Quando foi pedido para os presos avaliarem o tratamento oferecido pelos policiais penais, então os percentuais negativos se sobressaíram com 32,8% afirmando que piorou muito e outros 29,9% classificando que piorou. Um percentual ainda de 32,4% destacou que melhorou, e 4,6% destacaram que melhorou muito. Outros itens como oportunidade de estudo e oportunidade de trabalho receberam boas avaliações com 56,6% afirmando que melhorou em relação às oportunidades de estudo e 52,5% destacando que melhorou em relação às oportunidades de trabalho.

TABELA 54: Distribuição dos detentos por percepção de mudança em distintas áreas. Ceará, 2022.

	Homens Cisgênero		Mulheres Cisgênero		Total	
	n	% ^a	n	% ^b	n	% ^c
Infraestrutura						
Piorou Muito	580	6,5	13	4,2	593	6,4
Piorou	1.734	19,5	32	10,5	1.766	19,2
Melhorou	5.314	59,7	183	59,8	5.497	59,7
Melhorou Muito	1.269	14,2	78	25,5	1.347	14,6
Não Informado	5	0,1	-	-	5	0,1
Condições de Segurança						
Piorou Muito	602	6,8	15	4,9	617	6,7
Piorou	1.749	19,6	24	7,8	1.773	19,2
Melhorou	5.422	60,9	200	65,4	5.622	61,1
Melhorou Muito	1.117	12,6	67	21,9	1.184	12,9
Não Informado	12	0,1	-	-	12	0,1

TABELA 54: Distribuição dos detentos por percepção de mudança em distintas áreas. Ceará, 2022.(Cont.)

Tratamento pelos Policiais Penais						
Piorou Muito	2.956	33,2	64	20,9	3.020	32,8
Piorou	2.683	30,1	68	22,2	2.751	29,9
Melhorou	2.842	31,9	142	46,4	2.984	32,4
Melhorou Muito	397	4,5	31	10,1	428	4,6
Não Informado	24	0,3	1	0,3	25	0,3
Oportunidade de Estudo						
Piorou Muito	557	6,3	9	2,9	566	6,1
Piorou	1.983	22,3	33	10,8	2.016	21,9
Melhorou	5.048	56,7	162	52,9	5.210	56,6
Melhorou Muito	1.302	14,6	102	33,3	1.404	15,2
Não Informado	12	0,1	-	-	12	0,1
Oportunidade de Trabalho						
Piorou Muito	634	7,1	12	3,9	646	7,0
Piorou	2.375	26,7	31	10,1	2.406	26,1
Melhorou	4.672	52,5	165	53,9	4.837	52,5
Melhorou Muito	1.213	13,6	98	32	1.311	14,2
Não Informado	8	0,1	-	-	8	0,1

Nota: ^aPorcentagem relativa ao total de detentos homens cisgênero que informaram ter passado pelo sistema penitenciário cearense antes de 2019 e ter percebido mudança (8.902).

^bPorcentagem relativa ao total de detentas mulheres Cisgênero que informaram ter passado pelo sistema penitenciário cearense antes de 2019 e ter percebido mudança (306).

^cPorcentagem relativa ao total de detentas mulheres e homens Cisgênero que informaram ter passado pelo sistema penitenciário cearense antes de 2019 e ter percebido mudança (9.208).

7. PERFIS EDUCACIONAL E LABORAL

Aqui são apresentados dados sobre o perfil educacional e laboral das pessoas encarceradas.

7.1. Escolaridade

Entre as múltiplas vulnerabilidades às quais a população carcerária é suscetível, os problemas relacionados a baixa escolaridade se destacam, evidenciando questões relacionadas ao acesso à educação em diferentes níveis. Discute-se a escolaridade, a partir do nível de formação, da rede de ensino, da formação da mãe e do pai.

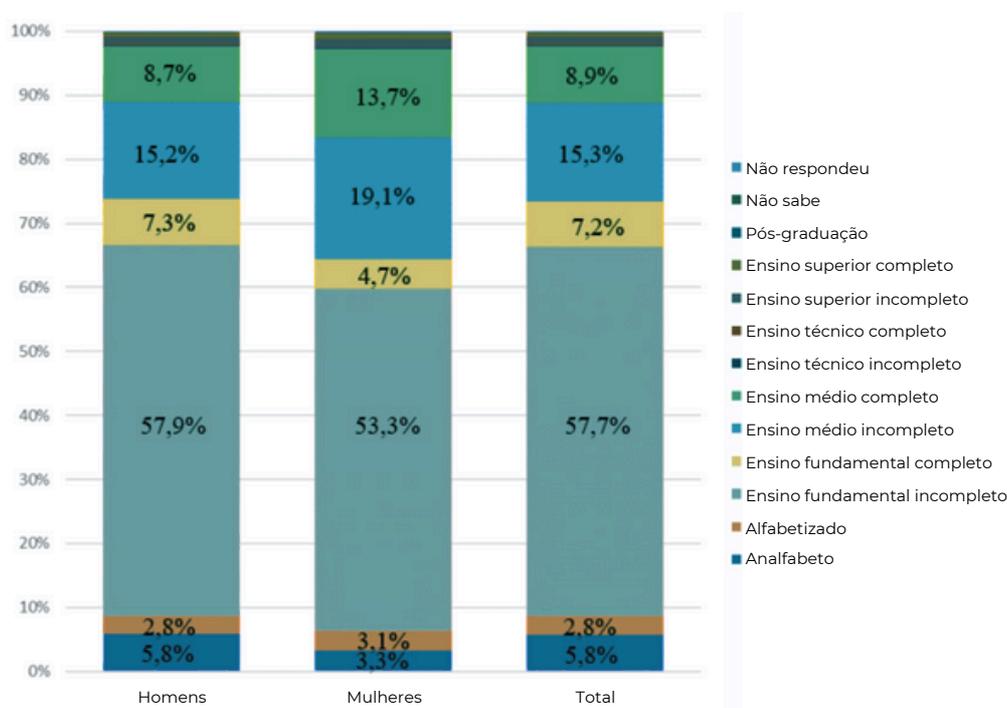


GRÁFICO 13: Distribuição dos internos por escolaridade. Ceará, 2022.

TABELA 55: Distribuição dos detentos em função da sua escolaridade, tipo de escola e escolaridade da mãe e do pai. Ceará, 2022.

Variáveis	Níveis	Homens Cisgênero		Mulheres Cisgênero		Total	
		n	% ^a	n	% ^b	n	% ^c
Escolaridade	Analfabeto	1.150	5,9	26	3,3	1.176	5,8
	Alfabetizado*	556	2,8	24	3,1	580	2,8
	Ensino fundamental incompleto	11.356	57,9	417	53,3	11.773	57,7
	Ensino fundamental completo	1.427	7,3	37	4,7	1.464	7,2
	Ensino médio incompleto	2.982	15,2	149	19,1	3.131	15,3
	Ensino médio completo	1.706	8,7	107	13,7	1.813	8,9
	Ensino técnico incompleto	17	0,1	1	0,1	18	0,1

TABELA 55: Distribuição dos detentos em função da sua escolaridade, tipo de escola e escolaridade da mãe e do pai. Ceará, 2022. (Cont.)

Escolaridade	Ensino técnico completo	30	0,2	-	-	30	0,1
	Ensino superior incompleto	224	1,1	12	1,5	236	1,2
	Ensino superior completo	115	0,6	7	0,9	122	0,6
	Pós-graduação	13	0,1	1	0,1	14	0,1
	Não sabe	26	0,1	-	-	26	0,1
	Não respondeu	24	0,1	1	0,1	25	0,1
	Total	19.626	100	782	100	20.408	100
Rede de Ensino**	Pública	16.218	90,9	658	90,0	16.876	90,8
	Privada	642	3,6	33	4,5	675	3,6
	Pública e Privada	961	5,4	40	5,5	1.001	5,4
	Não sabe	25	0,1	-	-	25	0,1
	Total	17.846	100	731	100	18.577	100
Escolaridade da Mãe	Analfabeto	288	20,3	123	20,5	411	20,4
	Alfabetizado*	73	5,1	38	6,3	111	5,5
	Ensino fundamental incompleto	282	19,9	136	22,7	418	20,7
	Ensino fundamental completo	70	4,9	24	4,0	94	4,7
	Ensino médio incompleto	42	3,0	14	2,3	56	2,8
	Ensino médio completo	119	8,4	54	9,0	173	8,6
	Ensino superior incompleto	5	0,4	2	0,3	7	0,3
	Ensino superior completo	28	2,0	6	1,0	34	1,7
	Pós-graduação	7	0,5	-	-	7	0,3
	Não sabe	500	35,3	201	33,6	701	34,8
	Não respondeu	4	0,3	1	0,2	5	0,2
Total	1418	100	599	100	2.017	100	

TABELA 55: Distribuição dos detentos em função da sua escolaridade, tipo de escola e escolaridade da mãe e do pai. Ceará, 2022. (Cont.)

Escolaridade do Pai	Analfabeto	305	21,5	107	17,9	412	20,4
	Alfabetizado*	75	5,3	40	6,7	115	5,7
	Ensino fundamental incompleto	203	14,3	82	13,7	285	14,1
	Ensino fundamental completo	55	3,9	16	2,7	71	3,5
	Ensino médio incompleto	23	1,6	3	0,5	26	1,3
	Ensino médio completo	87	6,1	44	7,3	131	6,5
	Ensino técnico incompleto	-	-	-	-	-	-
	Ensino técnico completo	1	0,1	-	-	1	0,0
	Ensino superior incompleto	2	0,1	1	0,2	3	0,1
	Ensino superior completo	18	1,3	9	1,5	27	1,3
	Pós-graduação	1	0,1	-	-	1	0,0
	Não sabe	644	45,4	296	49,4	940	46,6
	Não respondeu	4	0,3	1	0,2	5	0,2
Total	1.418	100	599	100	2.017	100	

Nota: *Consideraram-se alfabetizadas as pessoas que sabem ler e escrever, mas nunca frequentaram escola; **Nessa variável, excluíram-se os casos indicados como alfabetizados (n = 588), analfabetos (1180), que não sabiam a escolaridade (n = 26) e sem resposta (n = 25).

Conforme é possível observar no Gráfico 13, o maior percentual é de pessoas com o ensino fundamental incompleto, tanto homens como mulheres. Homens representam 57,9% e mulheres 53,3%. Percentualmente, verificamos que as mulheres (13,7%) concluíram mais o ensino médio do que os homens (8,7%). Quanto à rede de ensino, a maioria estudou pela rede pública, 90,9% dos homens e 90% das mulheres. No que diz respeito ao nível de escolaridade dos detentos que se identificaram como não-cisgênero, 5,4% são analfabetos, 43,4% possuem ensino fundamental incompleto e 11,6% têm ensino médio completo. Quanto à rede de ensino, a maioria (84,5%) estudou pela rede pública.

Ao verificar a escolaridade da mãe e do pai, ressalta-se que 35,3% dos homens e 33,6% das mulheres não sabem a escolaridade da mãe, sendo essa a resposta mais frequente. Além disso, 20,3% dos homens têm mães analfabetas, o que para as mulheres verifica-se em 20,5% dos casos. Esse número aumenta para as mulheres que têm mães com o ensino fundamental incompleto, sendo 22,7%. Para os homens, esse número cai para 19,9%. Quanto à escolaridade dos pais, a maioria dos homens (45,5%) e mulheres (49,4%) não sabem informar a escolaridade do seu genitor. O analfabetismo chama a atenção também para os pais, verificando-se que 21,5% dos homens responderam que seu pai é analfabeto, frente a 17,9% dos pais das mulheres. O ensino fundamental incompleto representa 14,3% para os pais dos homens e 13,7% para os pais das mulheres.

7.2. Motivos que levaram a parar os estudos

Uma questão relevante é verificar os motivos que levaram as pessoas encarceradas a parar os estudos. As questões de gênero são acentuadas aqui, pois os maiores percentuais apontam que 32,4% dos homens pararam os estudos por precisar trabalhar, e 21,7% das mulheres pararam de estudar por causa da gravidez.

TABELA 56: Distribuição dos detentos em função dos motivos que levaram a parar os estudos. Ceará, 2022.

Motivos	Homens Cisgênero		Mulheres Cisgênero		Total	
	n	%	n	%	n	%
Não gostava	209	17,0	108	21,7	317	18,4
Não lembra	33	2,7	16	3,2	49	2,8
Saiu de casa	11	0,9	18	3,6	29	1,7
A escola era longe	19	1,5	3	0,6	22	1,3
Precisou trabalhar	398	32,4	63	12,7	461	26,7
Foi expulso da escola	31	2,5	10	2,0	41	2,4
Mudou de cidade, bairro etc.	11	0,9	14	2,8	25	1,4
la mal na escola	42	3,4	5	1,0	47	2,7
Gravidez	-	-	108	21,7	108	6,3
Prisão	72	5,9	23	4,6	95	5,5
Outros	75	6,1	-	-	75	4,3
Não respondeu	328	26,7	130	26,1	458	26,5
Total	1.229	100	498	100	1.727	100

7.3. Estudos e formação complementar dentro da Unidade Prisional

Para verificar a formação e o acesso à educação dentro do sistema prisional, observou-se a atual condição de formação básica e regular, se já realizou ou realiza alguma formação complementar no sistema prisional e a intenção de estudos após a prisão. A maioria dos homens não está estudando na prisão, representando 77,9%, assim como a maioria das mulheres, com 59,1%. Ao passo que 40,5% das mulheres 21,8% dos homens estão estudando dentro do sistema prisional, sendo 4.529 o valor absoluto. Dentro os detentos não-cisgênero, 23,3% afirmam estar estudando na prisão.

Sobre o interesse em estudar após a saída da prisão, 75,2% dos homens, 80% das mulheres responderam que sim. Destes, um percentual parecido de homens e mulheres deseja concluir o Ensino Médio, sendo 37,5% homens e 37,4% mulheres. Como segunda maior intenção, a conclusão do Ensino Fundamental está para 27,3% dos homens e 23% das mulheres. Dados similares são observados quando analisados os participantes não-cisgênero, com 83,3% informando interesse em estudar após sair da prisão e tendo como principal objetivo de estudo a conclusão do ensino médio, que é informada por 34,5% e a realização de ensino superior, indicada por 30,9%.

TABELA 57: Distribuição dos detentos em função da condição de estudo atual e interesse de estudos após a prisão. Ceará, 2022.

Variáveis	Níveis	Homens Cisgênero		Mulheres Cisgênero		Total	
		n	% ^a	n	% ^b	n	% ^c
Estuda atualmente:	Sim	4.275	21,8	317	40,5	4.592	22,5
	Não	15.296	77,9	462	59,1	15.758	77,2
	Não respondeu	55	0,3	3	0,4	58	0,3
Total		19.626	100	782	100	20.408	100
Interesse de estudar após saída da prisão:⁷	Sim	344	24,3	118	19,7	462	22,9
	Não	1067	75,2	479	80	1546	76,6
	Não respondeu	7	0,5	2	0,3	9	0,4
Total		1.418	100	599	100	2.017	100

TABELA 57: Distribuição dos detentos em função da condição de estudo atual e interesse de estudos após a prisão. Ceará, 2022. (Cont.)

Pretensões de estudo:⁸	Ensino fundamental	291	27,3	110	23	401	25,9
	Ensino Médio	400	37,5	179	37,4	579	37,5
	Curso Profissionalizante	168	15,7	86	18	254	16,4
	Ensino Superior	182	17,1	94	19,6	276	17,9
	Pós-graduação	8	0,7	2	0,4	10	0,6
	Outro	1	0,1	-	-	1	0,1
	Não respondeu	17	1,6	8	1,7	25	1,6
	Total	1.067	100	479	100	1.546	100

A fim de verificar a formação educacional e complementar durante o aprisionamento, foi perguntado sobre a formação no Ensino Fundamental, Ensino Médio, Ensino Básico, Ensino Superior e Ensino Profissionalizante. O maior número de pessoas privadas de liberdade respondeu que não estudou o **Ensino Fundamental**, sendo um total de 77,8%, destes 78,4% são mulheres e 64,7% homens. 5,2% de homens e mulheres iniciaram, mas pararam, ao passo que apenas 2,5% já concluíram o Ensino Fundamental. Quanto ao **Ensino Médio**, 92% das pessoas não cursaram e apenas 4,1% está cursando. Com o maior percentual, o **Ensino Superior** não foi ou não estava sendo cursado por 98,3% das pessoas privadas de liberdade, e apenas 0,2% já concluiu. Desses 0,2% (35), todos são homens, portanto nenhuma mulher privada de liberdade concluiu o Ensino Superior. Por último, o **Ensino Profissionalizante** representa a maior porcentagem de nível já concluído, sendo 18,9%, ao passo que 77,7% não realizaram ou estavam realizando essa formação.

Em andamento, 14% (2.859) estão cursando o Ensino Fundamental, 4,1% (842) cursam o ensino médio, 0,2% (46) cursam o ensino superior e 1,3% (262) cursam o ensino superior.

⁷Essa variável só consta no questionário completo, por isso as amostras de homens e mulheres ciscgênero totalizam 2017 participantes.

⁸Nessa variável, excluíram-se os casos que indicaram não ter pretensão de estudar quando sair da prisão.

TABELA 58: Distribuição dos detentos em função da realização de formação complementar no período em que está no Sistema Prisional. Ceará, 2022.

Variáveis	Níveis	Homens Cisgênero		Mulheres Cisgênero		Total	
		n	% ^a	n	% ^b	n	% ^c
Ensino Fundamental	Não	15.378	78,4	506	64,7	15.884	77,8
	Sim, mas parou	1.006	5,1	47	6	1.053	5,2
	Sim, está em andamento	2.651	13,5	208	26,6	2.859	14
	Sim, já concluiu	499	2,5	20	2,6	519	2,5
	Não respondeu	92	0,5	1	0,1	93	0,5
	Total		19.626	100	782	100	20.408
Ensino Médio	Não	18.100	92,2	674	86,2	18.774	92
	Sim, mas parou	252	1,3	10	1,3	262	1,3
	Sim, está em andamento	757	3,9	85	10,9	842	4,1
	Sim, já concluiu	327	1,7	12	1,5	339	1,7
	Não respondeu	190	1	1	0,1	191	0,9
	Total		19.626	100	782	100	20.408
Ensino Superior	Não	19.287	98,3	776	99,2	20.063	98,3
	Sim, mas parou	41	0,2	4	0,5	45	0,2
	Sim, está em andamento	45	0,2	1	0,1	46	0,2
	Sim, já concluiu	35	0,2	-	-	35	0,2
	Não respondeu	218	1,1	1	0,1	219	1,1
	Total		19.626	100	782	100	20.408
Ensino Profissionalizante	Não	15.318	78	530	67,8	15.848	77,7
	Sim, mas parou	254	1,3	8	1	262	1,3
	Sim, está em andamento	234	1,2	28	3,6	262	1,3
	Sim, já concluiu	3.643	18,6	215	27,5	3.858	18,9
	Não respondeu	177	0,9	1	0,1	178	0,9
	Total		19.626	100	782	100	20.408

7.4. Histórico laboral, acesso às atividades laborais no sistema prisional e renda

Nesta etapa, objetivou-se levantar o histórico laboral dos detentos. Conforme verificado sobre a situação laboral, o trabalho informal foi o mais frequente entre homens e mulheres. Assim como o trânsito entre trabalho formal e informal. Entre os homens, 54,1% trabalharam apenas informalmente, e 65,2% das mulheres trabalharam da mesma forma. As atividades formais e informais foram exercidas por 35,8% dos homens e 19,1% das mulheres. Especificamente relacionado ao trabalho formal, sendo uma experiência de 3,9% dos homens e 2,6% das mulheres, 96,5% dos homens e 97,6% das mulheres trabalharam de carteira assinada.

TABELA 59: Distribuição dos detentos em função do histórico da atividade laboral e relação formal de trabalho. Ceará, 2022.

Variáveis	Níveis	Homens Cisgênero		Mulheres Cisgênero		Total	
		n	% ^a	n	% ^b	n	% ^c
Atividade laboral	Nunca trabalhou	1151	5,9	101	12,9	1252	6,1
	Formal	774	3,9	20	2,6	794	3,9
	Informal	10.618	54,1	510	65,2	11.128	54,5
	Formal e Informal	7.034	35,8	149	19,1	7.183	35,2
	Não respondeu	49	0,2	2	0,3	51	0,2
Total		19.626	100	782	100	20.408	100
Relação de trabalho formal⁹	Carteira Assinada	557	96,5	121	97,6	678	96,7
	Autônomo	10	1,7	1	0,8	11	1,6
	MEI	6	1,0	2	1,6	8	1,1
	Outro	4	0,7	-	-	4	0,6
	Total		577	100	124	100	701

Quanto ao tipo de atividade realizada formalmente, a maioria dos homens e mulheres trabalharam com atividades de serviço, representando 35%. A segunda atividade formal mais exercida pelos detentos foram as atividades de comércio, 21%, seguida da indústria com 19% e da construção civil com 16%. De forma específica ao gênero, 45% das mulheres exerceram formalmente trabalhos de Serviço, seguido de trabalhos com comércio, com 35% e indústria com 14%.

⁹A pergunta sobre o tipo de relação de trabalho formal só consta no questionário completo, portanto foram considerados nesse grupo somente as pessoas que indicaram ter exercido alguma atividade formal.

Já os homens, também trabalharam em maior número na construção civil, com 33%, seguido da indústria com 20%, do comércio com 17% e da construção civil com 20%.

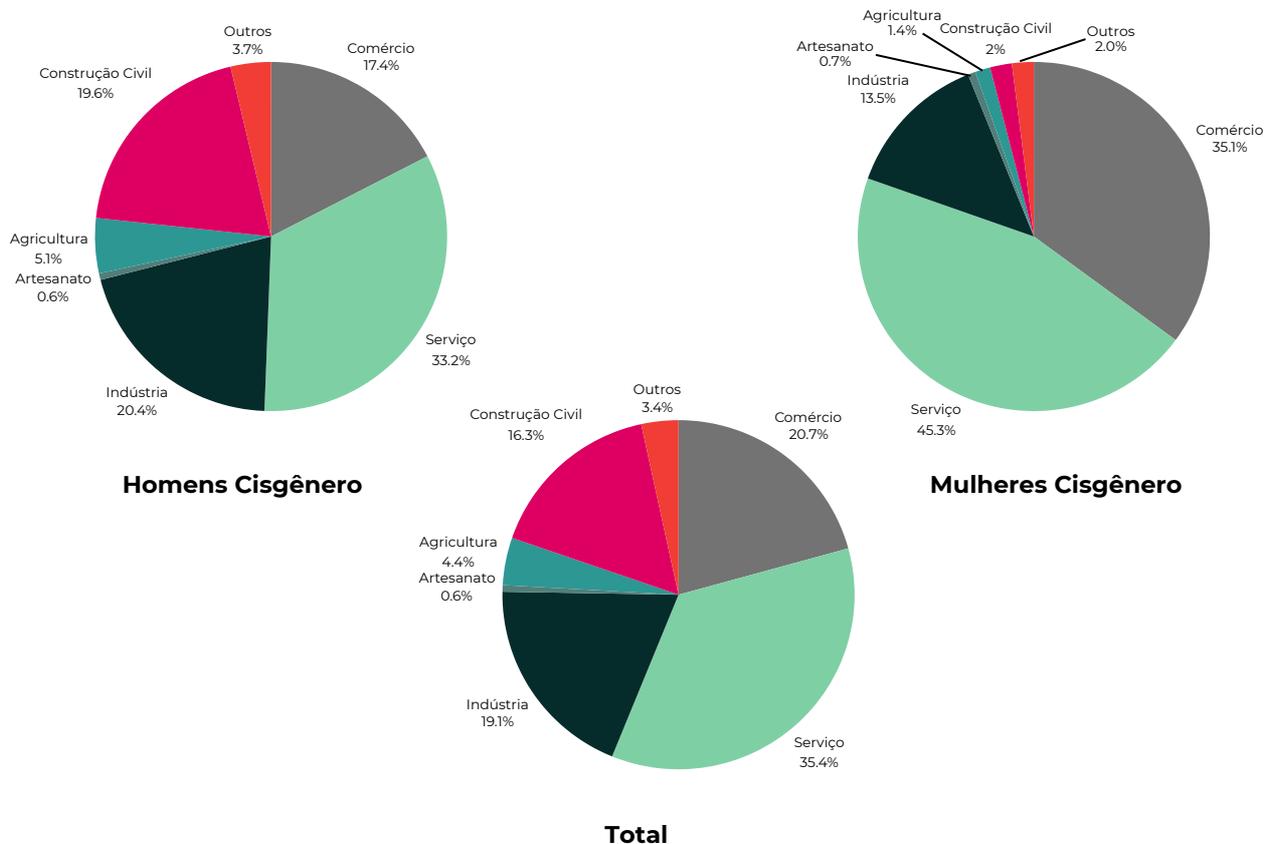


GRÁFICO 14: Atividades realizadas formalmente¹⁰. Ceará, 2022.

TABELA 60: Distribuição dos detentos em função das atividades realizadas formalmente. Ceará, 2022.

Atividades realizadas formalmente	Homens Cigênero		Mulheres Cigênero		Total	
	n	%	n	%	n	%
Construção Civil	127	19,6	3	2,0	130	16,3
Agricultura	33	5,1	2	1,4	35	4,4
Artesanato	4	0,6	1	0,7	5	0,6
Indústria	132	20,4	20	13,5	152	19,1
Serviço	215	33,2	67	45,3	282	35,4
Comércio	113	17,4	52	35,1	165	20,7
Outros	24	3,7	3	2,0	27	3,4
Total	648	100	148	100	796	100

Quando analisadas as atividades de trabalho realizadas informalmente, os serviços seguem sendo a atividade que mais foi exercida pelos internos e internas, representando 37% do total. Para as mulheres, os serviços representam 53%, já para os homens 31%.



GRÁFICO 15: Atividades realizadas informalmente¹⁰. Ceará, 2022.

¹⁰As figuras e a tabela sobre o tipo de atividade informal consideram unicamente os respondentes que afirmaram já ter exercido alguma atividade de trabalho informal; essa pergunta só consta no questionário completo, sendo possível ao respondente marcar mais de uma opção. Em função desse último aspecto, os totais da tabela podem apresentar valores superiores a 774 (número de pessoas que indicara já ter exercido atividade formal).

TABELA 61: Distribuição dos detentos em função das atividades realizadas informalmente. Ceará, 2022.

Atividades realizadas informalmente	Homens Cisgênero		Mulheres Cisgênero		Total	
	n	%	n	%	n	%
Construção Civil	415	27,5	8	1,3	423	20,1
Agricultura	142	9,4	9	1,5	151	7,2
Artesanato	15	1,0	9	1,5	24	1,1
Indústria	93	6,2	47	7,9	140	6,7
Serviço	471	31,2	313	52,6	784	37,3
Comércio	307	20,3	187	31,4	494	23,5
Outros	66	4,4	22	3,7	88	4,2
Total	1509	100	595	100	2104	100

Para entender o acesso às atividades laborais no sistema prisional, questionou-se sobre a realização de alguma atividade de trabalho no presídio, sobre os planos de trabalho após a saída do presídio, se realizava alguma atividade laboral antes de ser preso e qual a atual renda da família.

Referente à atividade laboral na Unidade Prisional, 78,6% dos homens e 50,5% não realizam atividades, apontando que apenas 15,8% das pessoas presas realizam atividades de trabalho no sistema prisional. Dentre os participantes que se identificam como não-cisgênero, 42,6% informam que realizam atividades de trabalho no sistema penitenciário.

Quanto aos planos com relação ao trabalho após a saída do presídio, 95,9% das pessoas presas têm planos. Apenas 4,1% dos homens e 5% das mulheres não têm planos. Esses dados são similares aos dos detentos que se identificaram como não-cisgênero, como 95,3% desses respondentes indicando ter planos em relação ao trabalho ao sair da prisão.

Além disso, a verificação da renda familiar atual chama a atenção para o percentual de pessoas que não sabem informar, totalizando 43,2% das pessoas. Abaixo desse percentual, 28,3% das pessoas afirmam que a família tem renda menor que um salário-mínimo, revelando que a maioria das pessoas fazem parte do grupo de baixa renda, vivenciando as consequências da pobreza. O mesmo padrão de resposta foi observado nos detentos que se identificaram como não-cisgênero, dos quais 44,2% não souberam informar sua renda mensal familiar, e 21,7% informaram que essa renda é inferior a um salário-mínimo.

TABELA 62: Distribuição dos detentos em função da realização de atividade laboral na Unidade Prisional, planos de trabalho após a saída do sistema prisional, atividade laboral antes da prisão e renda familiar. Ceará, 2022.

Variáveis	Níveis	Homens Cisgênero		Mulheres Cisgênero		Total	
		n	% ^a	n	% ^b	n	% ^c
Atividade laboral na Unidade Prisional	Não realiza	15.423	78,6	395	50,5	15818	77,5
	Não realizada atualmente	1144	5,8	56	7,2	1200	5,9
	Realiza	2900	14,8	327	41,8	3227	15,8
	Não respondeu	159	0,8	4	0,5	163	0,8
Total		19.626	100	782	100	20.408	100
Planos de trabalho após a saída do sistema prisional	Sim	18741	95,5	741	94,8	19482	95,5
	Não	813	4,1	39	5,0	852	4,2
	Não respondeu	72	0,4	2	0,3	74	0,4
Total		19.626	100	782	100	20.408	100
Atividade laboral antes de ingressar no sistema prisional	Sim	13952	71,1	440	56,3	14392	70,5
	Não	5631	28,7	340	43,5	5971	29,3
	Não respondeu	43	0,2	2	0,3	45	0,2
Total		19.626	100	782	100	20.408	100
Renda Familiar	Sem rendimento	706	3,6	36	4,6	742	3,6
	Não sabe informar	8482	43,2	325	41,6	8807	43,2
	Menos de 1 salário-mínimo	5527	28,2	242	30,9	5769	28,3
	Entre 1 e 2 salários-mínimos	3722	19,0	143	18,3	3865	18,9
	Entre 2 e 3 salários-mínimos	578	2,9	20	2,5	598	2,9
	Entre 3 e 4 salários-mínimos	225	1,1	6	0,8	231	1,1
	Mais do que 4 salários-mínimos	355	1,8	8	1,0	363	1,8
	Não respondeu	31	0,2	2	0,3	343	0,2
Total		19.626	100	782	100	20.408	100

Quando os detentos foram questionados sobre se estavam exercendo alguma atividade laboral no período em que foram presos, 70,5% informaram que sim (71,1% dos homens e 56,3% das mulheres). As mulheres trabalhavam em grande maioria em atividades de serviço e comércio, totalizando 92,1% dos casos, e os homens trabalhavam com atividades de serviço, comércio e construção civil, totalizando 84,3% dos casos. Em relação aos participantes que se identificaram como não-cisgênero, 29,5% informaram que estavam exercendo alguma atividade laboral no período em que foram presos. Dentre estes que trabalhavam 76,3% informaram que exerciam atividades de serviço ou comércio.

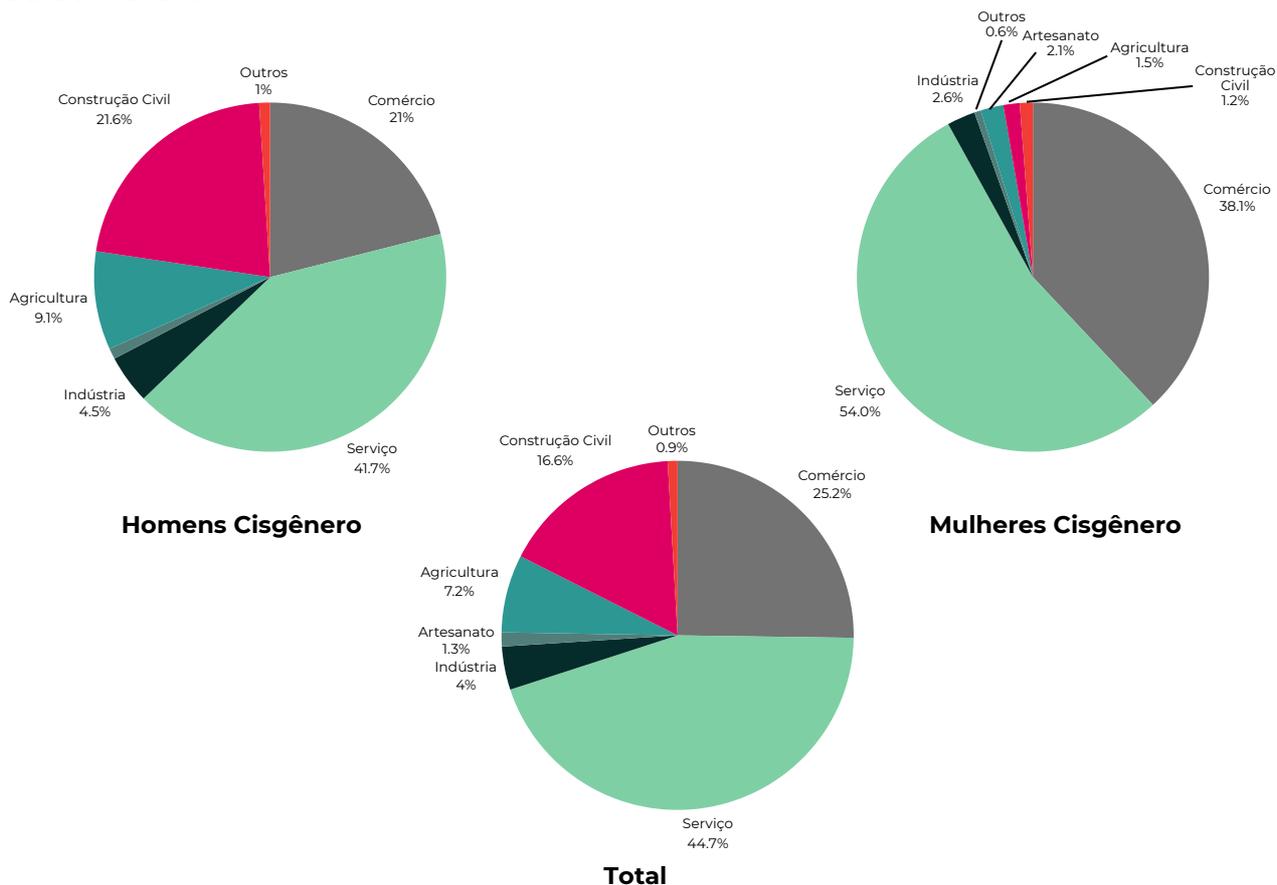


GRÁFICO 16: Atividades laborais desenvolvidas antes da prisão. Ceará, 2022.

TABELA 63: Distribuição dos detentos em função das atividades laborais desenvolvidas antes da prisão. Ceará, 2022.

Atividade laboral que desenvolvia quando foi preso	Homens Cisgênero		Mulheres Cisgênero		Total	
	n	%	n	%	n	%
Construção Civil	228	21,6	4	1,2	232	16,6
Agricultura	96	9,1	5	1,5	101	7,2
Artesanato	11	1,0	7	2,1	18	1,3
Indústria	47	4,5	9	2,6	56	4,0
Serviço	440	41,7	184	54,0	624	44,7
Comércio	221	21,0	130	38,1	351	25,2
Outros	11	1,0	2	0,6	13	0,9
Total	1.054	100	341	100	1.395	100

O Gráfico 17 e a Tabela 64 indicam a pretensão de trabalho ao saírem da prisão e o “Serviço” continua sendo a atividade com maior interesse, representando 45%. Entre as mulheres, o Serviço, com 54%, e o Comércio, com 38%, são as atividades com maior pretensão de trabalho. Entre os homens, a atividade com mais pretensão é também o Serviço, com 42%.

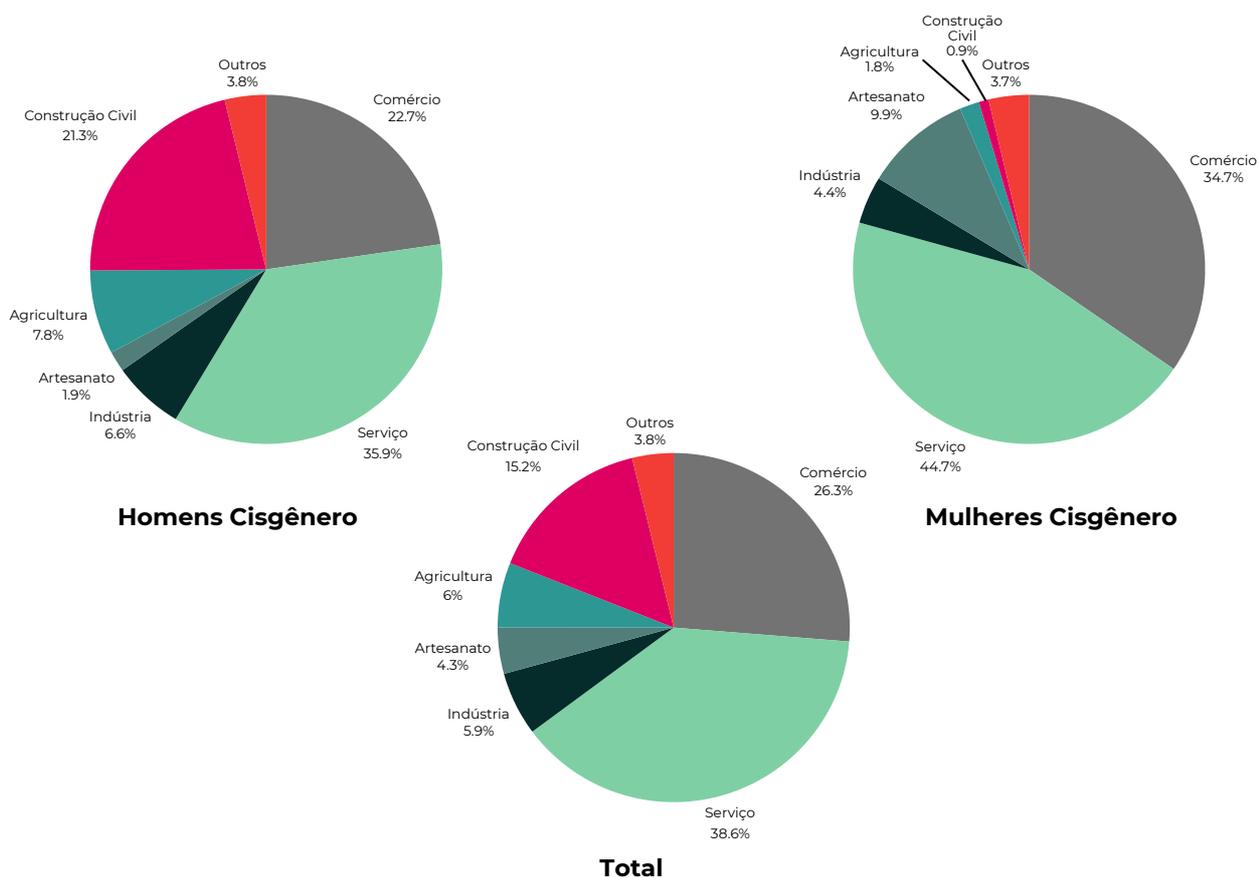


GRÁFICO 17: Atividades que pretende realizar quando sair da prisão¹¹. Ceará, 2022.

TABELA 64: Distribuição dos detentos em função das atividades laborais que pretende realizar quando sair da prisão. Ceará, 2022.

Atividade laboral que pretende exercer após sair da prisão	Homens Cisgênero		Mulheres Cisgênero		Total	
	n	%	n	%	n	%
Construção Civil	337	21,3	6	0,9	343	15,2
Agricultura	123	7,8	12	1,8	135	6,0
Artesanato	30	1,9	67	9,9	97	4,3
Indústria	104	6,6	30	4,4	134	5,9
Serviço	568	35,9	303	44,7	871	38,6
Comércio	359	22,7	235	34,7	594	26,3
Outros	60	3,8	25	3,7	85	3,8
Total	1.581	100	678	100	2.259	100

¹¹As figuras e a tabela sobre o tipo de atividade consideram unicamente os respondentes que afirmaram ter planos em relação ao trabalho quando sair da prisão; a especificação da atividade só consta no questionário completo, sendo possível ao respondente marcar mais de uma opção. Em função desse aspecto, os totais da tabela podem apresentar valores superiores a 1894 (número de pessoas que indicara ter planos em realização ao trabalho).

8. ESTRUTURA FAMILIAR

8.1. Configuração domiciliar antes da prisão

Em relação à Tabela 65, o objetivo é compreender a configuração familiar/domiciliar antes do ambiente prisional. Antes da aplicação da pergunta, foi explicado aos participantes que a questão era de múltipla escolha, podendo marcar mais de uma opção dentre as disponíveis. Na amostragem, é possível perceber que, dentre o total de indivíduos que optou por responder à questão, a maioria deles morava com “companheira(o) e filhos”, com “companheira(o)” ou “sozinho(a)”, representando 25,4%, 17,9% e 14,2%, respectivamente, antes de ingressar no sistema prisional.

Além disso, quando questionados sobre a moradia com parente direto que esteve ou está preso, nota-se que a maioria dos participantes da amostra considerada (57,3%) afirmou não ter convivido, sendo que, do total dos detentos considerados, as mulheres tiveram resultados predominantes na convivência com algum parente direto que esteve ou está no ambiente prisional, antes delas se tornarem detentas.

Na Tabela 65, importa mencionar que fora aplicada somente ao questionário longo, justificando o total dos participantes ser inferior à totalidade dos participantes do Censo.

Intentou-se identificar na variável “Grau de parentesco dos parentes presos” quais seriam os graus mais próximos daqueles que conviviam com o(a) detento(a), por meio da pergunta “Você tem algum parente direto (pai, irmão, tio, primo, companheiro(a) que está ou esteve preso?”.

Na aplicação da questão, havia dois caminhos possíveis, “Sim” e “Não”. Aos participantes que responderam “Sim”, os níveis de parentesco ficaram disponíveis para serem escolhidos pelos participantes, situação na qual era permitido marcar mais de uma opção dentre as disponibilizadas no questionário. Ademais, foi explicado aos participantes que responderam “Sim”, quais seriam as classificações dos graus de parentesco.

Aos participantes que responderam “Não”, não houve contabilização na amostra considerada para montagem desta tabela.

Em relação ao maior índice apontado, a quantidade de homens e mulheres é similar em porcentagem, tendo irmãos e ou avós presos.

No tocante à categoria “filhos”, observa-se, ainda, que menos de 1% dos homens (0,6%) convivia com seus filhos antes de ser preso, fator diversamente identificado na amostra das mulheres participantes (20,3%).

TABELA 65: Distribuição dos detentos em função das pessoas com quem morava antes de ser preso. Ceará, 2022.

Variáveis	Níveis	Homens Cisgênero		Mulheres Cisgênero		Total	
		n	% ^a	n	% ^b	n	% ^c
Configuração familiar/domiciliar antes da prisão	Companheira(o) e filhos	5.059	25,8	117	15	5.176	25,4
	Companheira(o)	3.545	18,1	109	13,9	3.654	17,9
	Sozinho(a)	2.801	14,3	96	12,3	2.897	14,2
	Mãe	1.843	9,4	46	5,9	1.889	9,3
	Mãe e parentes	1.320	6,7	26	3,3	1.346	6,6
	Parentes	1.266	6,5	36	4,6	1.302	6,4
	Mãe e pai	795	4,1	17	2,2	812	4,0
	Mãe, pai e parentes	567	2,9	1	0,1	568	2,8
	Companheira(o) e parentes	295	1,5	4	0,5	299	1,5
	Filhos	111	0,6	159	20,3	270	1,3
	Pai	271	1,4	6	0,8	277	1,4
	Companheira(o), filhos e parentes	228	1,2	9	1,2	237	1,2
	Pai, companheira(o), filhos e parentes	212	1,1	8	1,0	220	1,1
	Morador de rua	74	0,4	6	0,8	80	0,4
	Mãe, pai, companheira(o), filhos e parentes	264	1,3	20	2,6	284	1,4
	Mãe, companheira(o), filhos e parentes	697	3,6	66	8,4	763	3,7
	Filhos e outros	43	0,2	35	4,5	78	0,4
	Companheira(o), filhos, parentes e outros	10	0,1	1	0,1	11	0,1
	Amigos	128	0,7	14	1,8	142	0,7
	Não respondeu	36	0,2	3	0,4	39	0,2
Outras	61	0,3	3	0,4	64	0,3	
Total		19.626	100	782	100	20.408	100
Parente direto* que está ou esteve preso	Sim	8273	42,2	406	51,9	8679	42,5
	Não	11312	57,6	373	47,7	11685	57,3
	Não respondeu	41	0,2	3	0,4	44	0,2
Total		19.626	100	782	100	20.408	100

Nota: * pai, irmão, tio, primo, companheiro.

A Tabela 66 apresenta a distribuição dos detentos no Estado do Ceará em relação ao grau de parentesco dos parentes presos. A tabela é dividida em três colunas: Homens Cisgênero, Mulheres Cisgênero e Total, que indicam o número e a porcentagem de detentos de cada gênero e o total de detentos, respectivamente, em cada categoria de grau de parentesco.

A tabela apresenta diversas categorias de grau de parentesco, como 1º grau, 1º e 2º graus, 1º e 3º graus, 1º e 4º graus, entre outras. Para cada categoria, é indicado o número e a porcentagem de detentos que possuem parentes presos.

Observa-se que a categoria mais frequente é a de 2º grau, com um total de 337 detentos, representando 35,7% do total. A categoria de 4º grau também apresenta um número significativo de detentos, com um total de 185, representando 19,6% do total.

Em relação à distribuição por gênero, observa-se que há uma proporção similar de homens e mulheres em cada categoria de grau de parentesco. Além disso, é importante ressaltar que a tabela considera apenas detentos que responderam "Sim" à pergunta sobre ter parentes presos no questionário longo, o que explica o total de detentos ser inferior à totalidade dos participantes do censo.

TABELA 66: Distribuição dos detentos em função do grau de parentesco dos parentes presos. Ceará, 2022.

Grau de parentesco dos parentes presos ¹²	Homens Cisgênero		Mulheres Cisgênero		Total	
	n	%	n	%	n	%
1º grau	53	8,3	60	19,7	113	12,0
1º e 2º graus	16	2,5	19	6,3	35	3,7
1º e 3º graus	4	0,6	7	2,3	11	1,2
1º e 4º graus	12	1,9	7	2,3	19	2,0
1º grau e outros	1	0,2	3	1,0	4	0,4
1º, 2º e 3º graus	2	0,3	2	0,7	4	0,4
1º, 2º e 4º graus	3	0,5	4	1,3	7	0,7
1º, 2º graus e outros	-	-	1	0,3	1	0,1
1º, 3º e 4º graus	6	0,9	1	0,3	7	0,7
1º, 3º graus e outros	1	0,2	1	0,3	2	0,2
1º, 2º, 3º e 4º graus	1	0,2	1	0,3	2	0,2

¹²A pergunta sobre quem são os parentes presos só consta no questionário completo.

TABELA 66: Distribuição dos detentos em função do grau de parentesco dos parentes presos. Ceará, 2022. (Cont.)

1º, 2º, 3º, 4º graus e outros	-	-	1	0,3	1	0,1
2º grau	235	36,7	102	33,6	337	35,7
2º e 3º graus	18	2,8	4	1,3	22	2,3
2º e 4º graus	21	3,3	7	2,3	28	3,0
2º grau e outros	-	-	1	0,3	1	0,1
2º, 3º e 4º graus	8	1,2	3	1,0	11	1,2
2º, 3º graus e outros	1	0,2	-	-	1	0,1
2º, 4º graus e outros	2	0,3	-	-	2	0,2
3º grau	86	13,4	34	11,2	120	12,7
3º e 4º graus	19	3,0	6	2,0	25	2,6
4º grau	147	22,9	38	12,5	185	19,6
Outros	5	0,8	2	0,7	7	0,7
Total	641	100	304	100	945	100

Nota: Consideram-se parentes de primeiro grau pai, mãe, companheira(o) e filhos; de segundo grau, irmão e avós; de terceiro, tios e sobrinhos; de quarto, primos; e, outros, cunhada(o), nora e enteados.

Na Tabela 67, tentou-se pesquisar acerca da possibilidade de o(a) detento(a) ter sofrido violência física na infância e na adolescência.

Para inserção nas demais variáveis do questionário (quem perpetrou a violência física na infância ou na adolescência), dependia-se da resposta afirmativa do entrevistado para dar seguimento à questão.

Nota-se, pois, que 71,4% dos entrevistados afirmaram que “Não sofreu” violência física durante a infância ou a adolescência, sendo praticamente o mesmo índice quando analisada a diferença entre homens e mulheres, em porcentagem.

Aos que afirmaram que sofreram violência, totaliza-se 27,5% do total de entrevistados, violência que foi praticada somente na infância ou na adolescência ou, ainda, em ambas as fases da vida consideradas nos níveis.

Em relação aos que sofreram violência física, identifica-se que os maiores perpetradores foram os parentes dos entrevistados, representando os maiores índices tanto na infância quanto na adolescência dos indivíduos entrevistados (66,0% e 38,5%, respectivamente). No que diz respeito aos participantes que se identificam com não-cisgênero, 36,4% informaram ter sido vítima de violência física durante a infância e 37,% informaram ter sofrido violência durante a adolescência.

Em seguida, nota-se que a violência perpetrada por conhecidos ocupa a segunda posição no ranking dos que sofreram violência física na infância (15,7%), diferentemente dos que sofreram violência física na adolescência, posto que o maior índice é de desconhecidos (27,3%). Em relação aos respondentes não-cisgênero, 83,3% dos que sofreram violência física na infância, tiveram parentes como perpetrador dessa violência esses também

são os principais perpetradores de violência física desse grupo durante a adolescência, representando 66,6% dos casos.

Observa-se, assim, que o ambiente doméstico familiar se identifica como um significativo espaço de incidência de violência em fases determinantes da constituição da personalidade do indivíduo (infância e adolescência).

TABELA 67: Distribuição dos detentos em função de ter sofrido violência física na infância. Ceará, 2022.

Variáveis	Níveis	Homens Cisgênero		Mulheres Cisgênero		Total	
		n	% ^a	n	% ^b	n	% ^c
Sofreu violência física durantes a infância e a adolescência	Não sofreu	1.001	70,6	440	73,5	1.441	71,4
	Infância	118	8,3	47	7,8	165	8,2
	Adolescência	119	8,4	29	4,8	148	7,3
	Infância e Adolescência	180	12,7	83	13,9	263	13,0
	Total	1.418	100	599	100	2.017	100
Perpetradores da violência física na infância	Parentes	182	62,1	96	75,0	278	66,0
	Conhecidos	48	16,4	18	14,1	66	15,7
	Desconhecidos	45	15,4	8	6,3	53	12,6
	Parentes e conhecidos	7	2,4	1	0,8	8	1,9
	Parentes e desconhecidos	6	2,0	3	2,3	9	2,1
	Conhecidos e desconhecidos	2	0,7	2	1,6	4	1,0
	Todos	3	1,0	-	-	3	0,7
Total	293	100	128	100	421	100	
Perpetradores da violência física na adolescência	Parentes	90	30,5	66	60,0	156	38,5
	Conhecidos	62	21,0	30	27,3	92	22,7
	Desconhecidos	120	40,7	9	8,2	129	31,9
	Parentes e conhecidos	10	3,4	0	0,0	10	2,5
	Parentes e desconhecidos	5	1,7	3	2,7	8	2,0
	Conhecidos e desconhecidos	5	1,7	2	1,8	7	1,7
	Todos	3	1,0	-	-	3	0,7
Total	295	100	110	100	405	100	

8.2. Número de filhos e faixa etária

Na Tabela 68 estão as informações sobre o número de filhos dos detentos e quantos estão dentro da faixa dos 0 a 11 anos. Na primeira parte da tabela, é possível observar que a maioria dos indivíduos (73,1%) têm um filho ou mais (72,9% dos homens e 77,9% das mulheres). Na segunda parte da tabela, é possível observar a quantidade de filhos com idades entre 0 e 11 anos. A maioria dos indivíduos tem apenas um filho nessa faixa etária, sendo que cerca de 42,4% dos homens e 29,2% das mulheres se enquadram nessa categoria. A proporção de indivíduos com dois filhos é de 22,6% para homens e 21,7% para mulheres. É interessante notar que a proporção de indivíduos com cinco ou mais filhos nessa faixa etária é bastante baixa, sendo que apenas 1,3% dos homens e 1,5% das mulheres têm cinco ou mais filhos com idades entre 0 e 11 anos.

TABELA 68: Distribuição dos detentos em função do número de filhos. Ceará, 2022.

Variáveis	Níveis	Homens Cisgênero		Mulheres Cisgênero		Total	
		n	% ^a	n	% ^b	n	% ^c
Quantidade de filhos	Não tem	5.273	26,9	169	21,6	5.442	26,7
	Um filho	5.647	28,8	160	20,5	5.807	28,5
	Dois filhos	4.119	21	156	19,9	4.275	20,9
	Três filhos	2.181	11,1	152	19,4	2.333	11,4
	Quatro filhos	1.126	5,7	69	8,8	1.195	5,9
	Cinco filhos	597	3,0	36	4,6	633	3,1
	Seis filhos	280	1,4	14	1,8	294	1,4
	Sete ou mais filhos	366	1,9	22	2,8	388	1,9
	Não respondeu	37	0,2	4	0,5	41	0,2
Total		19.626	100	782	100	20.408	100
Filhos com idades entre 0 e 11 anos	Não tem	2.729	19,1	196	32,2	2.925	19,6
	Um	6.071	42,4	178	29,2	6.249	41,9
	Dois	3.233	22,6	132	21,7	3.365	22,5
	Três	1.182	8,3	65	10,7	1.247	8,4
	Quatro	393	2,7	16	2,6	409	2,7
	Cinco ou mais	179	1,3	9	1,5	188	1,3
	Não respondeu	529	3,7	13	2,1	542	3,6
	Total		14.316	100	609	100	14.925

8.3. A mulher e sua relação com a maternidade na prisão

A seguir abordou-se a questão da maternidade na prisão. Do total de 782 mulheres cisgênero entrevistadas, 8,3% informaram que estão ou já estiveram grávida durante o período de reclusão no sistema penitenciário, enquanto 2,9% optaram por não responder. Das que estiveram grávidas durante o período de reclusão, 30,8% informaram que não fizeram consultas de pré-natal no presídio, enquanto 58,5% informaram que faziam o pré-natal 1 vez por mês, 6,2% informaram que faziam a cada 2 ou 3 meses e 4,6% informaram que fizeram menos de 3 pré-natais durante a gestação.

Também foi questionado a essas mulheres com quem ficou ou ficará seu filho após o desligamento institucional. Em resposta a esse questionamento, 66,7% das respondentes informaram que o filho ficou ou ficará com a avó materna, enquanto 8,3% informam que os responsáveis pelo cuidado com criança, após o desligamento institucional, serão avós paternos e 8,3% informam que esse cuidado será feito pelos tios da criança.

9. EXPERIÊNCIA NO SISTEMA CARCERÁRIO

A experiência no sistema prisional é extremamente difícil, sobretudo, em função dos laços sociais que são rompidos e do distanciamento forçado da estrutura comunitária e familiar. Compreender como essas relações são mantidas e outras criadas em contexto que se buscou conhecer ao longo do processo de feitura do Censo Penitenciário. É oportuno ressaltar que, em sua função social, o sistema carcerário vislumbra um horizonte de reintegração do indivíduo à sociedade, sendo sua missão contribuir para um processo integral de ressocialização da pessoa ao convívio social. Por isso, as experiências ao longo dessa trajetória são fundamentais não apenas para o preso, mas também para toda sociedade ao redor desse futuro egresso do sistema.

9.1. Frequência de visitas

Em relação às visitas, observa-se que 81,1% dos homens não recebem visita de companheiras, enquanto 95,9% das mulheres também não recebem. Importante destacar que 15,7% dos homens afirmaram receber visitas das companheiras de uma a duas vezes por mês¹³. Na população feminina esse percentual é de 2,6%, revelando um contexto complexo de abandono de mulheres por seus companheiros durante o período de cumprimento de pena¹⁴, ou talvez esses números baixos possam indicar que o seu parceiro também está preso. O maior percentual de ocorrências de visitas verificadas foi o de mães, de uma ou duas vezes por mês, com 25,3% de respostas da população em geral, 25,5% das respostas no público masculino e 20,8% no público feminino. Outro dado importante, é o distanciamento dos filhos cujas visitas frequentes de uma a duas vezes no mês alcança apenas o percentual de 7,7% na população em geral, sendo de 10,6% entre as mulheres.

¹³ Importante explicar que as visitas acontecem de 21 a 21 dias no sistema prisional cearense e não estão disponíveis momentos para relações íntimas das pessoas em privação de liberdade com suas companheiras.

¹⁴ Sobre as relações conjugais e afetivas de mulheres na prisão ver PADOVANI, Natália Corazza et al. **Sobre casos e casamentos: afetos e amores através de penitenciárias femininas em São Paulo e Barcelona**. 2018. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

TABELA 69: Distribuição dos detentos em função da frequência de visitas. Ceará, 2022.

Grupos	Frequência de visitas												
	Total	a		b		c		d		e		f	
		n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Companheira(o)	16.673	81,7	113	0,6	283	1,4	3106	15,2	42	0,2	191	0,9	
Mãe	13.999	68,6	246	1,2	770	3,8	5170	25,3	62	0,3	161	0,8	
Irmão(a)	16.449	80,6	176	0,9	578	2,8	2952	14,5	38	0,2	215	1,1	
Filhos	18.317	89,8	81	0,4	197	1,0	1569	7,7	16	0,1	228	1,1	
Pai	19.140	93,8	79	0,4	138	0,7	805	3,9	13	0,1	233	1,1	
Amigos	20.088	98,5	41	0,2	3	0,0	20	0,1	5	0,0	251	1,2	
Tios	19.931	97,7	58	0,3	27	0,1	135	0,7	6	0,0	251	1,2	
Avós	19.972	97,9	33	0,2	17	0,1	130	0,6	5	0,0	251	1,2	
Netos	20.086	98,5	43	0,2	3	0,0	20	0,1	4	0,0	252	1,2	
Outros	19.946	97,8	61	0,3	21	0,1	108	0,5	4	0,0	268	1,3	
Homens	a		b		c		d		e		f		
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	
Companheira(o)	15.923	81,1	105	0,5	281	1,4	3086	15,7	42	0,2	189	1,0	
Mãe	13.407	68,3	241	1,2	751	3,8	5007	25,5	61	0,3	159	0,8	
Irmão(a)	15.807	80,5	170	0,9	558	2,8	2841	14,5	37	0,2	213	1,1	
Filhos	17.625	89,8	79	0,4	194	1,0	1486	7,6	16	0,1	226	1,2	
Pai	18.391	93,7	77	0,4	131	0,7	784	4,0	12	0,1	231	1,2	
Amigos	19.319	98,4	38	0,2	2	0,0	14	0,1	4	0,0	249	1,3	
Tios	19.160	97,6	57	0,3	26	0,1	128	0,7	6	0,0	249	1,3	
Avós	19.199	97,8	30	0,2	17	0,1	126	0,6	5	0,0	249	1,3	
Netos	19.315	98,4	39	0,2	3	0,0	15	0,1	4	0,0	250	1,3	
Outros	19.187	97,8	57	0,3	20	0,1	93	0,5	3	0,0	266	1,4	

Nota: a = Não recebe; b = Uma vez por ano ou menos; c = De duas a seis vezes por ano; d = De uma a duas vezes por mês; e = Semanalmente; f = Não respondeu.

TABELA 69: Distribuição dos detentos em função da frequência de visitas. Ceará, 2022. (Cont.)

Mulheres	a		b		c		d		e		f	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Companheira(o)	750	95,9	8	1,0	2	0,3	20	2,6	0	0,0	2	0,3
Mãe	592	75,7	5	0,6	19	2,4	163	20,8	1	0,1	2	0,3
Irmão(a)	642	82,1	6	0,8	20	2,6	111	14,2	1	0,1	2	0,3
Filhos	692	88,5	2	0,3	3	0,4	83	10,6	0	0,0	2	0,3
Pai	749	95,8	2	0,3	7	0,9	21	2,7	1	0,1	2	0,3
Amigos	769	98,3	3	0,4	1	0,1	6	0,8	1	0,1	2	0,3
Tios	771	98,6	1	0,1	1	0,1	7	0,9	0	0,0	2	0,3
Avós	773	98,8	3	0,4	0	0,0	4	0,5	0	0,0	2	0,3
Netos	771	98,6	4	0,5	0	0,0	5	0,6	0	0,0	2	0,3
Outros	759	97,1	4	0,5	1	0,1	15	1,9	1	0,1	2	0,3

Nota: a = Não recebe; b = Uma vez por ano ou menos; c = De duas a seis vezes por ano; d = De uma a duas vezes por mês; e = Semanalmente; f = Não respondeu.

Ainda sobre as visitas, nos grupos focais, elas foram ressaltadas como um elemento vital para a saúde mental e as condições de vida dos internos, pois a família ocupa um lugar importante na maneira como cada um enfrenta sua jornada no interior do sistema prisional. “Então, a gente conta os minutos, os dias, para hora da visita chegar, o dia da visita chegar”, relatou uma interlocutora ao mesmo tempo, em seguida, falando de como é importante, também, esquecer o que acontece lá fora. “Vive o aqui e esquece o lá fora”, foi um dos conselhos que ouviu e hoje a mesma interlocutora dedica a recém ingressas no sistema. Isto revela a complexidade de uma vida cotidiana que precisa ser construída ao longo do processo de cumprimento da pena, com a intercalação de momentos de contato com familiares que são considerados vitais para manutenção de um estado de espírito positivo da pessoa em privação de liberdade.

9.2. Fornecimento de itens de higiene pessoal

Ao serem questionados sobre o recebimento de itens de higiene pessoal, 40,7% dos respondentes informaram que recebem dos familiares, enquanto 43,2% declararam receber da SAP. Um percentual ainda de 13,1% declarou receber tanto da família quanto da SAP. Destaque para o caso das mulheres, pois ao considerar apenas elas, 49,7% afirmaram receber da SAP enquanto 39,7% da família. Em relação a itens de vestuário, 48,9% dos respondentes declararam receber da sua família, 32,5% responderam que recebe da SAP. Especificamente para o público de detentas mulheres, foi solicitado que informassem se tinham acesso aos itens básicos de higiene (ex. absorvente) durante o período menstrual. Em relação a esse acesso 73,0% informaram que tinham sempre acesso a esses itens, enquanto 9,7% informaram que tinha acesso apenas às vezes e 5,3% que não tinha acesso. Quando consultadas sobre quem fornecia esses itens, 69,1% disseram receber esses itens pela SAP.

TABELA 70: Distribuição dos detentos em função do recebimento de itens de higiene pessoal. Ceará, 2022.

Variáveis	Níveis	Homens Cisgênero		Mulheres Cisgênero		Total	
		n	% ^a	n	% ^b	n	% ^c
Recebe itens de higiene pessoal*	Não	32	2,3	18	3	50	2,5
	Sim, da minha família	583	41,1	238	39,7	821	40,7
	Sim, da SAP	574	40,5	298	49,7	872	43,2
	Sim, da SAP e da minha família	222	15,7	43	7,2	265	13,1
	Não respondeu	7	0,5	2	0,3	9	0,4
Total		1.418	100	599	100	2.017	100
Recebe itens de vestuário / roupas.	Não	193	13,6	63	10,5	256	12,7
	Sim, da minha família	735	51,8	251	41,9	986	48,9
	Sim, da SAP	400	28,2	255	42,6	655	32,5
	Sim, da SAP e da minha família	79	5,6	28	4,7	107	5,3
	Não respondeu	11	0,8	2	0,3	13	0,6
Total		1.418	100	599	100	2.017	100

Nota: *Consideraram-se itens de higiene pessoal sabonete, shampoo, desodorante, pasta de dente entre outros.

9.3. Avaliação da Alimentação, higiene e segurança proporcionada pela SAP

A pesquisa buscou identificar qual a avaliação dos detentos sobre alimentação, acesso à água, higiene e segurança na prisão. Em relação a alimentação fornecida, 37% dos respondentes avaliaram a alimentação como regular, 25,3% como boa ou excelente, 18,9% como ruim e 18,4% como muito ruim. Em relação ao acesso à água, 34,1% dos respondentes consideraram bom ou excelente o acesso à água, 30,9% regular, 20,4% ruim e outros 14,1% muito ruim. Sobre as condições de higiene da unidade, 38,1% consideraram boas ou excelentes e outros 34,1% como regular. Ao se referirem às condições de higiene da sua respectiva cela, 55,1% consideraram como boa ou excelente e 26,1% como regular. Por fim, em relação a segurança, 53,9% dos respondentes consideraram boa ou excelente e 31,3% como regular.

TABELA 71: Distribuição dos detentos em função da avaliação dos detentos sobre alimentação, higiene e segurança. Ceará, 2022.

Variáveis	Níveis	Homens Cisgênero		Mulheres Cisgênero		Total	
		n	% ^a	n	% ^b	n	% ^c
Alimentação	Muito Ruim	183	12,9	189	31,6	372	18,4
	Ruim	264	18,6	118	19,7	382	18,9
	Regular	547	38,6	199	33,2	746	37,0
	Bom	362	25,5	75	12,5	437	21,7
	Excelente	57	4,0	16	2,7	73	3,6
	Não respondeu	5	0,4	2	0,3	7	0,3
	Total		1.418	100	599	100	2.017
Acesso a água para higiene pessoal	Muito Ruim	206	14,5	79	13,2	285	14,1
	Ruim	296	20,9	115	19,2	411	20,4
	Regular	411	29,0	213	35,6	624	30,9
	Bom	431	30,4	167	27,9	598	29,6
	Excelente	69	4,9	22	3,7	91	4,5
	Não respondeu	5	0,4	3	0,5	8	0,4
	Total		1.418	100	599	100	2.017

TABELA 71: Distribuição dos detentos em função da avaliação dos detentos sobre alimentação, higiene e segurança. Ceará, 2022. (Cont.)

Condições de higiene e saúde da unidade	Muito Ruim	153	10,8	55	9,2	208	10,3
	Ruim	249	17,6	94	15,7	343	17,0
	Regular	454	32,0	233	38,9	687	34,1
	Bom	461	32,5	181	30,2	642	31,8
	Excelente	94	6,6	34	5,7	128	6,3
	Não respondeu	7	0,5	2	0,3	9	0,4
Total	1.418	100	599	100	2.017	100	
Condições de higiene e saúde da cela	Muito Ruim	96	6,8	38	6,3	134	6,6
	Ruim	176	12,4	61	10,2	237	11,8
	Regular	356	25,1	171	28,5	527	26,1
	Bom	629	44,4	249	41,6	878	43,5
	Excelente	156	11,0	78	13,0	234	11,6
	Não respondeu	5	0,4	2	0,3	7	0,3
Total	1.418	100	599	100	2.017	100	
Condições de segurança da prisão	Muito Ruim	65	4,6	21	3,5	86	4,3
	Ruim	152	10,7	53	8,8	205	10,2
	Regular	417	29,4	215	35,9	632	31,3
	Bom	624	44,0	243	40,6	867	43,0
	Excelente	155	10,9	64	10,7	219	10,9
	Não respondeu	5	0,4	3	0,5	8	0,4
Total	1.418	100	599	100	2.017	100	

A situação das celas ainda preocupa, sobretudo, pelo grande número de pessoas em uma mesma unidade. Verificou-se que, na população masculina, os maiores percentuais são verificados nas quantidades acima de 8 presos por cela. Ao considerar a população masculina, 33,6% estão em cela com 12 a 16 pessoas e 32,5% em celas com 17 ou mais pessoas. A quantidade de pessoas por cela é menor nas unidades femininas, mas ainda é possível observar que 42,3% das mulheres estão em celas com 9 a 11 pessoas e 31,8% entre 6 e 8 mulheres.

TABELA 72: Distribuição dos detentos em função do número de presos por cela. Ceará, 2022.

Número de internos por cela	Homens Cisgênero		Mulheres Cisgênero		Total	
	n	%	n	%	n	%
Cela individual	58	0,3	6	0,8	64	0,3
Entre 1 e 5	881	4,5	137	17,5	1.018	5
Entre 6 e 8	2.533	12,9	249	31,8	2.782	13,6
Entre 9 e 11	3.157	16,1	331	42,3	3.488	17,1
Entre 12 e 16	6.588	33,6	56	7,2	6.644	32,6
17 ou mais	6.376	32,5	1	0,1	6.377	31,2
Não respondeu	33	0,2	2	0,3	35	0,2
Total	19.626	100	782	100	20.408	100

9.4. Relacionamento afetivo e/ou sexual com outros detentos

Os detentos que responderam ao questionário completo (2.017) também foram questionados sobre o envolvimento sexual e/ou afetivo com outros detentos durante o período de reclusão. Do total de respondentes 13,2% informaram ter se envolvido em relacionamentos dentro do sistema prisional, o que representa 2,5% dos detentos homens cisgênero, 38,9% das mulheres cisgênero e 76,9% dos detentos que se identificaram como não-cisgênero.

9.5. Violência no sistema prisional

Ao verificar as situações de violência na prisão, o censo permitiu uma escuta sobre um fenômeno social difícil de ser exteriorizado em razão das dificuldades comuns a unidades prisionais controladas por gestores e servidores públicos que, em sua ação, precisam considerar situações muito específicas. Como é possível observar em todos os sistemas penitenciários brasileiros, existem situações de conflito decorrentes das tensões evidentes para administração de populações envolvidas em diferentes escalas de esquemas criminais. Assim, a administração penitenciária se transformou em um desafio para equacionar conflitos sociais e enfrentar situações de violações de direitos ocasionadas pelos mais diferentes motivos¹⁵.

¹⁵A respeito do cenário das prisões no Brasil ver LOURENÇO, Luiz Claudio; ROCHA, Gerder Luiz (Ed.). **Prisões e punição no Brasil contemporâneo**. SciELO-EDUFBA, 2013.

Ao analisar os dados sobre violência no sistema penitenciário, é importante destacar que, na aplicação do questionário do Censo, as condições possíveis para aplicação do mesmo envolveram a criação de um espaço controlado no interior das prisões, com a presença de policiais penais que, como é possível observar nos dados, aparecem como os principais protagonistas de situações de violência contra os internos. Desta maneira, é preciso fazer essa consideração para que tenhamos ciência das dificuldades que, porventura, foram encontradas por possíveis respondentes apesar dos esforços da equipe de pesquisa e da própria SAP para criar um ambiente seguro e possível para um investimento como o do Censo Penitenciário. Feito essas pontuações, ao serem questionados sobre se já sofreram violência na prisão, 50,7% dos homens e 19,3% das mulheres responderam que já sofreram algum tipo de violência de policiais penais ou funcionários do sistema.

TABELA 73: Distribuição dos detentos em função de ter sofrido ou não violência na Unidade Prisional. Ceará, 2022.

Perpetrador	Homens Cisgênero		Mulheres Cisgênero		Total	
	n	%	n	%	n	%
Nunca sofreu	8445	43,0	575	73,5	9020	44,2
Internos	230	1,2	23	2,9	253	1,2
Policiais Militares e/ou Cíveis	484	2,5	26	3,3	510	2,5
Policiais Penais e/ou Funcionários do Sistema	9.960	50,7	151	19,3	10.111	49,5
Policiais Penais, Militares e/ou Cíveis	263	1,3	3	0,4	266	1,3
Internos, Policiais Penais e Militares e/ou Cíveis	115	0,6	-	-	115	0,6
Policiais Penais e/ou Funcionários do Sistema e Internos	8	0,0	-	-	8	0,0
Internos e Policiais Militares e/ou Cíveis	17	0,1	-	-	17	0,1
Todos os grupos	1	0,0	-	-	1	0,0
Não respondeu	103	0,5	4	0,5	107	0,5
Total	19.626	100	782	100	20.408	100

Ao serem questionados sobre o tipo de violência sofrido no sistema penitenciário, 68,2% dos que afirmaram terem sofrido alguma violência destacaram que, em mais de uma ocasião, foram vítimas de agressão física. 41,7% destacaram que, em mais de uma ocasião, foram isolados. Outros 33,3%, em mais de uma ocasião, sofreram sufocamento. Entre os que responderam sofrer violência, 37,5% declararam terem sido vítimas de medidas de contenções exageradas mais de uma vez, enquanto 11,8% afirmaram pelo menos uma vez ter vivenciado esse tipo de violência.

Sobre a violência, os relatos do grupo focal indicaram a existência de problemas no dia a dia, com erros na execução de procedimento como um elemento gerador de prática de violência. As situações escalam de acordo com a gravidade. Assim, os interlocutores ressaltaram que a repetição de erros nos procedimentos podem desencadear uma série de agressões físicas. Ademais, práticas de desobediência são geradoras de medidas mais graves, como isolamento e práticas classificadas pelos interlocutores como de tortura.

Estas situações envolvem um comportamento arbitrário em razão de uma orientação geral para controle disciplinar dos presos. Não obstante, algumas dessas situações foram narradas ainda quando os internos estavam nos seus primeiros dias no sistema, ou seja, ainda não tinham o conhecimento suficiente sobre os procedimentos aplicados por policiais penais. As práticas de violência, na leitura possível de ser feita a partir dos grupos focais, são estruturadas por uma dinâmica geradora de controle dos corpos e sujeição dos internos aos mandos diários regulados pelos procedimentos.

Observa-se também que apesar dos procedimentos, existem formas arbitrárias de gerenciamento do dia a dia e excessos difíceis de regular em uma realidade constituída por tensões e conflitos. Compreender como essas situações ocorrem por meio de diagnósticos corretos e medidas de combate à violência nas unidades prisionais é um dos desafios para geração de um ambiente saudável, seguro e alinhado com as exigências morais e políticas dos padrões internacionais de proteção aos direitos humanos de pessoas em privação de liberdade.

TABELA 74: Distribuição dos detentos em função do tipo de violência sofrida no sistema penitenciário. Ceará, 2022.

Variáveis	Níveis	Homens Cisgênero		Mulheres Cisgênero		Total	
		n	% ^a	n	% ^b	n	% ^c
Agressão física	Nunca	86	11,3	32	16,3	118	12,3
	Uma vez	128	16,8	48	24,5	176	18,4
	Mais de uma vez	542	71,0	112	57,1	654	68,2
	Não respondeu	7	,9	4	2,0	11	1,1
Total		763	100	196	100	959	100
Isolamento	Nunca	279	36,6	78	39,8	357	37,2
	Uma vez	163	21,4	26	13,3	189	19,7
	Mais de uma vez	312	40,9	88	44,9	400	41,7
	Não respondeu	9	1,2	4	2,0	13	1,4
Total		763	100	196	100	959	100
Sufocamento	Nunca	406	53,2	104	53,1	510	53,2
	Uma vez	88	11,5	25	12,8	113	11,8
	Mais de uma vez	256	33,6	63	32,1	319	33,3
	Não respondeu	13	1,7	4	2,0	17	1,8
Total		763	100	196	100	959	100
Emprego excessivo de medidas de contenção	Nunca	363	47,6	109	55,6	472	49,2
	Uma vez	93	12,2	20	10,2	113	11,8
	Mais de uma vez	297	38,9	63	32,1	360	37,5
	Não respondeu	10	1,3	4	2,0	14	1,5
Total		763	100	196	100	959	100
Outros	Nunca	585	76,7	151	77,0	736	76,7
	Uma vez	25	3,3	6	3,1	31	3,2
	Mais de uma vez	141	18,5	35	17,9	176	18,4
	Não respondeu	12	1,6	4	2,0	16	1,7
Total		763	100	196	100	959	100

Nota: ^a Porcentagem relativa ao total de detentos homens Cisgênero na amostra que responderam ao questionário completo e afirmaram ter sofrido violência física na prisão (763); ^b Porcentagem relativa ao total de detentas mulheres Cisgênero na amostra que responderam ao questionário completo e afirmaram ter sofrido violência física na prisão (196); ^c Porcentagem relativa ao total de detentas mulheres e homens Cisgênero na amostra que responderam ao questionário completo e afirmaram ter sofrido violência física na prisão (959);

9.6. Violência e Discriminação em função de identidade de gênero e/ou orientação sexual

Dos 660 detentos que se identificam como não-cisgênero e/ou não heterossexuais, 26,1% informaram já ter sofrido algum tipo de violência física, dentro do sistema penitenciário, em função da identidade de gênero e/ou orientação sexual. Dentre os principais perpetradores desse tipo de violência, estão os trabalhadores do sistema prisional, responsáveis por 63,3% desses casos e outros presos, que são os responsáveis por 28,4% dos casos desse tipo de violência.

Adicionalmente, também foi avaliado o relato de ocorrência de discriminação, dentro do sistema penitenciário, em função da identidade de gênero e/ou orientação sexual. Do total de detentos que se identificam como não-cisgênero e/ou não heterossexuais, 38,0% informaram já ter sofrido discriminação, dentro do sistema penitenciário, em função a identidade de gênero e/ou orientação sexual. Dentre os principais responsáveis por pelo ato de discriminação, estão os trabalhadores do sistema prisional, sinalizados como causadores em 62,5% dos casos de discriminação e outros detentos, indicados em 33,1% dos casos de discriminação.

10. INDICADORES DE SAÚDE FÍSICA E MENTAL

10.1. Infecções sexualmente transmissíveis

Em relação à ocorrência de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), 95,4% dos detentos afirmam não ter contraído nenhuma IST após ingresso no sistema penitenciário, enquanto 1,2% afirmam ter tido o diagnóstico de sífilis e 0,3% de AIDS após o ingresso no sistema penitenciário. Do total de participantes que descobriram ter contraído alguma IST após o ingresso no sistema prisional, 43,1% deles descobriram durante os exames para ingresso no sistema, 17,4% nos exames de rotina e 28,2% por está com sintomas. Quando analisado os detentos que se identificam com não-cisgênero, 82,2% afirmam não ter contraído nenhuma IST após ingresso no sistema penitenciário, enquanto 11,6%% afirmam ter tido o diagnóstico de sífilis e 4,7% de AIDS após o ingresso no sistema penitenciário. Em relação a como esses detentos descobriram a IST, 43,4%, dos que afirmam ter tido o diagnóstico de IST após o ingresso no sistema penitenciário, descobriram durante os exames para ingresso no sistema, 26,1% nos exames de rotina e 17,4% por está com sintomas.

Os detentos também foram questionados quanto ao recebimento de orientações sobre prevenção de ISTs e a distribuição de preservativos nas unidades. Do total de respondentes, 21,2% indicaram que receberam informações sobre prevenção de ISTs na unidade prisional. A relato de ocorrência dessa orientação foi mais comum entre as mulheres cisgênero (41,9%), quando comparado aos homens cisgênero (12,5%). Já entre aqueles que se identificaram como não-cisgênero, 56,1% afirmaram ter recebido na unidade prisional orientações sobre prevenção de ISTs. Em relação à distribuição de preservativos dentro da unidade, 92,4% dos detentos afirmam não receber, valores similares foram observados tanto no público de mulheres cisgênero, quanto no público de homens cisgênero, como 94,8% e 91,4%, respectivamente, não recebem preservativos. Entre os respondentes não-cisgênero, 69,7% afirmam que não recebem preservativos, enquanto 22,7% afirmam que recebem em quantidade suficiente e 7,6% afirmam que recebem, mas em quantidade insuficiente.

TABELA 75: Distribuição dos detentos em função da ocorrência de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs). Ceará, 2022.

Variáveis	Níveis	Homens Cisgênero		Mulheres Cisgênero		Total	
		n	% ^a	n	% ^b	n	% ^c
Infecção Sexualmente Transmissível/ IST, após ingresso no Sistema Prisional	Nunca	18.725	95,4	745	95,3	19.470	95,4
	Sífilis	240	1,2	13	1,7	253	1,2
	Sífilis, Gonorreia e outras ISTs	15	0,1	1	0,1	16	0,1
	HIV	53	0,3	4	0,5	57	0,3
	HIV, Sífilis e/ou Gonorreia e outras ISTs	4	0,0	-	-	4	0,0
	Gonorreia e outras ISTs	43	0,2	1	0,1	44	0,2
	Não Sabe	159	0,8	4	0,5	163	0,8
	Outras	13	0,1	3	0,4	16	0,1
	Não respondeu	374	1,9	11	1,4	385	1,9
	Total		19.626	100	782	100	20.408

TABELA 75: Distribuição dos detentos em função da ocorrência de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs). Ceará, 2022. (Cont.)

Como descobriu*:	Exames da entrada no sistema prisional	159	43,2	9	40,9	168	43,1
	Exames de rotina	61	16,6	7	31,8	68	17,4
	Atendimento por estar com sintomas	107	29,1	3	13,6	110	28,2
	Outros	41	11,1	3	13,6	44	11,3
Total		368	100	22	100	390	100
Orientações sobre prevenção de ISTs na Unidade**:	Não	1.190	83,9	331	55,3	1.521	75,4
	Sim	177	12,5	251	41,9	428	21,2
	Não respondeu	51	3,6	17	2,8	68	3,4
Total		1.418	100	599	100	2.017	100
Distribuição de preservativos na Unidade**:	Não	1296	91,4	568	94,8	1.864	92,4
	Sim, mas em quantidade insuficiente	24	1,7	2	0,3	26	1,3
	Sim, em quantidade suficiente	43	3,0	2	0,3	45	2,2
	Não respondeu	55	3,9	27	4,5	82	4,1
Total		1.418	100	599	100	2.017	100

Nota: * Consideraram-se nessa amostra apenas as pessoas que indicaram ter contraído alguma IST no Sistema Prisional (n= 390); ** Estes itens só constam no questionário completo, por isso totalizam 2017 pessoas.

10.2. Presença de doenças crônicas

Conforme a Tabela 76, do total de respondentes, 12,7% afirmam possuir alguma doença crônica, sendo essa mais presente entre as mulheres (20,6%) do que entre os homens (12,4%). Dentre os participantes que se afirmam como não-cisgênero, 29,1% informam apresentar alguma doença crônica. Cabe aqui destacar que essa diferença de prevalência entre os grupos pode ser reflexo de uma menor procura pelos serviços de saúde entre os detentos homens e consequentemente um atraso no diagnóstico dessas condições nesse público.

Além disso, é interessante notar que 72,3% dos entrevistados afirmam não ter contraído nenhuma doença durante o seu período de reclusão. Entre as mulheres, 19,4% afirmam ter contraído alguma doença durante o período de reclusão e entre os homens, 27,5% afirmam ter contraído alguma doença durante o período de reclusão. Já entre os respondentes que se identificam como não-cisgênero, 25,6% afirmam ter contraído alguma doença durante o período de reclusão.

TABELA 76: Distribuição dos detentos em função da presença de doenças crônicas. Ceará, 2022.

Variáveis	Níveis	Homens Cisgênero		Mulheres Cisgênero		Total	
		n	% ^a	n	% ^b	n	% ^c
Você tem alguma doença crônica (AIDS, problemas cardíacos, diabetes outras)?(a)	Não	15.884	80,9	587	75,1	16471	80,7
	Sim	2438	12,4	161	20,6	2599	12,7
	Não sabe	417	2,1	13	1,7	430	2,1
	Não Respondeu	887	4,5	21	2,7	908	4,4
Total		19.626	100	782	100	20.408	100
Você contraiu alguma doença na prisão?(a)	Não	14.137	72,0	626	80,1	14.763	72,3
	Sim	5405	27,5	152	19,4	5557	27,2
	Não Respondeu	84	0,4	4	0,5	88	0,4
Total		19.626	100	782	100	20.408	100

10.3. Presença de transtornos mentais/psicológicos

A Tabela 77 apresenta dados sobre a prevalência de transtornos mentais e psicológicos entre os detentos. Do total de entrevistados, 13,9% afirmam ter algum tipo de problema mental/psicológico. O relato de problemas dessa natureza é mais comum entre as mulheres, com 21,2% das respondentes afirmando possuir algum problema mental ou psicológico, enquanto esse tipo de problema é relatado por 13,6% dos homens. Dos respondentes, 9,2% afirmam fazer algum tratamento de saúde mental, sendo esse tipo de tratamento mais comum entre as mulheres (20,7%) do que entre os homens (8,8%). Em relação ao grupo de respondentes que se identificam como não-cisgênero, 34,3% afirmam apresentar problemas mentais ou psicológicos e 29,1% afirmam fazer algum tipo de tratamento de saúde mental.

TABELA 77: Distribuição dos detentos em função da presença de transtornos mentais/psicológicos. Ceará, 2022.

Variáveis	Níveis	Homens Cisgênero		Mulheres Cisgênero		Total	
		n	% ^a	n	% ^b	n	% ^c
Você tem algum problema mental/psicológico (dos nervos)?(a)	Não	15.730	80,1	576	73,7	16.306	79,9
	Sim	2.661	13,6	166	21,2	2.827	13,9
	Não sabe	368	1,9	17	2,2	385	1,9
	Não Respondeu	867	4,4	23	2,9	890	4,4
Total		19.626	100	782	100	20.408	100
Você faz algum tratamento de saúde mental (psicológico ou psiquiátrico)?(a)	Não	17.012	86,7	598	76,5	17.610	86,3
	Sim	1.719	8,8	162	20,7	1.881	9,2
	Não Respondeu	895	4,6	22	2,8	917	4,5
Total		19.626	100	782	100	20.408	100

10.4. Condição de deficiência

A Tabela 78 apresenta informações sobre a prevalência de deficiências entre os detentos, indicando que 12,4% dos respondentes apresentam alguma condição de deficiência, sendo a condição de deficiência mais comum a deficiência física, presente em 5,5% dos detentos e a deficiência visual, apresentada por 4,4% dos detentos.

TABELA 78: Distribuição dos detentos em função da condição de deficiências. Ceará, 2022.

Condição de Deficiência	Homens Cisgênero		Mulheres Cisgênero		Total	
	n	%	n	%	n	%
Sem deficiência	17.048	86,9	712	91,0	17.760	87,0
Visual	862	4,4	37	4,7	899	4,4
Auditiva	211	1,1	4	0,5	215	1,1
Física	1.100	5,6	19	2,4	1.119	5,5
Intelectual	108	0,6	3	0,4	111	0,5
Duas ou mais deficiências	173	0,9	1	0,1	174	0,9
Não respondeu	124	0,6	6	0,8	130	0,6
Total	19.626	100	782	100	20.408	100

10.5. Atendimento médico e uso de medicamentos

A partir da análise da Tabela 79, observa-se que a maioria (54,4%) dos detentos informa não ter precisado de atendimento médico de emergência durante o período de reclusão, enquanto 27,8% informam ter precisado e recebido e 17,5% informam ter precisado e não recebido. Quando questionados com que frequência recorrem ao serviço de saúde do presídio, 11,6% informam que nunca procuram e 17,2% informam que não têm acesso. Por outro lado, 32,7% dos respondentes afirmam que acessam o serviço de saúde da unidade uma vez por mês e 21,5% informam que acessam esse serviço uma vez a cada seis meses. Em relação aos participantes que se identificam como não-cisgênero, 34,1% afirmam nunca ter precisado de atendimento médico emergencial no presídio, enquanto 50,4% afirmam ter precisado e sido atendido e 15,5% afirmam ter precisado, mas não ter sido atendido. Em relação ao acesso desse público ao serviço de saúde da unidade, 6,2% afirmam nunca ter procurado o serviço de saúde e 7,8% afirmam que não tem acesso, enquanto 41,1% afirmam que acessam o serviço de saúde uma vez por mês e 23,3% uma vez a cada seis meses.

É importante destacar que a pergunta incluiu todos os detentos, incluindo aqueles que afirmaram não possuir quaisquer tipos de doenças. Isso sugere que a pesquisa buscou avaliar o acesso à saúde de forma mais ampla, considerando não apenas aqueles que já apresentaram sintomas ou doenças, mas também aqueles que precisam de serviços de saúde preventivos ou de acompanhamento para condições crônicas. Os dados apresentados, apesar de indicarem que uma grande parcela da população penitenciária tem acesso ao serviço de saúde, também sinalizam para a necessidade de ampliação do acesso e a necessidade de implementar uma busca ativa dos detentos que não procuram o atendimento do serviço de saúde, visto que 28,8% dos respondentes afirmam nunca ter procurado ou não ter tido acesso ao serviço de saúde, sinalizando assim que aproximadamente 30% dessa população pode estar descoberta das ações de saúde.

TABELA 79: Distribuição dos detentos em função do atendimento médico recebido. Ceará, 2022.

Variáveis	Níveis	Homens Cisgênero		Mulheres Cisgênero		Total	
		n	% ^a	n	% ^b	n	% ^c
Você já precisou de atendimento médico emergencial no presídio?(a)	Não	10.713	54,6	384	49,1	11.097	54,4
	Sim, foi atendido	5.411	27,6	268	34,3	5.679	27,8
	Sim, mas não foi atendido	3.448	17,6	127	16,2	3.575	17,5
	Não Respondeu	54	0,3	3	0,4	57	0,3
Total		19.626	100	782	100	20.408	100
Com que frequência acessa o serviço de saúde do Presídio?(a)	Nunca procurou atendimento	2.294	11,7	65	8,3	2.359	11,6
	Não tem acesso	3.423	17,4	83	10,6	3.506	17,2
	De uma a três vezes por mês	1.312	6,7	110	14,1	1.422	7,0
	Uma vez por mês	6.337	32,3	327	41,8	6.664	32,7
	Uma vez a cada seis meses	4.254	21,7	142	18,2	4.396	21,5
	Uma vez ao ano	1.736	8,8	48	6,1	1.784	8,7
	Não Respondeu	270	1,4	7	0,9	277	1,4
Total		19.626	100	782	100	20.408	100

A Tabela 80 apresenta dados sobre a percepção dos detentos em relação ao atendimento recebido nos serviços de saúde da Unidade Prisional. Do total de respondentes, 37,9% avaliaram o atendimento recebido como bom ou excelente, 20,1% como regular e 16,2% como ruim ou muito ruim. De uma forma geral, as mulheres avaliaram de forma mais positiva o atendimento recebido (42,7% avaliam como bom ou excelente) do que os homens (35,8% avaliam como bom ou excelente). Como visto, a maioria dos entrevistados avaliou o atendimento como bom ou excelente, o que indica que, em geral, o serviço de saúde pode estar atendendo às necessidades dos detentos. Dentre os detentos que se afirmam como não-cisgênero, avaliação do atendimento recebido no serviço de saúde da Unidade Prisional também é positiva, com 50,0% dos respondentes desse grupo avaliando o atendimento recebido como bom ou excelente e 23,3% como regular.

TABELA 80: Distribuição dos detentos em função da avaliação do atendimento recebido no serviço de saúde da Unidade. Ceará, 2022.

Avaliação do atendimento recebido no serviço de saúde da Unidade	Homens Cisgênero		Mulheres Cisgênero		Total	
	n	%	n	%	n	%
Muito Ruim	100	7,1	44	7,3	144	7,1
Ruim	131	9,2	52	8,7	183	9,1
Regular	282	19,9	123	20,5	405	20,1
Bom	383	27,0	214	35,7	597	29,6
Excelente	125	8,8	42	7,0	167	8,3
Não respondeu	397	28,0	124	20,7	521	25,8
Total	1.418	100	599	100	2.017	100

A Tabela 81 apresenta informações relevantes sobre o uso de medicação pelos detentos, indicando que a grande maioria (84,2%) não precisa fazer uso regular de medicação psicotrópica, e que 83,2% não fazem uso regular de medicação comum fornecida pela Administração Penitenciária. No entanto, 5,3% dos detentos não recorrem à medicação psicotrópica que precisam por não receber e 4,6% não fazem uso regular de medicação não psicotrópica também por não receberem. No caso do grupo de detentos não-cisgênero, 27,3% afirmam fazer uso regular de algum medicamento não psicotrópico e 6,3% afirmam que deveriam fazer uso regular, mas não o fazem por não receber. Já em relação ao uso de medicamentos psicotrópicos por esse grupo de detentos, 23,4% informam que recorrem à medicação psicotrópica e 9,3% informam que deveriam fazer uso, mas não o fazem por não receberem.

TABELA 81: Distribuição dos detentos em função do uso de medicamentos. Ceará, 2022.

Variáveis	Níveis	Homens Cisgênero		Mulheres Cisgênero		Total	
		n	% ^a	n	% ^b	n	% ^c
Você faz uso de medicação psicotrópica (remédio para a cabeça)?(a)	Não Preciso	16588	84,5	586	74,9	17174	84,2
	Não, pois não recebo	1052	5,4	31	4	1083	5,3
	Sim	1112	5,7	146	18,7	1258	6,2
	Não Respondeu	874	4,5	19	2,4	893	4,4
Total		19.626	100	782	100	20.408	100
Você faz uso de medicação psicotrópica (remédio para a cabeça)?(a)	Não Preciso	16387	83,5	593	75,8	16980	83,2
	Não, pois não recebo	927	4,7	19	2,4	946	4,6
	Sim	1433	7,3	148	18,9	1581	7,7
	Não Respondeu	879	4,5	22	2,8	901	4,4
Total		19.626	100	782	100	20.408	100

10.6. Consumo de drogas lícitas e ilícitas

A Tabela 82 apresenta dados relevantes sobre o consumo de drogas por parte dos detentos antes e durante o período de encarceramento. É possível observar que a maioria dos detentos entrevistados afirmou não consumir drogas lícitas e ilícitas dentro das unidades prisionais (95,6%), o que pode indicar uma política de controle e prevenção de drogas eficaz nas instituições prisionais.

No entanto, destaca-se que 84,2% dos detentos relataram ter consumido drogas antes do ingresso no sistema penitenciário, sendo que 68,3% afirmam ter recorrido a drogas ilícitas, concomitante ou não com drogas lícitas, o que pode indicar um problema social mais amplo relacionado ao consumo de drogas. Esse dado destaca a necessidade de políticas públicas voltadas à prevenção e ao tratamento do consumo de drogas antes mesmo da entrada do indivíduo no sistema prisional.

TABELA 82: Distribuição dos detentos em função do consumo de drogas antes e durante a prisão. Ceará, 2022.

Variáveis	Níveis	Homens Cisgênero		Mulheres Cisgênero		Total	
		n	% ^a	n	% ^b	n	% ^c
Consumo de drogas na Unidade Prisional	Não consome	18.755	95,6	748	95,7	19.503	95,6
	Lícitas	59	0,3	5	0,6	64	0,3
	Ilícitas	344	1,7	21	2,6	365	1,7
	Lícitas e ilícitas	117	0,5	5	0,6	122	0,5
	Não Respondeu	351	1,8	3	0,4	354	1,7
Total		19.626	100	782	100	20.408	100
Consumo de drogas antes do ingresso na Unidade Prisional	Não consome	2.466	12,6	195	24,9	2.661	13,0
	Lícitas	3.091	15,7	144	18,4	3.235	15,9
	Ilícitas	4.468	22,8	143	18,3	4.611	22,6
	Lícitas e ilícitas	9.034	46,0	292	37,3	9.326	45,7
	Não Respondeu	567	2,9	8	1,0	575	2,8
Total		19.626	100	782	100	20.408	100

Nota: Consideram-se drogas lícitas, cigarro, álcool e cigarro eletrônico; e drogas ilícitas, maconha, cocaína, crack, loló, lança, perfume, roypinol/rivotril, thinner/solvente, cola, ecstasy, artane, (aranha), LSD, haxixe e outras.

11. SUMÁRIO COMPARATIVO ENTRE OS DADOS DOS CENSOS 2013 E 2022

Nessa seção do relatório, será apresentado um sumário comparativo dos dados presentes nos Relatórios do Censo Penitenciário de 2013 e de 2022. Essa seção de comparação desempenha um papel relevante neste relatório técnico, uma vez que, por meio dessa análise, buscou-se destacar as similaridades e diferenças observadas nos dados entre os dois censos, proporcionando uma compreensão das mudanças ocorridas ao longo do tempo no Sistema Penitenciário Cearense.

Desse modo, a importância dessa seção reside na sua capacidade de fornecer uma visão organizada e estruturada das comparações realizadas. A fim de garantir uma comparação coerente e facilitar a compreensão e interpretação dos dados, a organização desta seção seguirá a mesma estrutura dos tópicos apresentados ao longo do relatório. Dessa forma, cada eixo temático abordado nas seções anteriores terá sua correspondência na seção de comparação. Ao adotar essa abordagem, os leitores poderão identificar as mudanças e similaridades entre os censos de 2013 e 2022 em relação a cada tópico tratado no relatório.

Essa organização meticulosa permite que as informações sejam apresentadas de forma clara, ordenada e acessível, promovendo uma análise consistente e fundamentada das tendências e desenvolvimentos no Sistema Penitenciário Cearense ao longo do tempo. Por meio dessa seção de comparação, espera-se fornecer uma visão abrangente e informada das mudanças no Sistema Penitenciário Cearense ao longo do tempo, contribuindo para uma compreensão aprofundada do Sistema Penitenciário Cearense e servindo como base sólida para futuras análises e ações.

11.1. Distribuição dos Presos no Sistema Penitenciário

Em relação ao contingente populacional de presos no Sistema Penitenciário, o Censo de 2022 revelou que, em fevereiro de 2022, o quantitativo de pessoas que estavam reclusas nas 29 unidades prisionais cearenses era de 22.971. Esse contingente populacional, quando comparado ao observado nos dados de 2013 (n = 16.501), representa um crescimento de, aproximadamente, 39,3% em relação ao número pessoas reclusas no Estado do Ceará. Acompanhando esse crescimento populacional, o quantitativo de detentos efetivamente recenseados também cresceu de 12.040, em 2013, para 20.666 em 2022.

No que diz respeito a distribuição desses internos dentro das unidades prisionais, a semelhança do observado em 2013, a maioria dos internos estão concentrados em unidades da Região Metropolitana de Fortaleza, representando 84,8% dos detentos entrevistados. Ao passo que em 2013, o número de internos em unidades prisionais dessa região representavam 64,4%. Esse aumento de concentração de detentos na Região Metropolitana de Fortaleza se deve tanto ao movimento de abertura de novas Unidades Prisionais na região metropolitana, quanto ao encerramento das atividades de algumas cadeias públicas distribuídas pelo interior do Estado, que foram observada ao longo desses quase 10 anos.

11.2. Informações Biossociodemográficas dos Detentos

11.2.1 Gênero e orientação sexual

Em relação ao gênero e a orientação sexual dos detentos, não foi observada ao longo do tempo alterações em relação a predominância do gênero masculino e heterossexualidade. Conforme dados do Censo de 2022, 95,2%¹⁷ dos detentos eram do gênero masculino e 96,8% afirmaram ser heterossexuais, proporção similares as observadas em 2013. Isso indica uma continuidade na desigualdade de gênero na população carcerária do Estado. Ainda acerca desse tópico, cabe aqui destacar que um dos avanços metodológicos do censo de 2022 é a inclusão de informações sobre a população não-cisgênero (homem transgênero, travesti, mulher transgênero, não binário, preferem não se classificar e outros), algo que não foi abordado no censo de 2013. Isso representa uma melhoria significativa na coleta de dados e reconhecimento das diversidades de gênero no sistema prisional. No entanto, como no Censo de 2013 esses dados não foram levantados, não é possível identificar mudanças específicas nessa área ao longo do tempo.

11.2.2 Idade e Faixa Etária

No tocante a média de idade da população carcerária cearense, os dados mostram que houve um discreto aumento na média de idade dos detentos ao longo dos anos. Entre os homens cisgênero, passou de 30,2 anos, em 2013, para 31,1 anos, em 2022. Já entre as mulheres cisgênero, a variação foi ainda mais discreta, com a média de idade passando de 31,1 anos, em 2013, para 31,3 anos, em 2022. Independente desse pequeno aumento, cabe destacar que o perfil etário da população carcerária não sofreu alterações ao longo do tempo analisado, sendo composto em sua maioria por adultos jovens, com a faixa etária entre 22 a 29 anos concentrando, aproximadamente, 40,0% dos internos.

11.2.3 Nacionalidade, naturalidade e município de moradia antes da prisão

No Censo de 2013, a nacionalidade brasileira representava 99,2% dos detentos, enquanto no relatório de 2022, esse número aumentou para 99,9%. Esses dados indicam uma manutenção na alta representatividade da população carcerária brasileira nas prisões do Estado. Quanto à naturalidade dos detentos, em 2013, 91,7% eram naturais do estado do Ceará. Esse número aumentou ligeiramente, em 2022, atingindo 92,7%. Isso mostra uma predominância dos detentos cearenses nas prisões do estado ao longo do tempo. Em relação a porcentagem de presos advindos de outras regiões do país, não houve variações expressivas na distribuição desses detentos ao longo do tempo, com os detentos nascidos no estado de São Paulo sendo o segundo grupo mais predominante, representando 2,0% dos presos das unidades prisionais do Estado, conforme dados de 2013 e 2022.

Em relação local de moradia antes da prisão, a maioria dos detentos residia no estado do Ceará antes de serem presos, representando 96,8% do total de internos no Censo de 2022. Não há dados exatos disponíveis sobre a porcentagem de presos que residiam no Ceará no Censo de 2013, sendo apenas informado que a maioria do recenseados possuía residência fixa no Estado. Do total de residentes no Estado, 56,8% e 58,0% dos recenseados do Censos de 2013 e 2022, respectivamente, afirmaram residir na região metropolitana de Fortaleza antes da prisão.

11.2.4 Religião, Estado Civil e Classificação étnico-racial

Em 2013, a maioria da população penitenciária se declarava católica (43,9%), seguida pelos evangélicos (25,6%) e pelos que não possuíam religião (28,0%). Já em 2022, os evangélicos se tornaram a maioria (43,2%), enquanto os católicos compunham 33,2% e os sem religião, 20,3%. A presença de outras religiões, como islâmica e umbanda, também foram detalhadas no relatório de 2022, mas não estavam presente no relatório de 2013, sendo computadas apenas como outras religiões.

Quanto ao estado civil dos detentos, em 2013, 47,1% dos respondentes eram solteiros, 36,2% estavam em união estável e 12,2% eram casados. Em 2022, a proporção de solteiros aumentou expressivamente para 62,3%, enquanto a porcentagem de pessoas em união estável caiu para 16,6%. A porcentagem de casados subiu para 16,5%. Em 2013, a maior parte dos respondentes se autodeclarou parda ou indígena (34,2%), seguida pelo amarelo ou asiático (29,5%), branco (18,9%) e, por último, negro (13,9%). Em 2022, a cor/raça "parda" também representou a maior proporção entre os detentos, correspondendo a 67,9% do total, seguida pela "branca" (17,0%) e "preta" (11,0%). Sobre essa

variável, cabe destacar que, em comparação com o Censo de 2013, no Censo 2022 houve um refinamento da apresentação desses resultados utilizamos as mesmas categorias de “cor/raça” utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em relação ao tempo de reclusão no sistema prisional, em 2013, 52,8% dos presos estavam presos há 1 ano ou menos, enquanto em 2022 esse percentual caiu para 41,4%. A queda sugere um possível aumento no tempo médio de permanência no sistema, embora seja necessária uma análise mais detalhada para confirmar essa hipótese.

Além dos dados de informações biossociodemográficas já apresentados, o Censo de 2022 buscou avaliar alguns aspectos não considerados no Censo de 2013. Essas informações adicionais, são cruciais para orientar políticas públicas mais efetivas e abrangentes, e para contribuir com a melhoria contínua do sistema prisional do estado, a partir de uma compreensão mais holística dos detentos. Dada a ausência desses dados no Censo de 2013, não foi possível apresentar a evolução temporal desse dados.

Dentre esses novos aspectos considerados, o Censo de 2022 levantou dados acerca da "Situação de Moradia" prévia dos detentos. Essa é uma informação relevante para entender as condições socioeconômicas dos detentos antes de sua prisão, trazendo uma perspectiva mais abrangente sobre o contexto social em que estão inseridos. Ao observar, por exemplo, quantos detentos viviam em situação de rua ou em casas cedidas, emprestadas ou próprias, é possível esboçar estratégias mais efetivas de reintegração social e prevenção do crime.

O "Acesso a documentação e benefícios sociais" também foi um tema abordado no censo de 2022. Esta informação fornece uma visão mais ampla sobre a situação civil e a inserção social dos detentos, auxiliando no planejamento de políticas públicas que buscam facilitar o acesso a esses direitos fundamentais. Por exemplo, o conhecimento da posse de documentos como CPF e certidão de nascimento é vital para entender o acesso aos benefícios sociais e direitos que dependem desses documentos. Nesse cenário destaca que quase 38,4% dos internos não possuem carteira de trabalho e 19,3% não possuem registro civil.

Finalmente, o levantamento de dados sobre a realização do "Cadastramento Biométrico" ao ingressar no sistema prisional é um importante indicativo da modernização e maior segurança nos processos do sistema carcerário. O cadastramento biométrico é uma ferramenta importante para a identificação precisa dos detentos, diminuindo as chances de fraude e confusão de identidades, bem como proporcionando uma maior eficácia no controle e na gestão dos presos.

11.3. Histórico Prisional

11.3.1 Situação Prisional

No censo de 2013, a maioria dos detentos eram provisórios (49,1%), seguido por apenados (42,5%). Em 2022, a maior parte dos presos é apenada (46,4%), enquanto os provisórios representam 34,3% do total. Portanto, houve um aumento da proporção de presos apenados e uma diminuição da proporção de presos provisórios. Esse aumento no número de condenados e a diminuição do contingente de presos provisórios aponta para uma melhora na eficácia do sistema judicial.

11.3.2 Motivo da Detenção

O perfil dos crimes cometidos apresentou mudanças entre 2013 e 2022. Enquanto em 2013, entre os homens, prevaleciam os crimes contra o patrimônio (48,2%), contra a pessoa (25,3%) e relacionados a entorpecente (19,7%), em 2022, as categorias de crimes mais prevalentes, entre os homens, foram os crimes contra o patrimônio (45,1%), os relacionados a entorpecentes (29,5%) e contra a pessoa (27,4%). Como visto, entre os homens, houve uma mudança na prevalência dos crimes cometidos. Embora os crimes contra o patrimônio tenham permanecido como a categoria de crime mais prevalente em ambos os anos, a proporção de crimes relacionados a entorpecentes aumentou, passando a ser a segunda causa mais comum de detenção em 2022, em detrimento dos crimes contra a pessoa.

Entre as mulheres, os crimes relacionados a entorpecentes foram a causa mais comum de detenção em ambos os anos, representando mais da metade dos casos (57,2%) em 2013, seguido pelos crimes contra o patrimônio (27,9%) e contra a pessoa (10,1%). De forma similar, em 2022, as categorias de crimes mais prevalentes, entre as mulheres, foram os crimes relacionados a entorpecentes (51,4%), contra o patrimônio (29,0%) e contra a pessoa (18,0%).

11.3.3 Acesso a Advogado ou Defensoria

No Censo de 2013, 22,3% dos presos afirmavam não ter assistência jurídica, enquanto 37,5% eram atendidos pela Defensoria Pública e 35,4% tinham advogado particular. Em 2022, a maioria dos presos (43,1%) conta com advogados particulares, enquanto 37,1% são assistidos por defensores públicos, 2,4% por advogados da própria SAP e 17,4% dos entrevistados não sabem informar sobre sua assistência jurídica.

11.3.4 Transferências e Reentradas

O número de presos que relataram já ter sido transferidos de unidade alguma vez durante seu período de reclusão foi de 36,3%, no Censo de 2013, aumentando para 62,9% em 2022. Isso indica uma maior mobilidade dos internos dentro do sistema prisional, sendo o principal motivo de transferência indicado pelos internos a mudança de regime (28,0%). Em relação ao número de reentradas, em 2013, 55,1% dos presos relataram ter uma ou mais reentradas no sistema prisional, enquanto em 2022, a proporção de detentos que relataram ter uma ou mais reentradas no sistema prisional aumentou para 71,0%.

11.3.4 Punição por ato infracional e idade de prática do primeiro delito

Ambos os relatórios discutem a passagem pelo sistema socioeducativo antes da prisão. No Censo de 2013, apenas 24,6% dos respondentes afirmaram ter cumprido medida socioeducativa, em comparação com os 26,7%, em 2022, que afirmaram ter cumprido medida socioeducativa de internação ou semiliberdade quando adolescentes. Em relação a idade de prática do primeiro delito, tanto no Censo de 2013, quanto no Censo de 2022, a faixa etária mais predominante foi de 18 a 21 anos, concentrando 30,8% e 31,3 do total de presos recenseados em 2013 e 2022, respectivamente. Esses resultados destacam uma estabilidade temporal nesse perfil e uma alta prevalência do envolvimento com o crime entre os jovens, sendo necessária a ampliação de políticas públicas de redução da criminalidade focadas nesse público.

Por fim, cabe destacar que o Censo de 2022 trouxe uma série de novas informações relacionadas ao histórico prisional que não estavam presentes no Censo de 2013. Dentre elas, estão dados sobre prisão em flagrante e audiência de custódia, violência no momento da prisão, a adoção de medidas cautelares anteriores e contato com situação de violência antes da prisão.

11.4. Percepção de Mudança no Sistema Prisional

O Censo de 2022, também trouxe um novo eixo temático relativo a percepção de segurança e satisfação com aspectos gerais das unidades prisionais que não constava no Censo de 2013. Desse modo, não é possível traçar uma evolução temporal sobre esses quesitos. Contudo, para os presos, que afirmaram ter vivências prévias (anteriores a 2019) no sistema penitenciário cearense, foi questionado acerca da percepção de mudança ocorridas ao longo do tempo. Dentre estes casos, 70,9% relatam a ocorrência de “muitas mudanças” nas unidades prisionais, sendo que 74,3% afirmam que a infraestrutura melhorou ou melhorou muito; 74,0% afirmam que as

condições de segurança melhoraram ou melhoraram muito; 71,8% afirmam que as oportunidades de estudo melhoraram ou melhoraram muito; e 66,7% afirmaram que as oportunidades de trabalho melhoraram ou melhoraram muito. Contudo, 62,7% dos detentos afirmam que o tratamento pelos policiais penais piorou ou piorou muito.

Tais dados parecem sinalizar para uma melhoria geral do sistema penitenciário, com grande parcela dos detentos entrevistados sinalizando para melhorias positivas em vários aspectos da vida prisional, como no que diz respeito a estrutura, segurança e oportunidades de trabalho e estudo no interior das unidades. No entanto, o tratamento por parte dos policiais penais parece ser uma área de insatisfação para muitos detentos. Isso sugere que mais atenção deve ser dada à forma como os funcionários do sistema penitenciário interagem com os detentos, visto que tratamento respeitoso e apropriado pelos policiais penais são fundamentais para manter um ambiente prisional seguro e digno. Portanto, esses resultados apontam para a necessidade aprimoramento no treinamento e na supervisão desses profissionais. Uma outra possível explicação para a insatisfação dos detentos quanto ao tratamento recebido pode se dar pelo fato da retomada do comando do presídio pelo Estado em 2019, o que foi motivo de muito confronto entre policiais penais e presos.

11.5. Perfil Educacional e Laboral

11.5.1 Escolaridade e Rede de Ensino

Em 2013, 10,3% dos detentos entrevistados afirmaram ser analfabetos, quantitativo superior ao observado em 2022, no qual 5,8% afirmaram ser analfabetos. Os dados do Censo de 2013, indicam que mais da metade dos entrevistados possui ensino fundamental incompleto (52,5%), enquanto apenas 7,6% possuem ensino médio completo e 0,3% ensino superior completo. Esse perfil de escolaridade manteve-se estável ao longo dos anos, com dados do Censo de 2022 indicando que 57,7% dos detentos apresentam ensino fundamental incompleto, enquanto 8,9% apresentam ensino médio completo e 0,6% ensino superior completo. Esse perfil de estabilidade ao longo do tempo também é observado em relação a escolaridade dos pais, sendo mais comum o analfabetismo entre pais e mães dos detentos nos Censos de 2013 e 2022, seguido do ensino fundamental incompleto.

11.5.2 Motivos que levaram a parar os estudos

Do mesmo modo como observado no Censo de 2013, os dados de 2022 apontam que entre os principais motivos listados como causa de abandono escolar daqueles que não chegaram a concluir o ensino médio foi a necessidade de trabalhar, sendo indicado por 24,6% dos detentos no Censo de 2013 e 26,7% no Censo de 2022. Cabe destacar que no Censo de 2022, essa informação foi analisada também em função do gênero, demonstrando que entre as mulheres, a maior causa de interrupção dos estudos é a gravidez, representando 21,7% das causas.

11.5.3 Estudos e formação complementar dentro da Unidade Prisional

Em 2013, apenas 10,4% dos homens e 39,6% das mulheres estudavam dentro das unidades prisionais. Em 2022, percebe-se uma evolução desse indicador entre os homens, alcançando o percentual de 21,8% do total de detentos. Entre as mulheres houve um discreto aumento com 40,5% das mulheres indicando que estudavam dentro das unidades prisionais. Especificamente em relação a participação em cursos profissionalizando durante o período de reclusão, em 2013, apenas 1,5% dos detentos indicaram já ter concluído ou estar cursando um curso profissionalizante na prisão. Enquanto no Censo de 2022, 20,2% dos internos informaram ter concluído ou estar cursando um curso profissionalizante na prisão, sendo 19,8% dos homens e 31,1% das mulheres.

Esses dados sugerem que houve um aumento na disponibilidade de oportunidades de educação e formação profissional dentro do sistema prisional do Ceará entre 2013 e 2022. Isso pode ser resultado de políticas públicas voltadas para a reinserção social dos detentos, que incluem proporcionar acesso a educação e treinamento profissional. Cabe, contudo, destacar que apesar desse avanço, grande parte da população de detentos ainda sinaliza que não desenvolvem atividades de estudo nas unidades prisionais, sendo necessário uma ampliação de ações dessa natureza.

11.5.4 Histórico Laboral

Conforme dados do Censo de 2013, 60,3% dos detentos tinham experiências laborais exclusivamente informais antes da prisão, e 31,8% tiveram experiência com a realização de atividades de trabalho tanto formais quanto informais. No Censo de 2022, o número de detentos que relataram ter tido experiência de trabalho apenas informal diminuiu para 54,5%, enquanto o quantitativo dos que relatam ter tido experiência com a realização de atividades de trabalho tanto formais quanto informais teve um leve crescimento, passando a 35,2%. A porcentagem de detentos que afirmaram nunca ter trabalhado antes de ser preso oscilou de 5,1% em 2013, para 6,1%, em 2022.

11.5.5 Situação Laboral antes de ser Preso e Planos de Trabalho após a saída da prisão

Em 2013, 72,7% dos detentos relataram que estavam trabalhando no período em que foram presos, enquanto em 2022 esse número caiu um pouco para 70,5%. Nos dois Censos, a grande maioria dos detentos (94,9% em 2013 e 95,9% em 2022) planeja trabalhar após a saída do presídio. Nota-se que essa tendência se manteve estável ao longo do tempo.

11.5.6 Renda Familiar

A renda familiar mais prevalente entre os detentos recenseados em 2013 foi 1 a 2 salários mínimos, sendo essa também a faixa de renda mais comum observada no Censo de 2022, representando 28,3% das respostas. Cabe destacar ainda o alto número de internos que não souberam indicar qual a renda familiar média, sendo, respectivamente, 25,2% e 43,2% em 2013 e 2022.

11.5.7 Atividades de trabalho dentro da Unidade Prisional

No Censo de 2013, apenas 10,2% dos detentos afirmaram realizar atividade laborais dentro da Unidade, quantitativo que cresceu para 15,8% no Censo de 2022. Esse incremento foi maior entre as mulheres, passando de 25,9%, em 2013, para 41,8% em 2022. Enquanto entre os homens o aumento foi de 9,3%, em 2013, para 14,9%, em 2022. Esse aumento no número de detentos que realizam atividade de trabalho dentro da unidade prisional entre 2013 e 2022 indica um potencial progresso na oferta de oportunidades de trabalho dentro das unidades prisionais. Isso pode ser importante para a reabilitação dos presos, proporcionando-lhes habilidades úteis e um sentido de propósito enquanto cumprem suas sentenças. Contudo, a maior parcela dos detentos

ainda afirma nunca ter realizado atividade de trabalho dentro das unidades prisionais, indicando assim a necessidade de expansão dessas oportunidades dentro do sistema penitenciário.

11.6. Estrutura Familiar

11.6.1 Configuração domiciliar antes da prisão

Em 2013, a maioria dos detentos (37,7%) morava apenas com o(a) companheiro(a) antes da prisão, enquanto em 2022, essa proporção caiu para 17,9%. No entanto, a porcentagem de detentos que morava com o(a) companheiro(a) e filhos, tornando-se a configuração mais comum em 2022 (25,4%). A quantidade de detentos que afirmaram morar sozinhos aumentou de 2013 para 2022, de 9,9% para 14,2%.

11.6.2 Número de filhos

Houve um aumento no número de detentos com filhos entre 2013 e 2022, de 65,0% para 73,1%. A proporção de mulheres detentas com filhos também aumentou discretamente de 76,8% em 2013 para 77,9% em 2022. As mulheres presas que estavam ou já estiveram grávidas durante o período de reclusão representou 8,3% do total de mulheres entrevistadas no Censo de 2022, número inferior ao registrado no Censo de 2013, que apontou que 11% das detentas entrevistadas estavam ou já estiveram grávidas durante o período de reclusão.

As novas informações apresentadas no Censo de 2022, que não constavam no Censo de 2013, inclui dados sobre a convivência dos detentos com parentes que estiveram presos antes de serem encarcerados, com as mulheres detentas tendo uma proporção mais alta de convivência com parentes presos. Outro dado novo de 2022 é o levantamento do relato de violência física sofrida durante a infância e adolescência. A maioria dos detentos (71,4%) informou que não sofreu violência física durante a infância ou adolescência. Entre os que sofreram, a maior parte foi vítima de parentes (66,0% na infância e 38,5% na adolescência).

11.7. Experiência no Sistema Carcerário

11.7.1 Frequência de Visitas

Em relação a frequência de visitas, no Censo de 2022, 17,4% dos internos afirmaram receber visita do(a) companheiro(a), 30,6% da mãe e 18,4% de irmão(a). Esses valores quando comparados aos obtidos no Censo de 2013, indicam uma redução no número de presos que recebem visitas de companheiro(a) (41,4%) e uma relativa estabilidade na porcentagem de presos que recebem visitas de mãe (30,1%) e irmão(a) (14,1%).

11.7.2 Número de Presos por Cela

Em relação ao número de presos por cela, quando comparado ao Censo de 2013, o quantitativo de detentos por cela aumentou nos dados obtidos pelo Censo de 2022. Entre os homens, 33,6% dividem a cela com 9 a 11 pessoas e 32,5% estão em cela com 17 ou mais pessoas. Já entre as mulheres, 42,3% dividem a cela com 9 a 11 pessoas e 31,8% estão em celas com 6 a 8 pessoas. Cabe destacar que esse aumento de quantitativo de presos por cela, se não acompanhado de adequações estruturais, pode trazer implicações para a saúde e o bem-estar dos detentos, bem como para a segurança geral do sistema prisional.

11.7.3 Violência no Sistema Prisional

Os dois relatórios abordaram a questão da violência no sistema prisional. Em 2013, a maioria dos detentos (84,0%) afirmou nunca ter sofrido violência nas unidades prisionais, enquanto em 2022, esse número decresceu para 44,2%, com 50,7% dos homens e 19,3% das mulheres relatando ter sofrido algum tipo de violência de funcionários ou policiais penais. Além disso, o relatório de 2022 introduziu o tópico de violência e discriminação devido à identidade de gênero e/ou orientação sexual, que não estava presente no relatório de 2013.

Por fim, o relatório de 2022 inclui dados adicionais não apresentados no relatório de 2013, incluindo o fornecimento de itens de higiene pessoal, avaliação da alimentação, higiene e segurança fornecida pela SAP, relacionamento afetivo e/ou sexual com outros detentos e violência e discriminação em função de identidade de gênero e/ou orientação sexual. Sobre esses dados, destaca-se que grande parcela dos detentos afirma ter acesso a item de higiene pessoal (97,1%) e vestuário (86,7%).

Em relação a avaliação da alimentação (62,3%), do acesso a água (65,0%), das condições de segurança da prisão (85,2%) e das condições de higiene e saúde da unidade (72,7%) e da cela (81,2%), os detentos em sua maioria avaliam esse aspecto de maneira positiva, sinalizando avaliações que estão entre regular e excelente. Esses dados sinalizam que, apesar do grande contingente populacional observado no sistema penitenciário cearense na atualidade, aspectos básicos, como higiene, alimentação e segurança parecem ser garantidos a essa população.

11.8. Indicadores de Saúde Física e Mental

11.8.1 Infecções sexualmente transmissíveis (ISTs)

Em 2013, a porcentagem de presos que afirmaram não ter ISTs era de 91,1%, enquanto em 2022, essa porcentagem aumentou para 95,4%. Sobre esse eixo temático, cabe destacar que o Censo de 2022 fornece uma visão mais aprofundada da situação, incluindo informações detalhadas sobre quando e como essas doenças foram diagnosticadas. Além disso, esse relatório mais recente expande a análise para incluir informações sobre a população não-cisgênero, a prevenção de ISTs (distribuição de preservativos e da orientação de prevenção) e o tipo de ISTs contraída, aspectos que não foram abordados em 2013.

Dada a ausência dessas informações provenientes do Censo de 2013, não é possível realizar uma análise temporal da evolução desses aspectos. Contudo, alguns dos achados sinalizam que atualmente são empreendidos esforços para a detecção dessas condições de saúde dentro do sistema, visto que 43,1% dos que afirmam ter tido o diagnóstico de IST descobriram essa condição durante os exames para ingresso no sistema. Não obstante, destaca-se a necessidade de maiores esforços em aspectos preventivos, visto que em sua maioria os detentos afirmam não ter recebido orientação sobre prevenção de ISTs (75,4%) dentro das unidades prisionais, nem distribuição de preservativos (92,4%). Por fim, destaca-se que em relação ao público de mulheres, há uma maior proporção de relato de orientação de prevenção de ISTs, com 41,9% dessas detentas indicando terem recebido essas orientações.

11.8.2 Presença de Doenças Crônicas e Transtornos Mentais/Psicológicos

O censo de 2013 indicou que 26,4% dos internos tinham alguma doença crônica. No entanto, o censo de 2022 mostrou uma diminuição dessa prevalência, passando a ser de 12,7. O censo de 2022 também traz mais detalhes sobre a prevalência de doenças entre diferentes gêneros e apresenta informações sobre doenças contraídas durante o período de reclusão, informações que não estavam presentes no censo de 2013.

Em relação a prevalência de transtorno mentais/psicológicos, em 2013, 8,6% dos presos relataram ter algum tipo de transtorno mental ou psicológico, enquanto em 2022, esse número aumentou para 13,9% dos detentos. O aumento no número de detentos que relataram ter algum tipo de problema mental ou psicológico pode refletir uma maior conscientização e melhor diagnóstico dessas condições nas prisões, bem como um aumento real de incidência dessa condição na referida população, aspecto esse que precisa ser melhor compreendido. Também pode ser um reflexo do estigma reduzido e da maior disposição para relatar essas condições. Além disso, os Censos de 2013 e 2022 também fornecem informações sobre a realização de tratamento de saúde mental. Conforme dados do Censo de 2013, apenas 1% dos detentos faziam tratamento de saúde mental, sendo esse tipo de tratamento mais comum entre mulheres (4,2%) em comparação com os homens (0,8). Enquanto no Censo de 2022, a porcentagem de detentos que fazem tratamento de saúde mental dentro da unidade prisional passou a ser de 9,2%, sendo esse tipo de tratamento mais comum entre as mulheres (20,7%), do que entre os homens (8,8%).

11.8.3 Condição de Deficiência

O censo de 2013 mostrou que 8,3% dos presidiários tinham alguma condição de deficiência. Este número aumentou no censo de 2022, com 12,4% dos presidiários relatando ter alguma condição de deficiência. Além disso, o censo de 2022 forneceu dados detalhados por tipo de deficiência, diferentemente do censo de 2013.

11.8.4 Atendimento médico e uso de medicamentos

No Censo de 2013, a maioria dos detentos nunca procurou atendimento (36,8%) ou não teve acesso aos serviços de saúde (24,0%), com apenas 26,5% dos internos tendo acesso ao serviço de saúde pelo menos uma vez a cada seis meses. Já conforme dados do Censo de 2022, essa realidade foi alterada, com 61,2% dos internos tendo acesso ao serviço de saúde pelo menos uma vez a cada seis meses. No entanto, ainda há uma porção de detentos que nunca procuraram (11,6%) ou não tiveram acesso (17,2%) ao serviço de saúde. Em ambos os censos, fica evidente que a população penitenciária feminina acessa mais o serviço de saúde do que os homens. Esses resultados sugerem um avanço ao longo do tempo na atenção a saúde dos internos, sendo, contudo, necessário ainda ampliar o acesso a esse serviço. Em relação a necessidade de atendimento médico emergencial no presídio, tanto nos dados de 2013, quanto de 2022, a maioria dos presos não relatou ter precisado de atendimento médico emergencial no presídio (56,0% e 54,4%, respectivamente), sendo que, no Censo de 2022, 27,8% afirmaram que

precisaram e foram atendidos e 17,5% que precisaram mas não foram atendidos, esses valores são similares aos observados em 2013 (26,1% e 16,6%, respectivamente).

Ademais, o censo de 2022 incluiu dados sobre a percepção dos detentos em relação ao atendimento recebido nos serviços de saúde, que não estava presente no censo de 2013. De acordo com os resultados, 37,9% dos detentos avaliaram o atendimento como bom ou excelente, 20,1% como regular e apenas 16,2% como muito ruim ou ruim.

11.8.5 Uso de Medicamento

Ao longo do tempo, houve um aumento no número de detentos que relataram não precisar fazer uso regular de medicamento, de 78,5% em 2013 para 83,2% em 2022. Adicionalmente houve uma redução no número de detentos que não utilizam medicamentos, embora precisem, porque não recebem, (8,7% em 2013 e 4,6% em 2022).

11.8.6 Consumo de drogas

O consumo de drogas ilícitas e lícitas, em particular maconha, álcool e tabaco, antes da prisão foi altamente prevalente em ambos os censos. No entanto, houve uma redução acentuada no consumo de drogas durante a prisão. Infelizmente, dada a forma de apresentação dos dados no Censo de 2013, não é possível uma comparação direta com os dados de 2022. Contudo, a partir de uma análise global pode-se inferir uma queda expressiva do consumo de drogas e lícitas e ilícitas, registrada no Censo de 2022, comparativamente ao de 2013. Especificamente em relação ao consumo de drogas ilícitas dentro das unidades, em 2022, a porcentagem de detentos que afirmaram fazer uso de drogas desse tipo foi de 2,2%, valor bem abaixo da porcentagem de uso, por exemplo, de maconha (14,8%) em 2013, sendo essa apenas uma das possibilidades de drogas ilícitas consideradas. Essa redução parece sinalizar para uma melhora na política de controle e prevenção de drogas nas instituições prisionais.

12. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

A partir dos resultados apresentados neste relatório, é possível concluir e fazer as seguintes recomendações:

1. 50,5% da população carcerária do Estado do Ceará é composta por pessoas jovens, com idade entre 18 e 29 anos. Trata-se de um período importante na construção dessas pessoas e na estruturação da sua vida na fase adulta. Recomenda-se que o sistema penitenciário dialogue com instâncias de governo, estadual e municipal, para realização de estudos e políticas públicas específicas para juventude, visando áreas sensíveis como ensino, formação profissional e cultura.
2. 96,8% dos entrevistados são heterossexuais, enquanto 1,6% se declararam homossexual e 1,3% bissexual. Importante observar as relações de gênero na organização de políticas públicas específicas, com repercussões adequadas para os problemas específicos de mulheres e da população LGBTQIA+.
3. 58% dos entrevistados residem na Região Metropolitana de Fortaleza. Não obstante, o relatório também ilustra que aproximadamente 42% dessa população é oriunda do interior. Compreender as nuances das dinâmicas criminais de cada região cujo resultado gerou o aprisionamento dessas pessoas é algo também importante para prevenção do crime e, portanto, do encarceramento.
4. 43,2% dos entrevistados se auto declararam evangélicos e 33,2% católicos. Isto significa que boa parte dessa população tem contato com valores vinculados ao cristianismo, o que possibilita um diálogo com essas entidades religiosas para se pensar formas de acolhimento social da população carcerária, sobretudo, quando egressa do sistema e em processo de reconstrução da vida no âmbito familiar e comunitário.
5. 62,3% dos entrevistados são solteiros, portanto, não tem uma vida familiar ainda construída ao lado de uma companheira ou companheiro. Verificar como esse grupo se comporta em relação aos casados após o cumprimento da pena seria uma informação importante para avaliar possíveis especificidades de políticas para egressos do sistema.
6. 67,9% dos respondentes se autodeclararam pardos, 11% preta e 17% branca. Assim, é possível observar que existe no sistema uma população predominantemente negra, com uma memória social de dores e sofrimentos que retratam formas de racismo sentido em diferentes etapas da vida. Recomenda-se fortemente nesse sentido políticas de letramento racial para todos os servidores do sistema penitenciário cearense, além de políticas públicas que visem alcançar todo sistema de segurança pública e justiça criminal. Ademais, é preciso que o

Estado reconheça práticas históricas de racismo institucional e a necessidade de transformação dessa realidade para, inclusive, prevenir a reprodução de injustiças sociais como elemento gerador de encarceramento.

- 7.** 19,3% não possuem RG e 16,2% não possuem CPF. Indica-se uma política de regularização da documentação desde a entrada no sistema.
- 8.** 34,3% do universo pesquisado é composto por presos provisórios. Como se trata de um preso em condição anterior ao julgamento, é preciso que exista uma avaliação interna do sistema penitenciário junto ao sistema de justiça criminal para apuração e diagnóstico dessa situação. É fato danoso para toda sociedade a manutenção de pessoas presas nesta condição e o sistema de justiça criminal deve ser pressionado para soluções mais céleres e que visem a garantia dos direitos de pessoas encarceradas sem o devido processo legal concluído e a sentença pronunciada.
- 9.** 36,3% dos entrevistados afirmou que não passou por audiência de custódia, sendo um percentual a ser investigado e avaliado para se ter um diagnóstico objetivo sobre o motivo da ausência da audiência.
- 10.** 38,3% declararam que ocorreu violência no momento da prisão. Parte dessa violência é atribuída a policiais militares (62,7%) e outra a policiais civis (26,1%). Recomenda-se a criação de protocolos para registro, apuração e responsabilização dos casos de violência no sistema prisional. Ademais, é fundamental a realização de diagnósticos dessas ocorrências, com análises qualificadas das condições geradoras de violência no sistema para promoção de soluções consistentes. Importante ainda a transparência de informações e promoção de boas práticas e uma política de segurança pública de excelência, pautada por padrões internacionais de atuação, competência e respeito aos direitos humanos.
- 11.** Ao analisar os motivos das prisões, observa-se que 28,8% envolve tráfico de drogas. Trata-se do maior percentual seguido do roubo simples, com 25%. Isto significa que metade da população carcerária do Ceará está na prisão em função dessas duas atividades criminosas. Recomenda-se a realização de diagnósticos interdisciplinares para avaliação dos processos sociais de encarceramento dessas pessoas, com estudos sobre o impacto social do tráfico de drogas em diferentes territórios da capital e do interior do Estado.
- 12.** 14,6% dos presos cometeram homicídios simples e 10,3% homicídio qualificado. Promover pesquisas sobre a motivação desses detentos seria algo importante em um Estado que desde o início dos 2000 sofre com a evolução de taxas de homicídio.

- 13.** 71% dos entrevistados já estiveram presos pelo menos uma vez antes da atual prisão. Recomenda-se a criação de políticas multifocais para acompanhamento de egressos do sistema prisional, com auxílio material ao interno e suas famílias para criação de boas condições de retorno à vida em liberdade, considerando a saúde, a educação, o trabalho e a renda como elementos estratégicos de combate à reincidência. Recomenda-se ainda uma avaliação cuidadosa por preso das condições de vida e segurança após a prisão, garantindo o bem-estar e as condições mínimas para o ajustamento da vida após a prisão.
- 14.** 26,7% dos entrevistados comentaram o primeiro delito na idade de 14 a 17 anos. Propõe-se uma relação com as instâncias governamentais de políticas públicas para juventude, fazendo que ações estratégicas no campo da educação, cultura, arte e desporto possam chegar em volume e intensidade a este segmento da população cearense.
- 15.** Entre presos que sofreram ameaça de morte, 22,5% buscou fazer justiça com as próprias mãos e apenas 5,4% buscou auxílio das forças policiais. Isto revela uma situação problemática para vigência de um estado de direito que, em seu funcionamento, precisa alcançar todas as instâncias de uma sociedade, gerando não apenas justiça, mas a compreensão exata da justiça necessária e realizável para o bem-estar de uma sociedade. Recomenda-se a criação de uma política pública de justiça capaz de alcançar esse grupo social e gerar confiança e adesão.
- 16.** 40,7% dos respondentes afirmou receber itens de higiene da família e outros 48,9% declarou receber o vestuário também da família. Trata-se de uma situação importante para a SAP observar, pois são itens padronizados e que, em tese, deveriam ser integralmente subsidiados pelo governo, inclusive, por questões de segurança e horizontalidade no tratamento e acesso a condições básicas de higiene no interior do sistema penitenciário.
- 17.** 74,3% dos respondentes avaliaram a alimentação do sistema entre regular e muito ruim. Recomenda-se a criação de critérios e comissões externas de avaliação, no intuito de criar um ambiente de avaliação dos serviços prestados e políticas de *compliance* para cumprimento dos princípios já existentes para fornecimento de alimentação ao conjunto das unidades prisionais.
- 18.** 32,6% da população carcerária está em celas com número de 12 a 16 pessoas, enquanto 31,2% com mais de 17 pessoas. Avaliar a situação do encarceramento em cada unidade, buscando soluções para acomodação digna dos presos é uma tarefa importante e requer não apenas a criação de novas unidades, mas sobretudo a avaliação das condições de privação de liberdade de um percentual significativo de presos temporários.

Ademais, é preciso estreitar o diálogo com a vara de execução penal e demais áreas do judiciário em razão da aplicação da pena de privação de liberdade em detrimento de outros expedientes de responsabilização penal que, em tese, poderiam aliviar o sistema penitenciário.

- 19.** 49,5% sofreram alguma violência promovida por policiais penais ou outros funcionários do sistema penitenciário. Observou-se durante a pesquisa que as unidades prisionais sofrem com uma tensão permanente em virtude de um grande volume de ações e procedimentos que envolvem a interação entre presos e policiais penais. Estudar as dinâmicas internas a partir de parametrizações, avaliando cuidadosamente o modelo de procedimentos adotados é uma necessidade do atual sistema. Verificou-se ainda a existência de ações não sistematizadas e estruturadas por meio de protocolos reconhecidos por diferentes instâncias de governo, justiça e sociedade civil. Recomenda-se a construção e submissão às instâncias legislativas e judiciárias dos procedimentos adotados no sistema penitenciário para um debate público sobre as dinâmicas internas das unidades prisionais. Isto é fundamental para garantia, inclusive, da continuidade das boas práticas criadas e responsabilização dos acontecimentos que ferem a ética e o respeito aos direitos humanos. A geração de protocolos públicos e estratégias pedagógicas voltadas para a convivência no sistema penitenciário são fundamentais para pensar a experiência de gestores, profissionais e pessoas em cumprimento de privação de liberdade no Estado do Ceará.
- 20.** É preciso pensar a segurança do sistema de maneira estrutural em uma perspectiva de proteção social, defesa dos direitos humanos e promoção da excelência do trabalho profissional como gerador de uma política pública virtuosa. Isto significa não pensar os casos de violência como um evento isolado, mas ajustar de maneira sistêmica práticas e orientações políticas sobre como o sistema deve atuar para garantia de direitos, responsabilização penal e ressocialização das pessoas privadas de liberdade. A criação de uma pasta autônoma de avaliação e gestão de medidas de contenção da violência na prisão, com autonomia para sugerir e atualizar medidas a partir dos eventos identificados é uma das recomendações desse relatório.

21. Com base nos resultados apresentados sobre **Infecções sexualmente transmissíveis (ISTs)**, pode-se recomendar que as instituições prisionais promovam campanhas de conscientização sobre ISTs, incentivando os detentos a realizarem exames de rotina e a adotarem práticas de prevenção. Além disso, é importante garantir que os encarcerados tenham acesso aos serviços de saúde dentro das prisões, incluindo testes para ISTs e tratamento adequado, para minimizar a transmissão dessas doenças dentro do ambiente prisional e promover a saúde e bem-estar dos detentos.
22. Com base nos resultados apresentados sobre as **doenças crônicas**, pode-se recomendar que as instituições prisionais aumentem o acesso dos detentos a serviços de saúde de qualidade, incluindo diagnóstico e tratamento de doenças crônicas. Além disso, é importante serem realizadas campanhas de prevenção e conscientização sobre doenças crônicas, incentivando os detentos a adotarem práticas de vida saudáveis, como uma dieta equilibrada e atividade física regular, a fim de minimizar o risco de desenvolvimento de doenças crônicas e melhorar a qualidade de vida dentro das prisões.
23. Com base nos dados sobre os **transtornos mentais/psicológicos**, é possível sugerir que as instituições prisionais devem oferecer serviços de saúde mental mais abrangente e acessíveis aos detentos, com especial atenção para as mulheres, que parecem estar em maior risco. Isso pode incluir o acesso a psicólogos e psiquiatras, bem como a terapia e medicamentos psiquiátricos quando necessário. Além disso, é importante que a saúde mental seja incluída nas políticas de prevenção e tratamento de saúde nas prisões, bem como na formação de profissionais que trabalham nesses ambientes. Essas medidas podem ajudar a reduzir a prevalência de transtornos mentais e psicológicos entre detentos e melhorar a qualidade de vida dentro das prisões, ajudando a evitar comportamentos problemáticos e violentos, além de contribuir para a reinserção social após a liberação.
24. Com base nesses dados apresentados sobre **Pessoas com Deficiência**, é recomendável que as instituições prisionais ofereçam serviços de saúde adequados para as pessoas com deficiência, incluindo adaptações nas instalações e equipamentos para garantir sua acessibilidade e segurança. Além disso, é importante que as autoridades prisionais ofereçam treinamento adequado aos funcionários para garantir que eles possam atender às necessidades de detentos com deficiência. Outra recomendação é que as instituições prisionais ofereçam serviços de reabilitação adequados para detentos com deficiência, visando apoiá-los em sua recuperação e reintegração social após a liberação. Esses serviços podem incluir terapia ocupacional, fisioterapia, treinamento de habilidades sociais e profissionais, entre outros. Além disso, é importante destacar que as pessoas com deficiência são frequentemente alvo de discriminação e violência dentro das

prisões. Por isso, é essencial que as autoridades prisionais trabalhem para criar um ambiente seguro e acolhedor para todas as pessoas, independentemente de sua condição física ou mental.

25. Para melhorar o **acesso aos serviços de saúde**, é necessário que as instituições prisionais ofereçam atendimento médico adequado e oportuno. Isso pode incluir a contratação de mais profissionais de saúde, o aumento de horários de atendimento e a oferta de serviços de emergência e cuidados continuados. Além disso, as autoridades prisionais devem trabalhar para garantir que os detentos sejam informados sobre os serviços de saúde disponíveis e incentivados a buscar tratamento quando necessário. Também é importante considerar que muitos detentos podem ter medo ou desconfiança em relação aos serviços de saúde nas prisões. Para abordar essas preocupações, é fundamental que as autoridades prisionais trabalhem para criar um ambiente de confiança entre os detentos e os profissionais de saúde. Isso pode ser feito por meio da capacitação dos profissionais de saúde em habilidades de comunicação e empatia, bem como pela garantia de confidencialidade e privacidade nas consultas médicas. Por fim, é importante destacar que o acesso aos serviços de saúde é um direito humano fundamental, e que todos os detentos devem ter acesso a tratamento médico adequado e oportuno, independentemente de suas circunstâncias. As autoridades prisionais devem trabalhar para garantir que esse direito seja respeitado e protegido dentro de suas instituições.
26. Sobre o **uso de medicamentos**, recomenda-se que sejam realizadas investigações mais aprofundadas sobre as razões pelas quais alguns detentos não estão recebendo a medicação adequada. Além disso, é importante serem tomadas medidas para garantir que os detentos que precisam de medicação tenham acesso adequado a ela, seja por meio da Administração Penitenciária ou por outros meios. Por fim, é importante enfatizar a importância da avaliação regular da necessidade de medicação pelos detentos, a fim de garantir que eles estejam recebendo o tratamento adequado para suas condições médicas.
27. Sobre o consumo de **drogas antes e durante a prisão**, recomenda-se que sejam desenvolvidas ações preventivas e de tratamento para o consumo de drogas em âmbito mais amplo, em parceria com a sociedade civil e outros órgãos públicos, para reduzir o número de detentos que chegam ao sistema prisional com problemas relacionados ao uso de drogas. Além disso, é importante que as políticas de controle de drogas dentro das unidades prisionais sejam fortalecidas e que haja um monitoramento constante para evitar a entrada de drogas nas instituições.

- 28.** No que diz respeito à **estrutura familiar** dos detentos, buscou-se compreender a configuração familiar/domiciliar antes do ambiente prisional. Observa-se, com a pesquisa, que o ambiente doméstico familiar identifica-se como um significativo espaço de incidência de violência em fases determinantes da constituição da personalidade do indivíduo (infância e adolescência), enquanto 27,5% do total de entrevistados afirmaram que sofreram violência, sendo os maiores perpetradores os parentes dos entrevistados, representando os maiores índices tanto na infância quanto na adolescência dos indivíduos entrevistados (66,0% e 38,5%, respectivamente). Uma vez que a família é base da sociedade e deve ter especial proteção do Estado, recomenda-se que as instituições, com significativa influência na relação do indivíduo com a família, como Escola, Conselho Tutelar, Ministério Público, dentre outras, dialoguem entre si no sentido de desenvolverem políticas públicas conjuntas que possam atuar na promoção de um ambiente familiar saudável e não violento.
- 29.** Ainda no que diz respeito à configuração **familiar/domiciliar** dos indivíduos antes do ambiente prisional, percebeu-se que a existência de uma estrutura familiar formada pela convivência com companheira (o) e filhos antes do ambiente prisional é significativa no Estado do Ceará - dentre o total de indivíduos que optou por responder à questão, a maioria morava com “companheira(o) e filhos”, com “companheira(o)” ou “sozinho(a)”, representando 25,4%, 17,9% e 14,2%, respectivamente, antes de ingressar no sistema prisional. No quesito **número de filhos**, observou-se que a maioria dos indivíduos são pais, (73,1%) têm um filho ou mais (72,9% dos homens e 77,9% das mulheres) - sugerindo-se, assim, que as entidades de governo desenvolvam políticas de suporte às famílias das pessoas privadas de liberdade, compreendendo desde a ampliação do atendimento psicológico e à criação de incentivos ao desenvolvimento de autonomia econômica familiar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário. 2 ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2005.

CLARK, V.; IVANKOVA, N. V. How to use mixed methods research?: Understanding the basic mixed methods designs. **Mixed methods research: A guide to the field**, p. 105-134, 2016.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (BRASIL). Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. [S. l.], 13 jun. 2013.

CORAZZA PADOVANI, N. **Sobre casos e casamentos: Afetos e “amores” através de penitenciárias femininas em São Paulo e Barcelona**. [s.l.] Universidade Estadual de Campinas - Repositório Institucional, 2021.

DE AZEVEDO, R. G. Reformas da justiça penal no Brasil – A democratização inacabada. **Acta sociológica**, v. 72, p. 43–69, 2017.

DE MOURA, Maria Juruena; DE PAULA FROTA, Maria Helena. Dilacerando os fios, tricotando às avessas, construindo a trama: mulher, tráfico de drogas e prisão. **O público e o privado**, v. 4, n. 8 jul. dez, p. 49-71, 2006.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. [s.l.] Editora Universidade de Brasília, 2001.

GONDIM, S. M. G. Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, v. 12, n. 24, p. 149–161, 2002.

INFOPEN. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2015/11/080f04f01d5b0efebfbcbf06d050dca34.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2015.

LIMA, C.A.R.G; SANTOS, W.S.; AQUINO, C.A.B. Censo Penitenciário do Estado do Ceará. Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado do Ceará. 2014.

LOURENÇO, L. C.; GOMES, G. L. R. **Prisões e punição: no Brasil contemporâneo**. [s.l.] EDUFBA, 2013.

MALVASI, P. A. Entre a frieza, o cálculo e a “vida loka”: violência e sofrimento no trajeto de um adolescente em cumprimento de medida socioeducativa. **Saúde e Sociedade**, v. 20, n. 1, p. 156–170, 2011.

RIBEIRO, S. G. et al. Gynecologic and obstetric profile of state imprisoned females. **Texto & contexto enfermagem**, v. 22, n. 1, p. 13–21, 2013.

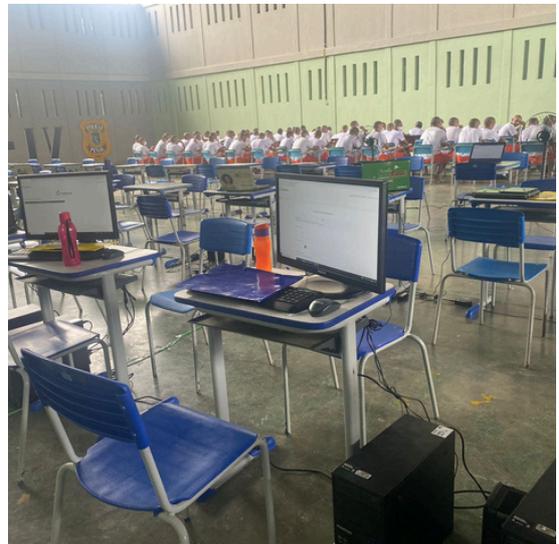
SISDEPEN. Secretaria Nacional de Políticas Penais. Disponível em: <https://www.gov.br/depen/ptbr/servicos/sisdepen>. Acesso em: 23/03/2023.

SOUSA, Roger Silva. **Reincidência criminal: uma análise do risco em internos do sistema prisional**. 2018. 145f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Fortaleza (CE), 2018.

GALERIA DE FOTOS

FOTOS AUTORAIS







UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ



SECRETARIA DA
ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
E RESSOCIALIZAÇÃO
GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ



F U N C A P